UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

André Gil Ribeiro de Andrade

Mídia, futebol e sociedade: controvérsias públicas midiatizadas em torno da escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo FIFA 2014

Niterói
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
DOUTORADO EM ANTROPOLOGIA

André Gil Ribeiro de Andrade

Mídia, futebol e sociedade: controvérsias públicas midiatizadas em torno da escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo FIFA 2014

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Simoni Lahud Guedes

Linha de pesquisa do orientador: Antropologia do corpo e do esporte

Projeto do orientador: Os espaços da emoção: arquitetura futebolística, torcida e situações de conflito

Niterói

2013

Banca Examinadora

_____

Prof.ª Orientadora – Dr.ª Simoni Lahud Guedes
Universidade Federal Fluminense

_____

Prof. Dr. Bernardo Borges Buarque de Holanda
Fundação Getúlio Vargas

_____

Prof. Dr. Edilson Márcio Almeida da Silva
Universidade Federal Fluminense

_____

Prof. Dr. Edison Luis Gastaldo
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

_____

Prof. Dr. Marcos Alvito Pereira de Souza
Universidade Federal Fluminense

_____

Prof. Dr. Martin Christoph Curi Spörl
Museu Nacional - UFRJ

Suplente interno:

_____

Prof. Dr. Luiz Fernando Rojo Mattos
Universidade Federal Fluminense

RESUMO

Esta tese enfoca o campo de debates ocorrido, na mídia brasileira, sobre a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil, identificando os temas em debate, as categorias acionadas e as relações entre esta agência transnacional e os agentes nacionais de diversas ordens. Nesta análise, utilizo a idéia de negociação antecipada de possíveis conflitos, que subjaz inscrita no conceito *ideologia da harmonia* (Nader, 1996), procuro entender motivações, justificações e interesses envolvidos na relação assimétrica que se estabelece entre o país-sede, seus agentes públicos e privados e uma entidade como a FIFA, híbrida entre uma empresa multinacional e de um Estado transnacional, que, a partir do seu *status* monopolista de organizadora mundial do futebol, passa a agir como um agente de influência político-econômica mundial. Fazendo uma abordagem através da mídia impressa foi possível inferir que se trata de um grande sistema de dádivas, dotado, porém, de um hibridismo, já que a FIFA exige ao país-sede estruturas esportivas, turísticas e comerciais extremamente custosas, às expensas do país organizador. Essas grandes inversões econômicas são trabalhadas sob a representação de que se trata de um *legado* que ficará para o país, além da própria felicidade derivada da realização de um *megaevento* relativo ao futebol, o esporte, por larga margem, mais popular do Brasil. Dentro deste registro, as diversas instâncias e agentes brasileiros se colocam em um processo de idas e vindas, de interesses e justificativas, visando dividir e auferir um pouco dos capitais simbólicos que possam derivar de um processo tão extenso, invasivo e caro.

Palavras-chave

Megaeventos Esportivos - Copa do Mundo - Futebol - FIFA - Imprensa - Brasil

ABSTRACT

This dissertation focuses on the field of debates in the Brazilian media on the FIFA 2014 World Cup to be held in this country, identifying the issues in debate, categories summoned, and the relationships between this transnational agency and the diverse order of national agents. In this analysis, I use the idea of an anticipated negotiation of possible conflicts that is inscribed in a latent way within the ideological concept of harmony (Nader, 1996). My aim is to understand the motivations, justifications, and interests involved in the asymmetric relationship established between the host country, its public and private agents, and an entity such as FIFA, a hybrid form of a multinational firm and a transnational State, which by using its monopolistic status of worldwide soccer organizer, ends up acting as an agent with great political and economical influence. Using the print media as a source allowed inferring that this relationship is one big "gift" system, even if hybrid since FIFA demands that the host country provide highly costly sports, tourist, and commercial structures. Such large investments are represented as a legacy that will remain with the host country, not to mention the joy derived from holding a soccer mega-event, the most popular sport in Brazil. Within this key, diverse Brazilian organs and agents who become part of the process of ups and downs, interests and justifications, all of which aim at sharing and offering a piece of the symbolic capitals that may be derived from such an extensive, invasive and expensive process.

Keywords

Sports Mega-events - World Cup - Football – Soccer – FIFA – Press - Brazil

Dedico este trabalho a Sócrates Brasileiro Sampaio de Souza Vieira de Oliveira (Nasc. 19/02/1954 - ∞ 04/12/2011), um cidadão que, apesar de merecer esse nome longo como o dos nobres, por opção deixou toda sua nobreza para o seu espírito de luta, mantendo, literalmente, seus dois pés no chão. Formado médico, pessoa preocupada que era com a educação e com a cidadania, merecia assim o título de doutor, mas, com certeza, lhe caía ainda melhor o apelido de "Doutor" que o meio futebolístico lhe outorgou por méritos plenos.

O "Magrão", outro dos seus apelidos, lutou pela redemocratização do Brasil a partir da sua posição de jogador de futebol e de ídolo popular, nunca descuidando da ética, para se tornar um exemplo a ser respeitado entre seus pares jogadores e por todo e qualquer cidadão que pretenda ser capaz de assegurar seus próprios direitos, cumprindo seus deveres, na busca por um país menos iníquo e mais igualitário, com uma democracia que realmente atenda a todos.

Crítico dos abusos de vários dos agentes envolvidos na organização da Copa no Brasil, infelizmente morreu sem chegar a ver a Copa que gostaria, bem organizada, de custos equilibrados e com frutos, um "legado", para o Brasil, coisa na qual, aliás, não acreditava muito. Essa sua visão crítica me deixou muito cético, mas me deu mais vontade de me esforçar para contribuir para a análise e algum possível desvendamento das ações perpetradas para se realizar uma Copa do Mundo no Brasil. Espero fazer isso, em alguma medida, com essa tese.

Por último, deixo registrado que tive a emocionante oportunidade de conhecê-lo pessoalmente em um debate realizado no Teatro da UFF, mas que ele ficou me devendo, e a outros presentes, a companhia em um chopinho, que tanto amava, cioso que estava com outro compromisso assumido. Responsabilidade típica de quem ele era, mas, para mim, sua única falha imperdoável, deixando uma agora irreparável lacuna no meu currículo etiloacadêmico-futebolístico. Em outra vida, quem sabe...

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a muitas pessoas o apoio pessoal ou acadêmico à realização desta minha tese. Pode ser que eu esqueça alguém, pelo quê, desde já, peço perdão.

Aos meus pais, Eduardo Arouca de Andrade (*in memoriam*) e Altiva Bernardette Ribeiro de Andrade e também aos meus padrinhos, José Jeronymo Rivera e Naly Sá Roriz Rivera.

Muito especialmente, à minha orientadora Simoni Lahud Guedes.

Ao Magnífico Reitor Roberto de Souza Salles, que me concedeu o afastamento do meu cargo na UFF para cursar este Doutorado. Também para a Diretora do DAP à época, Mônica Retondaro, e para a minha chefe, Carla Luciana, que concordaram com o afastamento, de grande valia que foi.

Aos professores membros da minha banca Bernardo Borges Buarque de Hollanda, Edilson Márcio Almeida da Silva, Édison Luis Gastaldo, Marcos Alvito Pereira da Souza e Martin Christoph Curi Spörl e ao suplente Luiz Fernando Rojo Mattos, pela disponibilidade e pelas arguições.

Aos professores com os quais cursei disciplinas durante o Doutorado, mas, em especial, a Carlos Eduardo Barbosa Sarmento (FGV, *in memoriam*), Roberto Kant de Lima e Ana Paula Miranda.

Ao conjunto do professores do PPGA/UFF, com cuja atenção sei que poderia contar sempre que fosse preciso, como às vezes, de fato, ocorreu.

Aos servidores, e também colegas, da Secretaria do PPGA/UFF, que sempre me ajudaram em tudo o que precisei no campo das suas responsabilidades.

Ao pessoal do NEPESS - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Esporte e Sociedade. Muitos amigos... Cito apenas alguns: Marcos Alvito, Antonio Holzmeister, Bernardo Buarque de Hollanda, Martin Curi, Renato Lanna, Luiz Rojo, Mônica Araujo, Marília Martins, Lugui Burlamaqui Rocha, Francisco “Chico” Rodrigues, Carol Walliter, Luisa Prochnik, Pedro Pio, Ana Paula da Silva, Antônio Jorge Soares, Rosana da Câmara Teixeira, Leda Costa, André Alexandre, Ingrid Fonseca, Robson Campaneruti, Sara Souza, Ísis Leal e Hugo Moraes.

Lembro com um carinho especial, pelos bons momentos vividos, de alguns colegas da Pós-graduação da UFF: Tatiana, Rafael, Carolina Heliodora, Pedro Santos, Patrícia Pavesi, Alessandra Oberling, Izabella, Monique, as Micheles (Lima e Markowitz), Hilaine, Rolf, os colombianos Mary e David, Verlan, Carlos Abraão, Zé Colaço, Shirley, as argentinas Macarena, Carú e Ana Carolina, Sabrina, Omar, Gisele Fonseca, Márcio Filgueiras, Conti, Arthur Pecini, Leif, Mariana Batista, Nestor Mora, Fred e Marcos Veríssimo.

Aos meus colegas servidores da UFF.

Aos meus amigos não-antropólogos, agradeço a todos a compreensão, ou mesmo a falta dela, para com o velho amigo convertido em antropólogo, pois, entendendo ou não esse meu gosto pela Antropologia sempre se mantiveram amigos e apoiaram meu caminho. Nessa categoria, especialmente a Tatiana, ao Andradinho, ao meu primo Rodrigão, à Marinha e aos meus irmãos, Eduardo e Estevão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 11

- Pequeno histórico da minha trajetória no campo e da aproximação com o objeto de pesquisa, 11

- Pensando a Copa 2014 como Fato social total: O Brasil e o futebol, 13

- Do Objeto desta Tese, 15

- Estratégias de investimento na pesquisa, 18

CAPITULO 1: METODOLOGIA E A ABORDAGEM POR UM CAMPO EMPÍRICO HETERODOXO, 20

- A mídia na modernidade, 22

- Pensando o mundo "em rede" - influência e implicações sobre a imprensa, 26

- Os esportes na modernidade, 30

- A relação entre a mídia e os esportes, 31

- Sobre as estratégias de investigação, 32

CAPÍTULO 2: ORGANIZAÇÃO DO FUTEBOL MUNDIAL, 38

- A "Comunidade FIFA": entidade organizadora do futebol no mundo e agente de influência político-econômica, 38

- Sobre o processo de formação da Copa do Mundo FIFA como "evento", 44

CAPÍTULO 3: UM PARADIGMA "BOM PRA PENSAR" AS RELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE AS PARTES QUE ORGANIZAM UMA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL "FIFA": A DÁDIVA, 55

- Pensando a atuação da FIFA no mundo: um olhar através da *ideologia da harmonia*, 65

CAPÍTULO 4: APONTAMENTOS SOBRE O "JOGO" POLÍTICO: QUEM PODE MAIS, QUEM DEVE MAIS?, 84

- CBF/COL <=> "Brasil" <=> FIFA: Que relação de poder é esta?, 84

- Um foco nas exigências – o(s) "direito(s)" da FIFA (e os dos outros), 92

- Os poderes estatais brasileiros e a FIFA, 93

CAPÍTULO 5 - A CATEGORIA “LEGADO” NA MÍDIA: CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS E EXPECTATIVAS SOBRE O BRASIL E A COPA, 97

CONCLUSÃO, 119

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 124

ANEXOS, 129

I – 130

II – 132

III - 134

IV – 136

V - 139

"*A Copa do Mundo é da Fifa. Ela apenas acontece na Alemanha*" (FSP, 14/05/2013)

Frase-padrão, segundo Erich Beting, da FSP, de Joseph Blatter, Presidente da FIFA, à época da formação da Copa do Mundo de 2006, na Alemanha, quando criticado pelo excessivo poder dado à entidade sobre o evento.

"*Vou dizer uma coisa que é loucura, mas menos democracia às vezes é melhor para organizar uma Copa do Mundo*", disse em um simpósio sobre o torneio. "*Quando você tem um chefe de Estado muito forte que pode decidir, como talvez Putin possa fazer em 2018... é mais fácil para nós, organizadores, do que um país como a Alemanha .... onde você tem que negociar em diferentes níveis.*" (Folha de São Paulo, 24/04/2013)

"*A principal dificuldade que temos é quando entramos em um país onde a estrutura política é dividida, como no Brasil, em três níveis: federal, estadual e municipal. São pessoas diferentes, movimentos diferentes, interesses diferentes e é difícil organizar uma Copa nessas condições*" (Site UOL-Copa do Mundo, 24/04/2013)

Jérôme Valcke, Secretário-geral da FIFA

Introdução

- Pequeno histórico da minha trajetória no campo e da aproximação com o objeto de pesquisa.

Minha chegada, não só ao campo da Antropologia do esporte, mas também à própria Antropologia, ocorreu no agora distante ano de 2001, quando, após cursar a disciplina Antropologia III com a Prof.ª Simoni Guedes, fomos informados acerca de uma disciplina optativa que seria oferecida por ela no segundo semestre daquele ano, um curso sobre Antropologia do esporte, no qual eu me inscrevi.

Interessei-me pelo tema e, após este momento, pedi à Prof.ª Simoni que aceitasse me orientar na área da antropologia do esporte. Estas duas disciplinas se tornaram chaves da minha trajetória pela antropologia, que, antes disso, para mim, era não mais do que uma disciplina esotérica que eu me via "obrigado" a cursar no curso de graduação em Ciências Sociais que eu fazia na UFF. Este ano mudou minha percepção sobre o mundo, ao mudar minha percepção sobre a antropologia.

Desde então, tenho me dedicado à antropologia e tentado desenvolver minhas pesquisas dentro da Antropologia do esporte, através da minha entrada no Mestrado em Antropologia do PPGA/UFF em 2004 (à época, PPGACP/UFF). Neste espaço acadêmico, comecei a tentar atingir uma visão mais ampla sobre esse campo, seguindo posteriormente, em 2008, para o Doutorado em Antropologia no mesmo Programa de Pós-Graduação. Uma vez no Doutorado, passei a deter meu olhar na questão do interesse despertado no Brasil, em especial na mídia, pela escolha do país para efetivar a realização da Copa do Mundo de 2014 da FIFA. [1]

Afora a vivência como antropólogo e como nativo, percebendo a alegria de várias pessoas com quem convivi sobre essa escolha, bem como o ceticismo e/ou descontentamento de algumas outras, me parece, ao olhar retrospectivamente, que o que me chamou mais a atenção foi a massiva cobertura do tema por parte de toda a mídia impressa e televisiva, aberta e fechada, geral ou especializada, assim como da Folha de São Paulo, jornal que assinava à época, em suas várias editorias, inclusive Política e Economia, passando pelo Editorial, pela Coluna Social e pela Cidade/Cotidiano.

Mas, afinal, não se tratava só de uma competição esportiva, perguntaria alguém

[1] A FIFA é a federação internacional que controla o futebol e suas regras mundialmente.

levemente distraído ao observar esse processo de decantação pelo qual tal evento passava ao ser anunciado como vindo ao Brasil? Eu mesmo nunca tinha pensado muito mais profundamente em uma Copa do Mundo de futebol desse ponto de vista, da sua interferência nos países em que era realizado, até observar essa midiática expectativa da sua execução no Brasil. Isso apesar de todo interesse que a temática esportiva despertava ao meu olhar antropológico sobre as coisas, agora um tipo de cacoete. No entanto esse momento chegou, e uma reportagem da Folha de São Paulo em 2007, sobre as exigências da FIFA ao país que sediava sua maior competição me fez refletir um pouco mais profundamente sobre as implicações de um processo como este, fazendo-me iniciar uma jornada, algo errática, é verdade, no estudo das implicações que este processo representava para um país como o Brasil e para sua população, apaixonada pelo futebol (uma de suas identidades positivas), sim, mas também em busca de identidades complementares quanto a diversas outras questões sobre o "ser brasileiro".

Não sendo possível, em termos antropológicos tradicionais, fazer uma etnografia com a "tribo" dos brasileiros em sua totalidade e resistindo à tentação (e aos riscos) de tomar um pequeno grupo para "dar voz" à totalidade da "tribo", sendo eu mesmo membro da "tribo", me vi diante de um dilema. Afinal, como estudar um tema destes sem incorrer em uma série de erros que poderiam ocorrer ao ter que escolher entre fazer uma abordagem específica como uma etnografia, executável, mas talvez limitada para tal tema, ou optar por uma abordagem ampliada, mais sociológica, e talvez, por isso mesmo, generalizante por demais? Além disso, seria impossível a execução desta segunda opção com os recursos teóricos e metodológicos mais tradicionais na Antropologia.

Apesar dos riscos presentes em qualquer pesquisa antropológica, uma alternativa metodológica para abordar o tema me apareceu "estampada" nos jornais diários: a produção constante de reportagens e matérias sobre temas da sociedade que seus editores e repórteres consideravam "de interesse" dos seus públicos leitores. Em que pese o viés de cada jornal, era um campo de pesquisa menos explorado pela antropologia tradicional. E por que não investir em explorá-lo? Após algum debate com minha orientadora, meus professores e colegas e com os argüidores do meu projeto de tese, o recorte começou a se constituir enquanto objeto de pesquisa.

Voltarei ao tema, apresentando brevemente algumas estratégias utilizadas.

- Pensando a Copa 2014 como fato social total: o Brasil e o futebol

É preciso apontar uma questão que precede qualquer análise desta tese. Penso o tema "Copa do Mundo" como sendo de grande relevância no Brasil, como dito antes, dada a penetração que as questões relativas ao futebol têm demonstrado junto às mais diversas camadas e segmentos brasileiros. Pretendo tomar o futebol no Brasil como um *fato social total* [2] (Mauss, 2003), mas, mais especificamente, o evento "Copa do Mundo" de futebol masculino adulto da FIFA, apontado pelo antropólogo Édison Gastaldo (2009), a partir da sua videoetnografia realizada no Brasil durante a Copa do Mundo de 2006, como um *fato social total brasileiro*. Se o interesse público sobre futebol no Brasil costuma ser dado como certo, é importante notarmos que o interesse acadêmico sobre as manifestações emanadas do futebol cresceu de forma acelerada nas últimas décadas.

Isso é importante, a partir do fato de que o futebol passou a interessar a grupos da população brasileira desde sua chegada ao Brasil, na virada do séc. XIX para o séc. XX, tornando-se realmente popular a partir da década de 1920, o que segue até hoje. No entanto, acabou ficando quase totalmente à margem do interesse acadêmico até a década de 1970, a partir de quando se tornou foco do interesse direto de diversos acadêmicos brasileiros de relevo, sendo o primeiro marco disto uma dissertação de mestrado em antropologia, no PPGAS do Museu Nacional/UFRJ, um trabalho seminal de Simoni Lahud Guedes (1977).

A partir de tal premissa, e pensando que o futebol permite observar a existência de variados *capitais simbólicos*[3] (Bourdieu, 1996) no seu entorno (estético, cultural ou de informação, econômico, jurídico, político, religioso e de força física, entre outros) é que é possível compartilhar das percepções aqui explicitadas. Esta forma de abordagem não pretende excluir as visões diferentes existentes no mundo acadêmico, às vezes, mesmo, antagônicas, mas, apenas, delimitar a visão a partir da qual pretendo fazer minha análise nesta tese. Esta posição reflete, na verdade, o fato de que o futebol existe, é praticado, assistido, discutido, pensado, por um contingente muito grande de

[2] "Nesses fenômenos sociais 'totais', como nos propomos chamá-los, exprimem-se, de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas e morais - estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo -; econômicas – estas supondo formas particulares da produção e do consumo, ou melhor, do fornecimento e da distribuição -; sem contar os fenômenos estéticos em que resultam esses fatos e os fenômenos morfológicos que essas instituições manifestam" (Mauss 2003, P.187)

[3] O capital simbólico "é uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais, cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor." (P. 107)

brasileiros, sendo que mesmo os que não gostam de futebol são envolvidos no seu "universo" (DaMatta *et alii*, 1982), em momentos rituais como finais de campeonatos importantes e na realização das Copas do Mundo.[4]

Como ilustração mais simples disso, vemos que mesmo o vernáculo brasileiro é muito afetado por aquele derivado do futebol. Mesmo que não se goste de futebol, não há como se esquivar de entender expressões como "ser posto pra escanteio" (ser posto à margem de algo), "passar a bola" (contar algo, ou repassar uma tarefa, informação ou direito), "embolar o meio campo" (aparecimento de dificuldades), "clarear a jogada" (resolver algo sutilmente), "chutar pro alto" (afastar/ignorar problemas), "bater um bolão" (ser bom em algo) e "levar uma bola nas costas" (ser traído), entre várias outras que já foram objeto de análises acadêmicas.

Assim, não é preciso reafirmar a importância simbólica do futebol no Brasil, já devidamente demonstrada em diversos trabalhos. Da mesma forma, muitos trabalhos acadêmicos têm demonstrado que as Copas do Mundo são, para o caso brasileiro, o evento de maior significado (cf., por exemplo, Gastaldo e Guedes, 2006). Do ponto de vista da organização das Copas do Mundo, entretanto, uma entidade assume um lugar fundamental de protagonismo: trata-se da FIFA (Fédération Internationale de Football Association). Esta entidade, proprietária da marca Copa do Mundo de Futebol, faz uma série de exigências para o país que vai organizar a sua Copa do Mundo, exigências que implicam em uma série de mudanças prévias e específicas a serem feitas na legislação e na infraestrutura do país que ganha o direito de organizar e sediar o evento.

Em trabalho anterior (Andrade, 2009), o conjunto dessas exigências me despertou interesse pelo tema como objeto de análise em relação ao modelo de administração de conflitos a ser formalmente assumido pelas partes envolvidas, quais sejam: a FIFA e seu comitê no Brasil; os órgãos e agências governamentais de várias instâncias e poderes; a sociedade civil; e, o eventual público interessado no evento. Assim, achei relevante analisar os *capitais simbólicos* (Bourdieu, 1996) e algumas categorias e representações em jogo nesse processo e a forma como alguns desses diversos agentes reagiam às pressões e exigências a que eram submetidos, conforme isso se explicitava ou era captado e passado através de um segmento da mídia brasileira.

[4] Durante a qual o Brasil, simbolicamente, entra em suspenso, como no carnaval; é a *simultaneidade* (Anderson, 2008, Pág. 104), que o advento da prensa de Gutenberg iniciou em menor escala e que, na atual midiatização, de escala global e imediata, passa a unir iguais e diferentes, próximos e distantes, mesmo à sua revelia. Ver especialmente os trabalhos de Guedes (1998) e Gastaldo (2002 e 2009[2]).

- Do objeto desta tese

Originalmente eu pretendia fazer uma análise das representações sobre o Brasil que circularam em parte da mídia impressa durante a disputa, em 2007, pela realização de uma Copa do Mundo no Brasil. No entanto, durante o processo analítico, após coletar algum material sobre o tema, sem prejuízo desta intenção, percebi que o conjunto do material coletado poderia ser interpretado através do paradigma da dádiva, nos termos sob os quais Alan Caillé (1998) o analisou, apontando para questões relativas à questão da dádiva entre os modernos. A formação de redes de relações entrelaçadas, que envolvem discursos que se baseiam, ora na questão da confiança, ora na da desconfiança, pareceu ser parte importante do processo de negociar, planejar e executar uma Copa do Mundo tendo a FIFA como protagonista e parceira. A forma, ainda que conflitiva, de agenciar publicamente as várias categorias e representações coletivas sobre o tema, conforme são (ou "deveriam" ser) expostos no campo midiático, acaba contribuindo para a construção de um consenso, que seja, ao menos, sobre qual o tema que nos interessa, aos "brasileiros", debater publicamente.

Em vista do meu interesse pelo processo de realização de uma Copa do Mundo, como o *megaevento* em que se transformou, o meu olhar foi, como dito, atraído pela massiva cobertura midiática que o processo recebeu. Neste contexto, acompanhando o processo inicialmente pela Folha de São Paulo, jornal que assinava, além de outras leituras esporádicas sobre o tema, bem como na constante exposição televisiva do processo e acompanhando as cotidianas discussões sobre o tema, o objeto desta tese começou a consolidar-se. O interesse despertado por um tema reflete-se, sem dúvida, na cobertura midiática que recebe, o que, por sua vez, amplia sua importância, gerando reações e debates cada vez mais ampliados.

Algumas questões foram se constituindo, em vista da presença de vários agentes e agências nestes debates, tanto de caráter público quanto privado, que se expunham/eram expostos nos veículos midiáticos citados, com suas opiniões, ações e pareceres, usados pela mídia para constituir os seus produtos finais, a serem servidos aos seus públicos-alvo. No entanto, a mídia impressa, um desses canais, não apenas divulga informações selecionadas, mas também constitui interpretações (até pela própria seleção das informações que fornece e das que omite), tanto explicitamente – através de matérias opinativas assinadas – quanto na forma de apresentação das notícias, nas

formas de ilustração, nos locais nos quais estas notícias aparecem, além do caráter relativamente arbitrário do processo de escolha do que consideram como notícia, como nos ensina Silva (2010). Foi com tal percepção que as informações selecionadas sobre a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, tal como se apresentaram na mídia impressa, foram tomadas como tema desta pesquisa.

Nesse sentido, uma primeira pergunta que se impôs foi sobre as formas pelas quais um megaevento influencia os agenciamentos em conflito e em disputa sobre o Brasil, seus projetos e necessidades. Esta questão me conduziu à análise das possibilidades potenciais (legados e impactos, positivos ou negativos), expostos como categorias e apontadas por diversos atores e agências, que tiveram repercussão midiática, para a realização ou não de uma Copa do Mundo no Brasil.

Esta questão é importante quanto à forma pela qual são explicitadas ou justificadas pela mídia impressa e pelos atores que expõe, dentro deste processo de disputa sobre significados, realizações e capitais decorrentes. Todo este processo pode ser visto como constituindo um *campo* (Bourdieu, 1989, por exemplo) de disputas de caráter político, esportivo ou jornalístico. Informa-nos Bourdieu:

> "Eu defino campo como uma rede, ou uma configuração, de relações objetivas entre posições objetivamente definidas - em sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições – pela sua situação potencial atual (*situs*) na estrutura de distribuição dos tipos de poder (ou capital) cujo domínio determina o acesso aos ganhos específicos que estão em jogo neste campo, assim como pelas suas relações objetivas com outras posições (dominação, subordinação, homologia, etc.). Cada campo pressupõe, e cria, em sua própria existência, a crença no valor dos ganhos que pode oferecer." (Bourdieu, 1989) Tradução minha

Essa premissa é válida, na verdade, para uma área de interrelação entre o campo jornalístico, o político e o esportivo, envolvendo a disputa por legitimação política e social dos agentes de cada um desses campos, através do debate público e da disputa pela afirmação de modelos e representações da identidade brasileira, de potencial positivo ou negativo, a serem preservados, revividos, alterados, etc., conforme o maior ou menor poder de influenciar a interseção dos campos de forças em disputa que se estabelecem.

É importante esclarecer, nesta explicitação do objeto analisado, que a intenção

deste trabalho não foi fazer uma etnografia ou uma análise da mídia impressa em si, mas tentar apreender como certas categorias sociais são articuladas através dela em direção ao seu público, dada a sua relevância. Sob tal ponto de vista, é importante acentuar, desde o início, que considero que a imprensa, de um modo geral, produz uma relação estreita com o seu público, com o qual dialoga através das análises de público acessado, ou seja, os temas e ângulos que têm boa repercussão no público são ampliados, explorados, estendidos, enquanto aqueles que não despertam interesse são abandonados. Ainda assim, não é possível esquecer que a própria mídia, cada um dos seus órgãos e agentes, fala a partir de um lugar social e econômico específicos, tendo compromissos que ampliam ou limitam certos campos de análise, como veremos posteriormente.

Retornando ao objeto, no material usado para a tese, certas categorias são constantemente acionadas por esses agentes e agências citados, sob formas acusatórias ou laudatórias, sempre sob o crivo dos filtros editoriais, de certa forma, e servidos aos públicos-alvo dos jornais, em medidas diferentes, mas de forma constante. É importante ter isso em mente. *Legado; infra-estrutura; soberania; impacto (positivo ou negativo) sobre o país*, por exemplo, são algumas das categorias citadas e que suscitam atenção.

Neste material, entram em discussão visões e projetos sobre o Brasil, estabelecendo posições polares contra e a favor da realização de megaeventos: para alguns, é a oportunidade de produzir melhorias básicas que impulsionarão o país, para outros, é um desperdício de recursos que poderiam ser melhor utilizados se empregados de outra forma.

Na imprensa, transparecem discussões sobre o tema da identidade nacional brasileira no Brasil, repercutindo, inclusive, algumas visões externas sobre isso. Há inúmeros debates sobre a possibilidade ou oportunidade da realização da Copa no Brasil, em vista do alto custo financeiro de fazê-la. Tudo isso apesar da representação de que o Brasil é "o país do futebol", outra das categorias acionadas recorrentemente.

No contexto destes debates, verificam-se uma série de questionamentos sobre o poder da FIFA no mundo, e da CBF, no Brasil. Há debates sobre o domínio que estas agências teriam sobre outras áreas, também objetos do meu interesse antropológico. A FIFA tem se apresentado como um catalisador geral de representações nacionais através do futebol, tendo reconhecimento e representação em mais países do que a própria ONU, segundo afirmam seus dirigentes. Este trabalho deve, pois, abordar também essa questão.

Assim, essas superexposições midiáticas expõem um conflito sobre

representações sociais em disputa por uma hegemonia sobre *campos* (Bourdieu, 1989) que vão mesmo além dos já citados *campos* (Bourdieu, 1989) político, esportivo e jornalístico, como projetos pessoais, clubísticos, partidários, econômicos, nacionais, por exemplo. Segundo Jean-Loup Chappelet, acadêmico francês da área de administração pública,[5] autor de vários artigos sobre (mega) *eventos* esportivos e administração pública, vários desses níveis de pertencimento e interesse citados movem os agentes públicos e populações quando envolvida a questão sobre a conveniência de se fazer um (mega) evento esportivo na sua cidade ou país (Chappelet, 2006).

Esses interesses e vontades, derivados da busca por *capitais simbólicos* (Bourdieu, 1996) que sustentem e alavanquem regiões ou países, levando junto carreiras políticas e a sensação de prosperidade nesses locais, são, penso, diretamente ligados ao contexto em que é possível pensar o paradigma da dádiva (Mauss, 2003, Caillé, 1998) entre os modernos, como no caso da conjugação de variados sentidos com o termo "legado", que assume um caráter polissêmico ao se tornar uma categoria classificatória (*legado*) popularizada por alguns dos agentes envolvidos.

- Estratégias de investimento na pesquisa.

Tendo esboçado as questões orientadoras do trabalho, percebi, na defesa do projeto de tese, com o importante apoio dos meus arguidores, que o melhor suporte, como campo empírico para proceder a tal análise, seria a mídia impressa diária. Esta opção baseia-se na consideração de que a mídia impressa diária é menos fluida que a televisiva ou radiofônica, mas mais ágil que as revistas (semanais ou mensais), exigindo também menos aparato tecnológico para ser acessada.

Mas, para trabalhar essa temática dentro de um campo empírico tão complexo como a mídia (no caso, a impressa), era preciso, ainda, realizar outras opções. Em primeiro lugar, selecionar os jornais a serem usados que consideramos, inicialmente, deveriam ser em número de cinco.

Essa escolha, apesar de criar um problema, pois o volume de dados a analisar se tornou muito grande, dificultando o trabalho de seleção do material, parecia necessária e até mandatória, de forma a permitir, ao menos, a abertura do meu olhar para além dos lugares comuns que poderiam advir da escolha de um só jornal como fonte, especialmente por um deles ser um que eu já assinava. Isso acabou funcionando desta

[5] No IDHEAP (Institut de hautes études en administration publique) da Universidade de Lausanne, Suíça.

forma, mesmo terminando por optar por apenas dois dos jornais para realizar uma parte desta tese, a Folha de São Paulo e O Globo, do Rio de Janeiro. O olhar para os outros jornais selecionados me ajudou a conhecer, de forma mais ampla, o campo empírico que estudava, mas, regra geral, eles não foram muito analisados, por razões que explicitarei adiante.

Outra decisão estratégica foi a de tomar um período maior desses jornais escolhidos, tomando dados desde um mês antes da escolha do Brasil como sede até um mês depois, para permitir uma percepção maior do ritmo como os jornais expunham sua produção. Desta forma, foi delimitado o período de 01/10/2007 até 30/11/2007, não ignorando outros materiais já colhidos e analisados, que serviam de base para outra parte da tese.

Dada a baixa e relativamente nova incidência de pesquisas antropológicas que desenvolvessem estratégias parecidas que pudessem servir de paradigma, para essa pesquisa, tivemos, eu, minha orientadora e meus arguidores que "projetar", por assim dizer esta estratégia inicial particular, depois retificada para menos, simplificada. A particularidade metodológica, porém, e de resto, é parte da tradição das práticas de pesquisas antropológicas e aqui não teríamos uma exceção.

Capítulo 1: Metodologia e a abordagem por um campo empírico heterodoxo

Ao trabalhar com informações provenientes da mídia jornalística, percebi que se mostrava claramente necessário me cercar de cuidados metodológicos relativos ao tratamento deste tipo de mídia como fonte de material para análises antropológicas. Mas, também podemos pensá-las como sendo temas importantes no contexto em que os encontramos na mídia, tendo em vista o interesse social que despertem; talvez, representando o *senso comum* que orienta os imaginários e as representações do público "receptor" daquilo que é noticiado (Silva, 2010). Assim, se esse é um assunto que motivou opiniões expressadas publicamente por diversos agentes de um determinado campo (Bourdieu, 2003) e investigações jornalísticas destinadas a estabelecer relações com os leitores de um certo jornal, que são seu público-alvo (por dedução, interessados nas várias notícias e questões levantadas nas matérias apresentadas, de acordo com a linha editorial do jornal em pauta) então torna-se matéria sociologicamente relevante.

Pensando a mídia moderna a partir da sua acepção derivada da palavra latina *media*, conforme consagrada na expressão inglesa "mass media", ela é exatamente um "meio" de comunicação e de troca de informações entre diferentes pessoas e grupos de pessoas, tanto próximos, como distantes entre si. Pensá-la assim nos traz, de imediato, um problema: Que tipo de informação é produzida, por quais pessoas ou grupos, sob quais condições objetivas, sobre quais assuntos, visando quais pessoas ou grupos de interesse e, mesmo, uma questão bem mais difícil de responder, sob quais interesses? Esta última questão, na verdade, é o que acredito ser o cerne da questão sobre como abordar o que é noticiado pela mídia de uma forma geral. É, diria, uma questão inerente ao campo (Bourdieu, 2003) de existência da mídia.

Antes disso, é preciso que foquemos numa questão que a precede. Falei sobre informações circulantes, sob variadas maneiras e condições, entre diferentes pessoas e grupos de pessoas, produzidas sob formas e circunstâncias específicas. O que nos importa, novamente: uma atividade de específico interesse sociológico e antropológico.

É historicamente, no entanto, um campo de pesquisas que, ainda que usado até com alguma freqüência, era menos objetivado sob o ponto de vista metodológico, em relação ao seu uso dentro da Antropologia, conforme nos apontam Campanella e Martineli (2010), sendo primeiramente proposto por Debra Spitulnik no Annual Review of Anthropology em 1993 (Spitulnik, 1993) e por Isabel Travancas (2003) no Brasil.

Spitulnik (1993) é depois citada por Lila Abu-Lughod (2001, apud Travancas, 2003), nos termos seguintes:

> "A antropóloga Lila Abu-Lughod (2001:106) em interessante artigo sobre a televisão em uma aldeia no Egito se pergunta: "*O que têm os antropólogos a oferecer quando começamos a a encarar a televisão com seriedade?*". E cita o trabalho da norte-americana Debra Spitulnik (1993:307) em que esta afirma que os antropólogos "*já contornaram, de muitas formas, vários dos debates dos estudos de mídia(...) porque implicitamente teorizam sobre os processos, produtos e usos da mídia como partes complexas da realidade social e esperam antes localizar o poder e o valor da mídia em um sentido mais difuso, que em sentido direto e causal*". Para Abu-Lughod, os antropólogos precisam sair de suas posturas etnocêntricas para dar atenção aos contextos dos textos da mídia para poderem entender os processos em que os indivíduos estão envolvidos para produzi-los, assim como para interpretar os trabalhos da mídia em relação às questões culturais, sociais e históricas." (Travancas, 2003) **Grifos da autora**

Como disse antes, a análise da mídia tem interesse sociológico e antropológico, mas é um campo empírico de pesquisa relativamente novo para a Antropologia e, como apontado pelos autores acima citados, parece que suscita ruídos dentro do *mainstream* antropológico, que parece tratá-los como um campo externo às suas atividades e interesses. Nestes termos, essa tese avança um pouco por um campo ainda lateral dentro do campo antropológico, um campo que envolve transversalidades nem tão bem aceitas no seu cerne, que, em geral, prevê o trabalho de campo etnográfico junto a um grupo humano mais específico e delimitado.

Isabel Travancas (1991), ao fazer sua dissertação de mestrado junto ao PPGAS do Museu Nacional/UFRJ, ainda que em um trabalho sobre os jornalistas e a sua profissão, o fez nestes termos, etnográficos clássicos. Assim também o fez o antropólogo Edilson Márcio Almeida da Silva, junto ao PPGA/UFF, tanto em sua dissertação de mestrado (2000), como em sua tese de doutorado (2007), ambas mais baseadas em etnografias no sentido clássico, ainda que não somente.

Já os trabalhos baseados diretamente na produção midiática em si são uma pequena parte da produção antropológica brasileira, sendo até difícil mapeá-la, por ser

uma produção mais dispersa e errática embora este material venha sendo extensamente utilizado de modo subsidiário em diversas pesquisas. O objetivo desta tese não é analisá-la, mas é importante reafirmar a ainda pouca expressão deste tipo de trabalho como produção específica. Não é incomum encontrarmos pesquisas antropológicas que fizeram uso de algum material midiático, mas é bem mais difícil encontrar trabalhos dedicados a fazer suas análises a partir desse tipo de material. É a aproximação que tentarei fazer nesta tese.

- A mídia na modernidade.

Uma questão importante é o fato de que a mídia moderna se tornou quase onipresente nas mais diversas sociedades do mundo, a partir do tipo de desenvolvimento que veio a ter posteriormente à invenção da impressora de tipos móveis por Gutenberg, como aponta Benedict Anderson em seu livro Comunidades Imaginadas (2008). Anderson afirma que a invenção dessa impressora iniciou uma verdadeira revolução nas possibilidades de disseminação dos conhecimentos humanos, permitindo, por exemplo, que um conceito como o de nação pudesse se expandir, através da difusão mais homogênea e rápida de idéias conexas, conectando um número cada vez maior de pessoas suscetíveis e que iam se tornando letradas e, portanto, tendo acesso aos materiais impressos, que também se tornavam cada vez mais baratos e acessíveis a um grande público, situação dos dias atuais.

No entanto, é importante pensarmos que a mídia jornalística moderna é, antes de tudo, um produto comercial, que precisa dar retorno financeiro aos seus produtores, a fim de permitir a sustentação das suas atividades. Esta é uma questão que sempre esteve presente, como nos afirmam Robert E. Park (2008 (1) e (2)), sociólogo norte-americano da Escola de Chicago, Pierre Bourdieu (1997), sociólogo francês, Robert Darnton (2010), historiador cultural norte-americano, e, John B. Thompson, sociólogo norte-americano radicado na Inglaterra (1998).[6]

Da visão dos quatro, de uma forma geral, e cada um à sua época e perspectiva, é possível inferir que a grande mídia, apesar de buscar afirmar constantemente sua independência, é um setor que vive em relativa situação de dependência quanto à

[6] Uma curiosidade interessante sobre Park e Darnton é que ambos trabalharam como repórteres jornalísticos, Darnton por algum tempo nos anos de 1964 e 1965 e Park por vários anos, antes de se dedicar à carreira acadêmica como sociólogo.

captação, produção e publicação das informações e notícias que são sua atividade precípua. Devemos considerar, ainda, que, em países como o Brasil, de regimes liberais democráticos, é também uma atividade empresarial que visa o lucro, tendo proprietários, que tendem a influenciar a atuação dos seus empregados. Além disso, há também a necessidade de vender os seus produtos aos seus públicos específicos, conseguir anunciantes comerciais e, eventualmente, governamentais, além de brigarem pela verba de publicação de editais e balanços contábeis, públicos e privados. Isso torna implícita a questão de que esses produtos são submetidos a contingências que vão desde linhas editoriais determinadas até a necessidade de se adequar aos públicos que se quer que o consumam e a outros interesses variados, fazendo com que imponham alguns limites internos e externos à sua idealizada "liberdade" de imprensa. Assim, vemos que essa é uma atividade razoavelmente condicionada por variáveis econômicas e culturais importantes, que não se podem deixar de lado.

Isso implica em dizer que a produção midiática é manipulada. Não exatamente num sentido maquiavélico, como parece apontar a primeva Escola de Frankfurt, mas a partir da constatação óbvia de que essas condicionantes citadas antes podem ter poder suficiente para influenciar, ou mesmo determinar, a escolha do que é notícia relevante, do tipo que interesse ao público visado pelos seus produtores. Toda produção humana pode ser pensada como condicionada por imperativos simbólicos sejam eles culturais ou econômicos, mas Bourdieu (1997), tenta traçar uma demarcação de como, dentro do *campo* jornalístico especificamente, os condicionantes econômicos se fazem muito presentes, sendo induzidos, e induzindo, a partir desses condicionantes, a influírem em outros *campos*, principalmente aqueles que terminam lhe sendo mais próximos, como o da cultura, ou o da política, por exemplo.

Nesse sentido a tese de doutorado do antropólogo Edilson Silva (2007), baseada em sua etnografia, ajuda a esclarecer algumas das condições em que a redação de um grande jornal funciona ao produzir suas sucessivas edições diárias, sob influência de variados interesses, conhecimentos, vontades, representações e determinações de repórteres, redatores, editores, chegando aos diretores do jornal, estes sendo, por princípio, pessoas de confiança dos proprietários do jornal. Nestas condições, a redação de um jornal é sujeita a variadas disputas internas por cada um dos profissionais e áreas do jornal, cabendo a decisão final sobre qual e como será publicada uma notícia ao editor-chefe do jornal, sendo este mesmo submisso a determinações da área comercial do jornal, por exemplo.

Como é consagrado na área antropológica, não se deve generalizar, a partir desta análise de Silva, que todo e qualquer produto da mídia jornalística seja produzido exatamente desta mesma maneira, mas é razoável pensar que todos nela trabalham com a perspectiva difusa de que é preciso manter o funcionamento do jornal dentro de parâmetros econômico-financeiros sustentáveis, contribuindo para que isso ocorra, se não em todos os veículos de mídia comerciais, ao menos na maioria deles. Daí deriva, eu diria, o fato de que a criação de qualquer produto midiático está sujeita a condicionantes que não estão totalmente sob controle dos seus produtores. Nesse sentido, pode-se afirmar que não há independência absoluta em qualquer empresa da área jornalística, apesar dessa representação ser reclamada como uma das qualidades intrínsecas mais importantes de alguns veículos jornalísticos.

Há anos, neste sentido, se arrasta, no Brasil, a idéia de se criar uma lei sobre as responsabilidades e a regulação da atividade jornalística. Esta intenção parte mais de alguns campos governamentais em geral, mas há casos em que agentes e empresas privados também buscam interferir no processo jornalístico. O campo jornalístico (Bourdieu, 1997) brasileiro, reage, quase indistintamente, a esse tipo de tentativa com estardalhaço e acusações de atentado à liberdade e à democracia por parte dos propositores, de forma que essa matéria é sempre exposta aos seus leitores como sendo, não um direito democrático de qualquer sociedade que se pretenda como tal, mas sim como uma invasão totalitária sobre um campo de interesse público.

Sem entrar muito no mérito do debate, é importante assinalar que, não obstante esse modo indignado de reagir, é necessário entender que o que esse campo jornalístico busca é, mais do que liberdade para publicar os fatos que apure, uma independência em relação a qualquer controle que lhe seja externo. Entretanto, quanto à independência jornalística em si, é possível inferir, ao ler esses estudos citados, que essa não existe em última instância, já que os campos de influência intrínsecos, internos e externos, sobre a produção jornalística, citados pelos autores desses estudos, são diversos, arraigados e decisivos quando em ação.

Ligado a isso, uma das características importantes da mídia moderna é a idéia de se fazer um *jornalismo investigativo*. Esse tipo de jornalismo, uma representação relativamente recorrente dentro desse campo, é fundado na vontade de tornar o jornal um veículo dos interesses públicos, num sentido amplo, fazendo com que, a partir do princípio da liberdade de imprensa, o jornal investigue e denuncie malfeitos e desvios de agentes públicos e privados, publicando-os e levando-os, assim, ao conhecimento da

sociedade (Waisbord, 2000).

O jornalismo do tipo *investigativo* parece ser parte importante da produção jornalística atual, pois gera interesse no público leitor, podendo ajudar a aumentar a circulação dos jornais e atrair anunciantes. Logo, denunciar malfeitos, por que é certo assim fazê-lo, não é somente um interesse desapegado e republicano dos "puros" de dentro do *campo jornalístico*, como os classifica Bourdieu (1997), mas também uma necessidade, pois atrai público, vendas e anunciantes. Por outro lado, ele pode tender a ser limitado pelas pressões das partes denunciadas, sejam elas agentes do governo ou da iniciativa privada, caso, e principalmente, se, uma delas, ou ambas, estejam envolvidas nas ilegalidades denunciadas ou possam ter responsabilidade civil e/ou criminal derivada de alguma impropriedade em suas atividades precípuas.

Ainda neste contexto, é preciso não esquecer a influência que as verbas de divulgação e propaganda privadas e governamentais podem exercer sobre os meios de comunicação. Uma das coisas que tanto Darnton (2010), como Thompson (1998), nos apontam é que, na Europa, os jornais, ao longo do século XIX, após um desenvolvimento relativamente dependente de corporações profissionais e de mecenas, em vista de um número ainda pequeno de leitores, passam a buscar alguma independência na emergente ampliação do número de pessoas letradas, que poderiam comprar suas edições. Nestes termos, o jornalismo teve um surto de expansão que começou em meados do Século XIX e continuou pelo século XX, baseado na figura do leitor comprador. No entanto, os jornais são, em geral, empresas capitalistas, que concorrem entre si, tendo que conquistar o público através da sua linha editorial, mas sofrendo concorrência de outros jornais. Isso leva à necessidade de reduzir custos e ampliar receitas, visando manter um preço de venda competitivo em relação à concorrência. Este processo, em seu curso, ainda é afetado por uma crescente concentração do controle dos diversos veículos de imprensa em alguns poucos conglomerados. Neste sentido, as verbas de propagandas, anúncios, editais, balanços contábeis e outras publicações de empresas e governos são parte do interesse do setor comercial dos jornais. Desta forma, penso que é possível deduzir que esse interesse específico faça parte do cálculo dos interesses em publicar certas notícias ou informações que possam afetar ou desagradar alguns desses agentes e instituições, ou, pelo menos afetar a forma de se publicar essas notícias.

Em resumo, só é notícia, o que é escolhido para ser publicado, sob as condições vigentes em cada contexto de cada redação, de cada jornal, de acordo com uma série de

representações e interesses que delimitam essa produção. A frase “Toda notícia que couber, a gente publica” vista por Darnton (2010) na sala de imprensa da Delegacia de Manhattan, implica, segundo ele, nas questões da disponibilidade de espaço para publicar uma notícia, bem como na sua adequação a concepções culturais prévias relacionadas à notícia a ser publicada. Mas, também à própria concepção do que é *notícia* e do que não é. Qualquer uma dessas três abordagens remete a um componente econômico em última instância, pois uma publicidade paga pode excluir uma matéria da impressão do jornal, bem como a sua suposta inadequação aos interesses que regem a linha editorial do jornal, seja por interesses ligados ao público comprador, seja por interesses de outras ordens, não acessíveis ao conhecimento geral, somente ao dos integrantes do *inner circle* editorial de cada empresa jornalística.

Desta forma, e ainda levando em conta o conjunto dos escritos dos autores citados, devemos pensar que além do espaço físico e da adequação cultural ao público visado, é preciso levar em conta também que, quem define “o que cabe ser publicado” é, em última instância, a pessoa ou conjunto delas, ou a instituição - o *inner circle* de cada jornal, que controla o jornal economicamente falando. Assim, o equilíbrio entre a venda da tiragem do jornal e seus anunciantes pode ser um fator relevante e não bem explicitado ainda nesta equação da produção do jornal como meio de comunicação. Não vai ser possível entrar muito nesse mérito nesta tese, mas o nível de equilíbrio deste jogo seria uma informação importante para nos ajudar a entender melhor o que “coube” e, assim, foi publicado. Para informar melhor sobre esta questão dos critérios de noticiabilidade, podemos apelar ao artigo da doutora em comunicação Christa Berger (2002), cujo artigo sobre o tema analisa a “passagem” do acontecimento à categoria de notícia. Ela aponta que um acontecimento precisa ter compatibilidade com a estruturação editorial do veículo de mídia, devendo “caber” nos critérios ideológicos que condicionam o jornal. Além disso, Berger (2002) aponta também que a apreciação do leitor e a concordância do anunciante, concorrem para estabelecer empiricamente os critérios de noticiabilidade na mídia.

- Pensando o mundo em “rede” e sua influência e implicações sobre a imprensa.

Como vimos acima, e pensando em seu papel histórico autodeterminado de disseminadora de conhecimentos e notícias a contingentes cada vez maiores de pessoas

em variadas sociedades, de forma crescentemente autônoma, é possível pensar a mídia impressa como um dos pontos de partida da construção de um mundo em "rede".

Se esse processo se acelera desde o início das Grandes Navegações, essa "rede" ainda é fortemente controlada, do ponto de vista ocidental, pelos governos monárquicos dos países, que, defendendo seus interesses, controlavam o fluxo de informações conforme pudessem ajudá-los ou prejudicá-los nas disputas internacionais e internas. No entanto, essa é a mesma época em que se inicia o desenvolvimento da imprensa (Darnton, 2010), com a consequente expansão do volume de informações cada vez mais disponíveis a grupos cada vez maiores de pessoas, a partir da Europa inicialmente, mas se expandindo pelo mundo.

Assim, se o primeiro produto a sair da novíssima impressora de Gutenberg foi uma Bíblia, texto conservador por tradição, seu método de impressão facilitou a produção e disseminação dos mais variados tipos de conhecimentos científicos, culturais e de informações em geral, assim como facilitou a alfabetização, num longo processo, que vem a culminar, segundo Darnton (2010), com a relativa autonomização da imprensa jornalística, a partir de meados do Séc. XIX até princípios do Séc. XX. Esse crescente índice de alfabetização das populações de vários países, impulsionado pela própria disseminação dos livros e impressos em geral - um círculo virtuoso - permitiu que uma imprensa informativa de caráter diário fosse aos poucos se firmando, levando a essa autonomia, que, ainda que relativa, passou a se consolidar (Darnton, 2010). Pensando no que foi dito antes aqui, é interessante pensar que, mesmo considerando que a liberdade da imprensa é condicionada por várias questões internas e externas a ela, como seria de se esperar, com certeza dispõe de um alcance e de um nível de liberdade inconcebível antes da disseminação pelo mundo do sistema de impressão criado por Gutenberg.

Mas, na atual "supermodernidade", é relevante pensarmos que, se a imprensa (e a mídia em geral) por longo tempo cresceu em um sentido de se livrar, na medida do possível, de controles externos a ela e se aproveitou dos cada vez mais avançados meios e sistemas de comunicações mundiais para estabelecer uma primazia sobre o que podemos chamar de um "sistema de fornecimento comercial de informações públicas e privadas" aos seus segmentos de público, ela[7] também passou a sofrer uma concorrência muito forte, já que parte das informações que antes mediava passaram a poder ser

[7] Especialmente desde o advento da internet, o mundo "conectado" em hiperligações da World Wide Web.

acessadas mais seletivamente por parcelas crescentes das populações mundiais. Essa questão não é, discutida por Thompson (1998), por exemplo, a não ser de uma forma muito superficial,já que seu livro foi escrito originalmente em 1995, portanto ainda muito no começo da expansão do sistema WWW. Os mais diferentes segmentos sociais assim como as diversas agências públicas e empresas em geral, passam assim a poder diversificar, a certo momento, e ao seu critério, as fontes de informações que acessam e que disponibilizam a uma série de mediadores, ao menos nos países com razoável nível de liberdades civis, a imprensa especialmente entre eles, mas não só.

Apontar essas questões nos ajuda a entender de imediato uma delas: o mundo, constantemente, vem se tornando um mundo de informações cada vez mais acessíveis e/ou disseminadas, ainda que não necessariamente interpretadas apropriadamente. Nestes termos, o papel da imprensa continua vigoroso, com os seus profissionais sempre prontos a buscar conexões entre temas, assuntos e informações dispersos pelo mundo e repassar de forma cada vez mais rápida, dentro dos seus padrões específicos de trabalho, como vimos, ao seu público de escolha, que irá ajudar a sustentar essa atividade se vier a manter seu interesse em tal ou qual publicação, aderindo também a imprensa ao uso da WWW no desenvolvimento da sua atividade, já que ignorá-la seria um grande risco comercial.

A relativamente recente abertura do jornalismo impresso, da grande imprensa especialmente, bem como daqueles radiofônico e televisivo, à interação mediada digitalmente com o público, seja ele já cativo, seja ele neófito, é demonstração cabal de que mudanças ocorreram, mas que o setor midiático buscará manter o status adquirido ao longo dos quase dois séculos de sua expansão. Isso foi importante inclusive para a minha execução deste trabalho. Em vista da dificuldade de acessar os materiais de pesquisa junto à Biblioteca Nacional, e mesmo junto aos jornais, apelei à WWW como forma de ter acesso ao material necessário, atividade na qual logrei relativamente bons resultados a custos relativamente baixos.

Outra forma importante de reação, visando a manutenção e a expansão da sua clientela, em dias de expansão das mídias digitais, é o fato de que mesmo as mídias jornalísticas impressas disponibilizam versões digitais de sua produção material, com mais ou menos tecnologia e interação, conforme seu poder econômico. Grande parte delas mantém fóruns de discussão digitais dos temas em voga, além de manterem blogs em que seus jornalistas mais destacados interagem diretamente com o público, e estes, entre si, lançando notícias, comentários e interpretações sobre temas que surgem no

meio do dia, visando manter, nessa interação digitalmente mediada,[8] uma audiência cativa em interesse pelo seu ambiente jornalístico.

Assim, a imprensa, em vista das mudanças tecnológicas contemporâneas - talvez, comparáveis à criação de Gutenberg - passa a tentar manter seu campo de influências, ao deixar de ser uma rede que liga pessoas que não chegam, em geral, a se conhecer fisicamente, com as informações que optou por interpretar e repassar,[9] tentando seguir com seu negócio ao entrar fortemente nessa "super" rede em que, ainda que englobada por ela, continua a deter poder, informando e subsidiando indivíduos que são cada vez mais, também eles, livres para circular e se comunicar entre as variadas fontes de informações à sua disposição nesse novo mundo.

O desenvolvimento do moderno mundo em "rede" (Thompson, 1998), junto com a criação da impressora de Gutenberg e da crescente alfabetização da população mundial, permitiu que a imprensa se tornasse parte relevante da sociedade em qualquer lugar em que exista, em especial em sociedades democráticas, mas seu hiperdesenvolvimento contemporâneo leva, penso, essa mesma imprensa (e a mídia em geral) a um momento de mudança de paradigmas. A comercialização de informações é uma atividade cada vez mais concorrida, em um mundo que começa a tentar dar um próximo passo, que é o aumento da capacidade de comunicação entre pessoas de diferentes línguas nativas, um caminho que parece mesmo natural após a globalização (Thompson, 1998), a aproximação das distâncias globais antes "intransponíveis" sem grande esforço e risco. Isso sem contar a própria vocação atual de troca mais livre de informações entre "pares" localizados em lugares tão distantes como o interior da selva amazônica e um posto avançado de apoio à escalada localizado em algum lugar

[8] Thompson (1998) não chegou a pensar esta questão nestes termos, mas poderíamos pensar em uma forma de interação do tipo "interação mediada cibernética", ou "interação eletronicamente mediada", ou, ainda, de forma mais simples, "interação mediada à distância", lembrando que a interação de pessoas pela WWW já se tornou sujeita a uma série de protocolos lingüísticos próprios ao seu desenvolvimento, com certa predominância do inglês como um tipo geral de língua franca, quando preciso, mas com algumas "marcações" visuais relativamente disseminadas em várias línguas locais. Assim, se escrever somente em maiúsculas é o equivalente a gritar, ressaltando uma "fala" ou mesmo visando agredir algum interlocutor, bem como inserir *emoticons* no texto é uma forma de comunicação paralinguística, sendo *emoticon* uma palavra derivada da junção dos seguintes termos em inglês: emotion (emoção) + icon (ícone) (em alguns casos chamado *smiley*). Assim, essa é uma seqüência de caracteres tipográficos, tais como: ☺, ou \o/ e ☹ ; ou, também, uma imagem (usualmente, pequena), que traduza ou queira transmitir o estado psicológico, emotivo, de quem os emprega, por meio de ícones ilustrativos de uma expressão facial. Exemplos: ☺ (isto é, sorrindo, estou alegre); ☹ (estou triste, chorando), etc. Normalmente é usado nas comunicações escritas de programas mensageiros, como o MSN Messenger ou pelo Skype e outros meios de mensagens rápidas, mas é cada vez mais encontrável nas mais variadas circunstâncias de interação mediadas através da WWW.

[9] Como aponta Thompson (1998), uma *quase-interação mediada*.

próximo ao topo do Monte Everest, atividade facilitada pela WWW.

- Os esportes na modernidade.

Uma questão interessante, mas não diretamente relacionada com o desenvolvimento da mídia, em especial a impressa, é o fato de que várias atividades corporais livremente praticadas e alguns passatempos começam a serem desportivizados (Elias, Dunning, 1992), codificados, exatamente à mesma época em que o jornalismo impresso começa a se firmar como atividade mais autônoma. Segundo estes autores, a desportivização dos passatempos, que se cristalizava desde princípios do Séc. XIX, é parte de um longo processo de controle das pulsões pelo qual passaram as classes altas britânicas rumo à mediação e resolução parlamentarizada das suas diferenças, um processo descrito pelos autores como, civilizatório, levando à modernidade social. Na questão específica da desportivização das práticas físicas, ela ocorreu no sentido de aumentar o autocontrole dos alunos das escolas inglesas das classes altas, tentando controlar a violência entre eles e para com os seus professores, criando assim uma têmpera no caráter desses jovens, que seriam, no futuro, representantes do Império Britânico, no Reino Unido e no mundo, incluindo suas Colônias.

Ocorre, no entanto, que alguns destes esportes derivavam, muitas vezes, de práticas corporais, jogos mesmo, populares, e, outros, derivavam de passatempos da própria elite britânica, mas que ao longo do tempo tornaram-se populares também. Dizer isso é importante, pois a popularização dos esportes, em especial, o futebol, ainda que não diretamente relacionada com o desenvolvimento da mídia jornalística, era um campo interessante para potencializar tal desenvolvimento. A criação da Liga Inglesa de futebol, e de campeonatos sob seu controle, depois da metade do Séc. XIX, vai começar a estabelecer uma ligação entre o popularizado interesse pelas atividades futebolísticas e o interesse específico em ter acesso a informações sobre as atividades deste campo. Assim, a especialização não deve ter demorado, por suposto. Nada muito diferente dos dias atuais, creio.

Baseado nesta idéia é que penso que, diretamente relacionadas que são, essas duas atividades potencializaram uma à outra neste início, num círculo virtuoso que, desde então, trouxe benefícios a ambos os lados. Maiores vendas para a mídia jornalística, maior divulgação para os clubes e associações esportivas, sem nos esquecermos da provável satisfação dos contingentes da população interessados em tais

informações, que são partes integrantes do campo mais geral que engloba os campos de interesse específicos de cada área.

- A relação entre a mídia e os esportes.

Para fazer essa tese, uma questão fundamental a ser debatida é o papel que mídia e atividades corporais esportivas passaram a ter na modernidade, inclusive com o atual nível de comprometimento perceptível na relação entre esses dois campos.

Como expus acima, é provável que a atuação de cada um dos campos, esportivo e jornalístico, tenham potencializado a força e a expressividade social do outro. Sem que isso tivesse ocorrido desde há muito tempo, com certeza não teríamos a situação atual, em que as atividades esportivas em geral (o futebol em particular) e a mídia esportiva, agora já bem especializada, quase autônoma, no campo jornalístico, são atividades extremamente desenvolvidas, atraindo e potencializando-se mutuamente, num tipo de moto-contínuo interdependente.

Para respaldar uma perspectiva como essa, recorro à análise de Ronaldo Helal (2001), que reflete acerca do atual entendimento da mídia em geral, mas em especial sobre a mídia dedicada às questões do esporte, afirmando em seu artigo:

> *"A perspectiva adotada aqui é a de que mídia e sociedade moderna não podem ser entendidas como departamentos autônomos, independentes entre si: a sociedade moderna é, em última instância, uma sociedade "midiatizada". A mídia seria, assim, um espaço privilegiado de* ***produção de discursos sociais*** *e dos espetáculos esportivos modernos como um dos emblemas mais visíveis deste processo de "midiatização" de eventos culturais."* (Helal, 2001, pág. 151, grifo meu)

Como podemos depreender desse pequeno excerto do texto de Ronaldo Helal, a mídia, de uma forma geral, e os esportes, como espetáculos populares que se tornaram desde o séc. XIX, e, especificamente, o futebol, são partes de um poderosa imbricação, derivada de questões de interesse, em geral, mútuo, ainda que cada qual ligado ao modo de agir compatível com o seu respectivo campo de atuação, como seria de se esperar, mas sempre referenciados e perpassados pelo modo de agir do outro.

- Sobre as estratégias de investigação.

Os momentos iniciais da minha pesquisa foram aproximações mais amplas e que circularam por notícias de datas variadas, montadas tal qual uma bricolagem, ligando pontos aparentemente desconexos ainda um pouco sem muito método, visando aguçar as percepções que eu tinha sobre esse "mundo" no transcurso do meu doutoramento. Por assim dizer, eu estava tentando "pegar no ar" as conexões entre temas e problemas que apareciam relativamente desconectados na mídia, como meras notícias sobre assuntos relativamente separados, grande parte das vezes aparecendo em diferentes editorias dos jornais, ainda que no contexto dos temas maiores e dispersos, nas "rubricas" da "Copa 2014" e do "futebol".

Não obstante esse caráter pouco sistemático daquele início, seguir as notícias da imprensa da mesma maneira aparentemente errática com a qual esta trabalha foi bastante produtivo. Permitiu, por exemplo, entender um pouco mais alguns princípios da análise antropológica feita por Edilson Silva (2010) quanto às prioridades e demandas de um jornal ao "construir" suas edições diárias, de acordo com os variados interesses envolvidos neste ato, que pode parecer simples olhado de fora, mas que está sujeito a pressões nem sempre passíveis de serem explicitadas. Além disso, serviram como treinamento do olhar mais crítico para um meio que, às vezes, parece simplesmente uma "expressão da realidade", se não o desconstruímos a contento antes de utilizá-lo para qualquer fim, mesmo que como prosaico meio de informação social, seu efeito mais comum e esperado.

A avaliação dos diversos aspectos que envolvem o processo de realização de uma Copa do Mundo da FIFA através da mídia exige cuidados, mas talvez permita perceber o que é priorizado em termos dos discursos sociais produzidos para o público leitor de um jornal e também daquilo que possa vir a ser interesse dele. Afinal, eles são os consumidores que garantem a circulação, em última instância, deste produto, ratificando, através desse consumo, a importância de um tipo ou outro de informação produzida.

Para atingir uma perspectiva como essa, recorri desde muito cedo à análise de Ronaldo Helal (2001), que reflete acerca da mídia em geral, mas em especial sobre a mídia esportiva, conforme trecho já transcrito acima.

Como, de certa forma, o processo importa até mesmo mais do que os resultados finais, para efeito de certas avaliações pós-modernas do trabalho antropológico, essas

minhas avaliações prévias à escrita integral da minha tese são, com certeza a demonstração de parte, ao menos, do caminho para chegar aqui. Pensando assim, acredito que esse esforço aqui feito para a (re)conexão e reordenação dessas avaliações foi parte importante do desenvolvimento desta tese.

Para realizar tais avaliações, inicialmente tomei, mais especificamente, como fonte descritiva principal das mudanças exigidas pela FIFA, uma reportagem do jornal Folha de São Paulo (doravante, FSP) do dia 27/04/2007 (pág. D2 do seu caderno esportivo), que listava as exigências "jurídicas" estabelecidas pela FIFA ao país que desejasse coorganizar uma Copa do Mundo de futebol masculino adulto da FIFA, bem como algumas manifestações de políticos e governantes brasileiros envolvidos sobre o tema Copa 2014. Também usei informações de algumas outras peças jornalísticas sobre o tema publicadas posteriormente no mesmo jornal, em datas diversas. Além desse jornal, dirigi meu olhar, frequentemente, a outros jornais, a revistas semanais e a certas mídias eletrônicas atuais, como sites dos organizadores e blogs de jornalistas e pesquisadores do tema "futebol".

Isso tudo, sem contar a inevitável exposição diária do tema na mídia televisiva, que além de toda a sua programação jornalística normal, possui programas informativos diários específicos sobre esportes, além de ao menos cinco canais esportivos fechados que se dedicam fortemente, no Brasil, ao futebol. Penso que, à época, essa primeira aproximação etnográfica pelo extravasamento midiático das relações entre os diversos agentes do Estado brasileiro e da FIFA, me permitiu realizar um mapeamento inicial e bem razoável de diversos desses agentes e de suas posições pessoais e institucionais perante a mídia. Em que pese a atenção que deve ser dada ao trato de informações provenientes de fontes jornalísticas, esse método de idas e vindas veio a se tornar importante para mim, sendo frutífero para a construção de algumas das questões que embasam essa tese.

Assim, penso, a volta da Copa do Mundo FIFA ao Brasil é um assunto que motivou opiniões variadas e investigações jornalísticas destinadas a estabelecer relações com os consumidores destes materiais midiáticos, que são seu público-alvo, e, por dedução, interessados nas várias notícias e questões levantadas nas matérias apresentadas, de acordo com a linha editorial do jornal em pauta. No caso, o jornal produziu uma matéria que apresenta em seu corpo opiniões de especialistas, governantes e políticos que parecem levantar prós e contras do tema, tudo isso, como apontado, arranjado pela equipe editorial do jornal em questão. No entanto, para mim,

era perceptível um viés crítico, por parte do jornal, a se aceitarem integralmente as alterações propostas pelo acordo a ser assumido entre as partes envolvidas, como descritas na Parte I deste trabalho.

Este viés não parecerá nem um pouco estranho se levarmos em conta que, segundo Sílvio Waisbord (2000), a Folha de São Paulo é um dos jornais brasileiros que, na década de 1980, mais tendeu ao tipo de jornalismo investigativo disseminado dentro do jornalismo norte-americano das décadas de 1960 e 1970. Desta forma, a Folha de São Paulo, de forma adaptada ao contexto brasileiro, mantinha algo dessa diretriz ainda em 2007, produzindo uma reportagem de forte caráter questionador sobre as exigências da FIFA para fazer a sua Copa de 2014 no Brasil.

Além disso, a Folha de São Paulo, considerado um "jornal de prestígio", é um jornal de características liberais, oriundo do maior centro econômico do país, mantendo uma linha de crítica ao Estado superdimensionado, como transparece de sua visão sobre o Brasil, em especial a partir dos anos do PT na Presidência da República. Independentemente de ser um jornal paulistano, a Folha, desde 30 anos atrás vem buscando ampliar seu mercado, sendo hoje em dia um jornal de circulação nacional, o de maior circulação do Brasil (Fonte: Instituto de Verificação de Circulação, *apud* FSP, 10/03/2012, Mercado, fls B12).

Durante a defesa do projeto desta tese, em setembro de 2010, conversando com meus arguidores sobre o assunto, chegamos à conclusão de que seria interessante ampliar o universo de pesquisa, o campo em si de pesquisa, procurando evitar ao pesquisador ser contaminado pelo viés que qualquer veículo de mídia possui, tendo em vista todos esses apontamentos sobre o campo jornalístico feitos até agora, estabelecendo, portanto algum termo de comparação, que também ajudaria a tratar melhor os materiais até então trabalhados. Além disso, definimos um período para que fossem levantados os materiais produzidos pela mídia impressa jornalística. Este período, o que imaginamos atender melhor aos objetivos desta tese, foi relativo à data de escolha do Brasil como sede da Copa FIFA, dia 30/10/2007, sendo delimitado desde um mês antes desta data até um mês depois desta data. Também definimos que deveria buscar jornais de Estados diferentes, de preferência incluindo um Estado não contemplado em ser sede de jogos da Copa, para ampliar o campo exploratório no que fosse possível.

Desta forma, fui buscar por jornais junto à Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Para minha decepção, mesmo três anos depois, os volumes de outubro e

novembro de 2007 ainda não estavam disponíveis para pesquisa, nem os dos jornais de maior circulação, como a Folha de São Paulo e O Globo (RJ). Jornais de outros Estados, então era mais improvável ainda, fui informado. Ao começar a pensar em fazer a busca física dos exemplares junto às redações, cheguei à conclusão de que tal processo seria muito custoso, pois o próprio jornal O Globo, localizado no Rio de Janeiro, tinha uma série de exigências para se ter acesso aos seus arquivos, como a necessidade de se pagar uma taxa de visita e se agendar a visita, sem contar o alto custo das cópias eventualmente solicitadas ao serviço. Quanto aos outros jornais, seria também muito custoso fazer viagens a outros Estados, especialmente sem a garantia de conseguir o que desejava.

Em vista de tais dificuldades iniciais, resolvi proceder a uma busca por jornais na WWW, como forma de me aproximar do seu conteúdo, se disponível. A verdade é que tal procedimento se revelou muito produtivo e econômico em vista das dificuldades e custos previstos para proceder à tal busca *in loco*. Diante de tal universo, consegui selecionar sete jornais que disponibilizavam seu conteúdo para visualização de interessados. Disponíveis gratuitamente estavam, à época, ao menos, Estado de Minas, de Belo Horizonte/MG; Gazeta do Povo, de Curitiba/PR; Diário de Cuiabá, de Cuiabá/MT; Correio de Sergipe, de Aracaju, SE; e, Gazeta de Alagoas, de Maceió/AL. Destes, os dois primeiros foram descartados por mim, por serem sedes de jogos da Copa e serem de certa forma redundantes com outros jornais de cidades igualmente sedes.

Na forma de acesso pago, estavam a própria Folha de São Paulo, de São Paulo/SP e O Globo, do Rio de Janeiro/RJ. Estes dois foram escolhidos por mim, sendo que ao primeiro eu já tinha acesso, por ser, como já dito, assinante, o que facilitou o processo de coleta do material. Já quanto ao segundo, O Globo, o acesso, mesmo para a compra do material do mesmo, era um tanto ou quanto mais complexo, com um sistema de consulta limitado a poucas palavras de cada notícia, somente em modo texto, sem imagens ou gráficos, à diferença de todos os outros escolhidos, com seu conteúdo sendo inacessível até para os seus assinantes regulares. O custo de cada notícia era alto, R$ 2,68. Como pedi 118 notícias do mesmo, o custo resultou alto, na faixa dos R$315,00.

O procedimento-chave da minha pesquisa foi realizar a busca nestes jornais através do termo de busca “Copa 2014”, um termo simples, de forma a não restringir a busca com termos mais complexos, mas, provavelmente, mais excludentes quanto

aos resultados de busca. Desta forma consegui relacionar matérias em todos os sete jornais previamente escolhidos, nos seguintes volumes:

- Gazeta de Alagoas, 8 matérias – ligado ao O Globo
- Correio de Sergipe, 3 matérias
- Diário de Cuiabá, 58 matérias
- O Globo, 118 matérias
- Folha de São Paulo, 194 Matérias
- Estado De Minas, 58 matérias
- Gazeta do Povo, 69 Matérias

A Gazeta de Alagoas, da capital, Maceió, que tinha muito pouca esperança de se tornar sede de jogos da Copa, teve oito notícias, de caráter aparentemente neutro, e somente próximo à época do anuncio da escolha do Brasil como sede da Copa de 2014.

Já o Correio de Sergipe, da capital, Aracaju, teve apenas 3 notícias sobre a escolha, comunicando, de forma praticamente lacônica, a escolha com pouco entusiasmo. Ao pesquisar neste jornal pude perceber que a linha editorial do mesmo parecia crítica ao Governo Federal de então, do PT. Isso, mais o fato de que não havia expectativa de Aracaju fosse cidade-sede da Copa, parecem corroborar com a escassez de notícias neste jornal.

Já o Diário de Cuiabá teve um número bem razoável de matérias (58) sobre o tema, tendo inclusive um caderno especial alguns dias depois da escolha do Brasil. Nesse caderno, diversos jornalistas, dirigentes esportivos e políticos expunham aspectos que apontavam para alimentar a esperança de Cuiabá vir ser uma cidade-sede da Copa de 2014, com um viés em especial, o de “sede ecológica”, apontando para temas que têm se tornado importantes nos dias atuais, como a da preservação e da sustentabilidade, além do “turismo ecológico”. É importante lembrarmos que o Estado do Mato Grosso é atualmente uma das fronteiras agrícolas brasileiras, foco de extenso e bastante noticiado processo de desmatamento e de deslocamento forçado de populações tradicionais e indígenas. No enfoque dado, Cuiabá estaria concorrendo com cidades como Campo Grande/MS, Belém/PA e Manaus/AM. Esta última acabou sendo escolhida como cidade-sede também.

O Estado de Minas (58 matérias), de Belo Horizonte/MG e a Gazeta do Povo (69 matérias), de Curitiba/PR, jornais mais regionais, como também os já citados

acima, tiveram um número de matérias compatível com o de Cuiabá, sendo, porém, mais diluídas ao longo de vários dias, sem um agrupamento específico de grande porte como o de Cuiabá. Suas questões perpassavam o regional e o nacional, como seria de se esperar de jornais de capitais importantes como estas, um pouco mais Belo Horizonte, mas não demonstravam tanto "fôlego" como a Folha e O Globo.

Já tendo discorrido antes sobre a Folha, resta falar de O Globo. Trata-se também de um jornal considerado "de prestígio", sendo o segundo maior em circulação nacional, logo depois da FSP. Este jornal é diretamente ligado, sendo sua origem histórica, ao maior conglomerado empresarial do campo das comunicações do Brasil, as Organizações Globo, dona também da TV Globo, maior rede de TV aberta brasileira e vários canais de TV por assinatura, com forte presença no jornalismo comum e também no esportivo.

Este jornal pode ser considerado de linha conservadora e liberal capitalista, sendo o principal jornal da cidade do Rio de Janeiro, cidade essa foco dos últimos esforços concentrados no acolhimento de megaeventos. Podemos citar entre eles, em especial os esportivos, os recentes Jogos Panamericanos de 2007; Jogos Militares de 2011; a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20) de 2012, e, os vindouros Prêmio Laureus (o Oscar do esporte); Jornada Mundial da Juventude (católica) e Copa das Confederações FIFA em 2013, a Copa do Mundo FIFA 2014; os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016; além do tradicional Carnaval carioca (anual e, agora, um megaevento) e do Rock in Rio (2011/2013/2015).

Esta profusão de megaeventos no Rio de Janeiro, seja ela benéfica à cidade e à sua população ou não, é parte de um movimento político de afirmação da cidade como aberta e moderna e dos grupos políticos envolvidos como progressistas e modernizantes. Esse esforço afirmativo encontra eco no O Globo, que, no entanto, em vista da sua função jornalística, tem que seguir, por vezes, um caminho crítico quanto a possíveis abusos, mas, no material conseguido ele também se restringe mais à questão do desperdício na aplicação de recursos públicos em obras para esses eventos, e, também, quanto ao interesse em acolhê-los no Rio de Janeiro. Uma temática muito presente é a relativa às melhorias necessárias na segurança público do Rio de Janeiro e adjacências, questão, de toda forma, já recorrente como tema jornalístico nesta região.

Capítulo 2 - Organização do futebol mundial

- A "Comunidade FIFA": de entidade organizadora do futebol a agente de influência político-econômica mundial.

A Copa do Mundo FIFA de futebol masculino, juntamente com os Jogos Olímpicos, é um dos maiores *megaeventos* esportivos de ordem global. Atinge um nível de exposição midiática tão grande que parece capaz de superar quase qualquer outro evento que ocorra em qualquer área de atuação humana, ao menos quando no período da realização das finais do seu ciclo quadrienal pela FIFA, ou seja, a assim chamada "Copa do Mundo".[10]

A FIFA é uma *organização internacional* que reúne características de uma empresa multinacional e de um Estado transnacional, tendo afiliadas a ela *associações-membro*[11] relacionadas a países (em alguns casos, a representações nacionais), divididas em seis confederações continentais. Em seu site, chega a assumir o apelido de "*ONU do futebol*", sem citar a origem do mesmo. Penso que a FIFA se posiciona, e preza muito isto, como o centro em relação ao qual todos devem se referenciar e cuja posição determina todas as outras no seu entorno, nos termos em que Clifford Geertz (1991) analisou a sociedade política no seu livro "Negara: o Estado Teatro no Século XIX". A Copa do Mundo, seu momento ritual quadrienal de máxima exposição, é a melhor contribuição, a mais visível, para a manutenção do seu "poder" perante países, nações e governos pelo mundo todo, embora não seja a única, é claro. É nela que a FIFA expõe ao mundo seu poder e influência, ao aparecerem seus dirigentes ao lado de governantes e autoridades de diversos países, seja nas tribunas de honra, seja em seus luxuosos

[10] Esses são alguns dados retirados do site da FIFA: "A Copa do Mundo da FIFA é a maior competição internacional de esporte único e é disputada pelas seleções masculinas principais das 208 federações afiliadas à FIFA. - Nomes e números - A Copa do Mundo da FIFA é o evento esportivo de maior audiência do mundo inteiro. Cerca de 715,1 milhões de pessoas assistiram à final da Copa do Mundo da FIFA 2006 na Alemanha. O evento de 2010 na África do Sul foi transmitido a 204 países por 245 canais diferentes. Dentro dos estádios, 3.170.856 espectadores compareceram às 64 partidas, com uma média de 49.670 por jogo e o terceiro maior público total, atrás dos EUA 1994 e da Alemanha 2006. Além disso, mais de seis milhões de pessoas participaram de eventos com telões em 16 lugares espalhados pelo mundo: dez na África do Sul e os outros em Roma, Paris, Berlim, Sydney, Cidade do México e Rio de Janeiro. Foram 350 mil os torcedores que compareceram à Fan Fest Internacional da FIFA em Berlim para a semifinal entre Alemanha e Espanha. Na última Copa do Mundo da FIFA, foram impressos 177.853 crachás de credenciamento. Além disso, o programa de hospitalidade atraiu quase 250 mil hóspedes. Por sua vez, mais de 750 mil litros de cerveja foram vendidos nos estádios, e 390,6 mil cachorros quentes foram comercializados em espaços abertos ao público, muitos deles aos 500 mil estrangeiros que visitaram a África do Sul."

[11] "A... (FIFA) é uma associação regida pela legislação suíça, fundada em 1904 e sediada em Zurique. É composta por 208 federações nacionais..." (Fonte: site da FIFA - O site também cita 209 federações)

camarotes VIP.

Além do cultivo de relações com o poder mundial, do controle e promoção do futebol como esporte de competição e de algumas ações sociais e programas envolvendo o futebol, derivados do seu status de organizadora monopolista do futebol mundial, a FIFA é também um tipo de empresa que explora essa vantagem. A maior parte do seu faturamento é proveniente dos acordos que realiza com os governos de alguns dos países que se representam nela através do futebol, para fazer os seus diversos eventos. Dentre estes destaca-se, principalmente, a Copa do Mundo de futebol masculino profissional adulto, atualmente um *megaevento* itinerante que já foi sediado em quatro continentes (exceto na Oceania), tendo sido suas 19 edições realizadas em 16 países afiliados[12].

A partir da organização deste grande evento, hoje de caráter global e midiático, a FIFA, além dos licenciamentos de produtos "FIFA" e das vendas de ingressos e pacotes de viagem para o evento, atrai um grande número de empresas multinacionais (e, às vezes, locais) como patrocinadoras. O conjunto de negócios envolvidos neste *megaevento*, mediante sua volumosa e constante exposição midiática, lhe garante muito dinheiro para sua manutenção, para as suas ações sociais e para algumas das redistribuições que realiza entre suas *associações-membro*.

Trata-se, portanto de um grande negócio, de porte bilionário e global, que envolve e desloca, em seu ciclo quadrienal, um grande número de pessoas interessadas no futebol,[13] sejam elas jogadores, corpo técnico, dirigentes, patrocinadores e seus funcionários, membros da FIFA, jornalistas e técnicos da mídia, torcedores e entusiastas, governantes e outros convidados da FIFA, entre outras possibilidades. É importante marcar que se trata de um ciclo ritual, no qual a Copa do Mundo é apenas o auge, "as finais", como diz a FIFA, já que todas as fases classificatórias e eliminatórias, que ocorrem no período entre as Copas, são parte do processo de realização da Copa do Mundo FIFA de futebol.

Assim, penso que a FIFA, embora seja atualmente uma *organização internacional* muito influente politicamente, tenta manter-se simbolicamente como um

[12] Uruguai, Brasil, Suíça, Suécia, Chile, Grã-Bretanha, Argentina, Espanha, EUA e África do Sul realizaram uma edição cada; Itália, França, México e Alemanha realizaram duas edições cada; e, Japão e Coréia do Sul foram sedes em conjunto de uma edição.

[13] Que a FIFA costuma tratar como "a família FIFA", ecos ainda advindos de um dos seus presidentes mais importantes, Jules Rimet (1921/54). Rimet foi quem conseguiu fazer a primeira Copa do Mundo da FIFA, no Uruguai, em 1930, portanto, somente depois 26 anos após sua fundação (Sugden, Tomlinson, 1998).

tipo de comunidade específico, uma congregação de representações de países - relativos propriamente aos Estados-Nação existentes,[14] e vistos, neste contexto, como "nações futebolísticas".[15] A FIFA e suas "nações futebolísticas" não são, obviamente, um Estado, um país ou um povo, num sentido clássico[16], mas, ainda assim, creio, podemos nos apoiar em Anderson (2008), com seu conceito de *comunidade imaginada.* Esta concepção nos remete a um conjunto de pessoas que se sentem compartilhando de uma mesma comunidade, em especial, em *momentos rituais* (Turner, 2005), como a Copa do Mundo, por exemplo, ainda que não se conheçam e, mesmo, nunca venham a se conhecer, mesmo que sejam de países, nações e mesmo de línguas diferentes a priori. Porque o importante, aqui, é que aconteça a "representação" da sua "nação" no campo de futebol.

O caso das comunidades religiosas apontadas por Anderson (2008), como católicos e muçulmanos, espalhadas por países, vernáculos e culturas diversos, mas unidas por uma língua sagrada comum, corrobora com essa visão e nos remete a pensar o "universo" do futebol, como apontou Arno Vogel, como *campo* (Bourdieu, 2003) para a expressão das "*representações produzidas no ritual futebolístico*", tendo ainda "*a virtude de expressar e condensar um conjunto de regras que pode ser operado como uma verdadeira* ***gramática das relações sociais*** *em nosso país* (o Brasil)" (Vogel, 1982, grifo nosso).

O que Vogel pensou sobre o Brasil pode ser um pouco expandido para pensarmos o papel do futebol como uma "gramática" simples que une as diversas "nações futebolísticas" representadas (e suas formas de pensar e praticar o futebol, suas "gramáticas")[17] no entorno da FIFA. Isso é ainda mais realçado quando nos remetemos à questão das *zonas livres*, em que Eduardo Archetti (2003) nos mostra que existem certos espaços, atividades, onde é possível dar vazão a expressões individuais ou coletivas, em sentidos que não são pré-determinados de forma absoluta pela estrutura socioeconômica da sociedade de inserção, permitindo que escolhas diversas sejam feitas

[14] Embora alguns não o sejam realmente, caso de Inglaterra, Escócia, Irlanda do Norte e País de Gales, todos nações pertencentes ao Reino da Grã-Bretanha.
[15] O termo aparece no site da FIFA, na página: http://pt.footballs.fifa.com/Tecnicos/Pesquisa-de-opiniao-com-treinadores-de-todo-o-mundo-Qualidade-conta
[16] Apesar disso, é interessante lembrar que durante as Copas do Mundo a FIFA passa a ter um "território" materializado, com soberania temporária, em relação ao qual todos os aficionados do futebol se referenciam, para onde alguns deles vão pessoalmente e que "alguns" outros bilhões acompanham e conhecem através das transmissões radiofônicas, televisivas e até, atualmente, as ditas "virtuais", pelo cada vez mais disseminado uso da internet.
[17] Talvez como "dialetos" ou "sotaques", mas, certamente, para a Antropologia, como representações dotadas de efetividade.

e justificadas. Tais *zonas livres* situam-se nas regiões liminares, nos interstícios da estrutura social. Como os esportes (ou os "jogos") são uma dessas *zonas livres*, várias identidades contrastivas, mas também paradoxalmente complementares, podem aparecer no entorno de um esporte como o futebol, com suas relativamente poucas regras ordinárias, resultando na sua importância popular, política, econômica e midiática globalizada.

Essas poucas regras permitem uma rápida e fácil compreensão entre os envolvidos, estejam em seu país ou no estrangeiro, assistam pela TV com narração no seu próprio idioma ou em qualquer outro, uma vez que cada jogo em si mesmo se constitui em um tipo de prática relativamente autônoma. Até a própria gestualidade dos árbitros em campo (e também seus apetrechos sinalizadores) é uniformizada, padronizada ao máximo, pela FIFA, de forma a evitar a má compreensão da marcação das singularidades de cada partida performada pelas equipes competidoras. Trata-se, portanto, da produção contínua de eventos (cada jogo) facilmente decodificáveis em qualquer parte do mundo FIFA, independentemente do lugar em que efetivamente ocorrem.

Parece a mim que isso favorece o caráter da FIFA como centro dessa sociedade transnacional, que nela se referencia e a partir dela se estratifica. Este processo gera para a FIFA, assim, um agregado de *capitais simbólicos* (Bourdieu, 1996) muito peculiares e tais que, penso, acabam suportando e exprimindo todo o poder simbólico que garante sua legitimidade perante todos. A predominância da FIFA se dá, assim, como uma grande *comunidade imaginada* (Anderson, 2008), pairando sobre os membros das "nações" (também *comunidades imaginadas*) a ela afiliadas.

* * *

Levando em conta estes termos, também podemos pensar o poder da FIFA no mundo, a partir do seu controle sobre o futebol, como uma "tradição inventada" (Hobsbawn, 1997). Devemos observar que, se o futebol se disseminou pelo mundo a partir da Grã-Bretanha[18] desde meados do século XIX, a fundação da FIFA se deu somente em 1904, por sete países europeus,[19] mas sem a participação de qualquer das

[18] Reino que reúne Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte, ainda que estas sejam comunidades afetivas (nações) que se vêem e se representam diferentemente entre si.
[19] França, Suécia, Bélgica, Dinamarca, Suíça, Espanha e Holanda.

nações integrantes da tradicional (e original) Football Association (FA) britânica, que primeiro estabeleceu as regras e padrões da prática do futebol. Além disso, países de fora da Europa que contavam com praticantes de futebol não participavam da FIFA neste início, em que pese o razoável desenvolvimento que o futebol já apresentava em alguns países da América do Sul. A atual abrangência da FIFA, na verdade, até extrapola a sua autodenominação de "federação internacional", penso, uma vez que já atingiu uma abrangência que atualmente é não só "internacional", mas mundial mesmo, ou global, se quisermos usar um termo muito em voga em nosso tempo.

A América do Sul, inclusive, serviu de exemplo à FIFA, pois já tinha competições continentais bem antes da FIFA conseguir fazer sua primeira Copa, que ocorreu, não por acaso, em 1930 no Uruguai (Sugden, Tomlinson, 1998), por ocasião das comemorações cívicas dos cem anos da independência daquele país, já então bicampeão olímpico de futebol (em 1924, na França, e em 1928, na Holanda). O Campeonato Sul-Americano de Seleções (atual Copa América) foi o primeiro campeonato internacional de seleções nacionais a ser disputado, em 1916, na Argentina, com a participação da anfitriã, do Chile, do Brasil e do Uruguai, o primeiro campeão.

Esta competição é disputada até hoje, sendo a mais antiga do mundo entre seleções nacionais. Na ocasião, se comemorava outro centenário, o da independência da própria Argentina. Estes quatro países fundaram a Confederação Sulamericana de Futebol (CONMEBOL) na ocasião da competição, no dia nove de julho, mesmo dia da independência da Argentina. Como fica perceptível, o conceito de "nação" independente ajudou a alavancar as competições entre seleções nacionais, já indicando um razoável viés político ligado ao contexto dessas primeiras competições internacionais.

Se nos lembrarmos que o futebol foi "inventado" na Inglaterra e se espalhou pelo mundo, no rastro da expansão colonial e, principalmente, comercial britânica do Século XIX (Sugden, Tomlinson, 1998), devemos pensar que os sete países europeus que fundaram a FIFA, ao se associarem, pelo interesse em criar uma ordenação que favorecesse o intercâmbio para a prática do futebol entre os países, construíram por outro lado a *tradição*, que persiste até hoje, do um predomínio europeu[20] sobre a prática institucionalizada e legitimada do futebol e dos seus derivados. Esta tradição, até o

[20] O isolamento e o purismo iniciais dos membros da FA britânica os fizeram entrar na FIFA, em fases diferentes e com menos poder sobre o esporte (Sugden, Tomlinson, 1998), poder que se poderia pensar natural, dada a origem britânica da prática e da regulamentação do mesmo.

momento, não dá mostras de enfraquecimento, ainda que a expansão dos países afiliados a ela possa vir a determinar uma nova distribuição de poderes em algum momento do porvir.[21]

O notório apoio e interesse da maior parte da população mundial ao futebol e à realização das Copas do Mundo podem corroborar com esse tipo de análise. Isto conduz a pensar que a realização das Copas (desde as fases eliminatórias continentais) permite um ciclo quadrienal em que todos os diferentes se reconhecem e em que todos partem de certa igualdade inicial, numa verdadeira *peregrinação*[22] (Anderson, 2008), a caminho de se tornarem a referência simbólica dos praticantes e aficionados do futebol pelos quatro anos seguintes (como se tornou a atual campeã, Espanha, desde 2010). O ciclo do *momento ritual* (Turner, 2005), então, se refaz, com um novo país-sede FIFA (o Brasil, em 2014) para onde devem rumar os peregrinos; ou seja, em um novo centro simbólico de uma FIFA materializada perante os olhos de todos, com a disputa pelas várias representações de países pela láurea renovada e novamente concedida pela FIFA, neste novo ciclo ritual. Isso tudo sob a já legitimada supervisão e chancela da FIFA, que, sob seu controle estrito, faz ao país-sede, e isto é muito importante, essa outorga da "posse" de parte do seu próprio *poder simbólico* (Bourdieu, 1996, 2003), por certo período, e ao campeão do torneio, por um período de quatro anos.

A interessante fala de Michel Platini, ex-jogador francês e Presidente da UEFA,[23] sobre o simbolismo de uma Copa no Brasil é significante e útil para apoiar esse entendimento na nossa análise:

> "*É o país que mais deu ao futebol. O país que venceu mais Copas, de onde saíram mais jogadores espetaculares. Uma Copa do Mundo no Brasil é como ir em peregrinação a Meca, a Santiago de Compostela ou a Jerusalém. Para um jogador de futebol, o Mundial no Brasil é um acontecimento formidável.*" (O Globo, 31/11/2007)

Agora pensemos, finalmente, acionando Berger e Luckmann (1985), na

[21] Esse domínio só foi quebrado no período entre 1974 e 1998, quando a FIFA foi comandada pelo brasileiro João Havelange. Afora Havelange, a FIFA teve dois presidentes franceses, três ingleses, um belga e um suíço. Ainda assim, Jean-Marie Faustin Goedefroid Havelange é filho de um comerciante de armas belga radicado no Rio de Janeiro, pertencendo às classes abastadas da cidade, sendo formado em direito e tendo participado como atleta em duas Olimpíadas.

[22] Seguidos diretamente por seus torcedores e outros aficionados por futebol ou acompanhados à distância, primeiro pelos jornais, depois por rádio, mais tarde pela TV, chegando aos tempos atuais da internet.

[23] Union of European Football Associations

interiorização generalizada - pelas pessoas, instituições e governos nacionais pelo mundo - desta representação de realidade sobre a FIFA e o seu "poder" e em como isso parece ser resultado da prévia institucionalização de si própria que a FIFA diplomaticamente promoveu através das suas ações ao longo do tempo, legitimando-se como portadora de tais "direitos" sobre a prática e a organização do futebol no mundo todo, como apontam Sugden e Tomlinson (1998). Essa institucionalização denota, em sua força simbólica, uma realidade tão objetiva quanto a existência das diferentes nações, que se reconhecem entre si, mesmo quando, a partir das suas posições políticas, renegam objetivamente aquela alteridade que lhes é antagônica. Mesmo que se considerem as exigências da FIFA absurdas e exageradas, muitos países ainda projetam manter uma relação com a mesma, provavelmente em vista de uma série de vantagens que adviriam da realização de uma Copa do Mundo; aliás, esse é o mote da FIFA. Esse é o reconhecimento que suporta as ações da FIFA visando a realização dos seus eventos.

- Sobre o processo de formação da Copa do Mundo FIFA como "evento"

Pensando objetivamente sobre a realização de uma Copa do Mundo FIFA, busquei elaborar algumas das suas características. Uma das formulações que pensei para entendê-la foi a idéia de que se trata de um "processo de formação do *evento*".

Para pensar o que ocorre durante a organização de uma Copa do Mundo, penso ser útil me inspirar no conceito de estrutura de conjuntura[24] de Marshall Sahlins (1990). O processo de organização de uma Copa do Mundo é como um evento que pode influir conjunturalmente com "alterações", perenes ou temporárias, nos padrões estruturais do país que se dispõe a realizá-la para a FIFA, bem como esta também pode ser influenciada, em contrapartida, naquelas coisas que trata como prescrições-padrão para a realização do seu *evento* ritual quadrienal. Ainda que possam ser temporárias, serão mudanças efetivas, com as consequencias delas derivadas.

Na série de eventos que cercam a morte de Cook/Lono, analisada por Sahlins, ele nos mostra que Cook, ao chegar à baía de Kealakekua, no Havaí, no momento em que chegou, da forma como o fez, foi integrado a um acontecimento social e cultural esperado pelos nativos, sendo recebido como o seu Deus Lono. Essa chegada foi um fenômeno social, conforme foi analisado por Sahlins. Logo após, neste contexto, o retorno de

[24] "[...] um conjunto de relações históricas que, enquanto reproduzem as categorias culturais, lhes dão novos valores retirados do contexto pragmático" (Sahlins, 1990, p. 160)

Lono/Cook, na hora errada para os nativos, resultou em um fato inesperado. Esse segundo "evento" também é um fenômeno social, fazendo parte da integralização da análise efetivada por Marshall Sahlins em seu livro.

Sahlins pensa evento, como explica logo no começo da introdução, citando Geertz, como:

> "…an event is a unique actualization of a general phenomenon, a contingent realization of the cultural pattern, which may be a good characterization of history *tout court*." (Sahlins, 1985)

Sua definição aparenta remeter a evento como "fato inesperado", mas, ao pensarmos melhor, sua definição remete à recorrência, pois fala em realização peculiar, contingente, mas também em fenômeno geral e em padrão cultural como história em si mesma. Logo evento, para Sahlins, é também parte, e passível de ser pensado assim, de algum acontecimento social ou cultural inscrito em uma sociedade ou cultura. Nesse caso, é interessante pensar que qualquer fato inesperado só é tido assim quando confrontado com algo cotidiano ou tradicional, ou seja, social ou culturalmente esperado ou desejado.

Uma questão não presente na análise de Sahlins é a questão de que "evento", no meu objeto de análise, é alem de uma categoria analítica científica, uma categoria nativa.

Assim, a Copa do Mundo é um "*evento*" realizado pela FIFA a cada quatro anos, sendo chamado também de *megaevento* pela mídia, sendo que esta é também uma categoria consagrada dentro das Ciências Sociais e Humanas, objeto de análises variadas em diversos dos seus sub-campos.

Tentando clarear essa área nebulosa, pensemos que as Copas do Mundo são um acontecimento social ou cultural esperado, inscrito, ou a ser, em uma sociedade ou cultura, sob a tutela da FIFA, portanto, o "seu" (mega)*evento*. Ao mesmo tempo, "cada" Copa do Mundo é um *evento* (Categoria nativa) que é um evento (Categoria analítica), pois é afetada por contingências e especificidades relativas ao seu processo de realização. Assim, cada Copa, na verdade, será parecida, mas também diferente das outras, uma "realização peculiar" do padrão, como poderia dizer Sahlins, pois a FIFA é um tipo de grande "sociedade" global, formada por diferentes sociedades locais que interagem entre si e que valorizam a execução deste evento por alguns motivos em comum, mas também a partir de motivos e questões específicas de cada contexto

interno, como nos explica Chappelet (2006) sobre a variedade de motivações de que partem pessoas ou instituições para resolverem "fazer" um "evento" esportivo.

Logo, é também um "fato inesperado" para a FIFA, por paradoxal que pareça, pois não acontece em um só lugar sempre, sendo inclusive objeto de disputa entre os afiliados da FIFA, que tem que concorrer periodicamente pelo direito de realizá-la em seu território nacional, podendo o *evento* até chegar a não ser realizado, em casos extremos. As supostamente esperadas edições de 1942[25] e 1946, por exemplo, não chegaram a ser realizadas, em vista da ocorrência da 2ª Guerra Mundial, entre 1939 e 1945, bem como de seus efeitos posteriores. Assim também como não houve edições antes da de 1930, no Uruguai, apesar de a FIFA ter sido fundada em 1904 já com a intenção de realizar o seu torneio entre nações. No entanto, como não houve interessados em realizar um torneio na conflagrada Europa pré e pós 1ª Guerra Mundial, a primeira edição do torneio só veio a ser realizado no então distante Uruguai, que tinha interesse em "marcar" as comemorações do centenário da sua independência, como já dito. Além disso, as seleções nacionais que participam das várias edições costumam ser bem diferentes, apesar da existência de alguns países recorrentemente presentes.

Baseado nisso, penso que no chamado *evento* Copa do Mundo, buscando agenciar o esperado sucesso desse processo, a FIFA não age de forma muito aleatória, dada sua experiência acumulada, já que suas ações seguem no sentido de tornarem a Copa um evento o menos contingenciado possível. Mas certas contingências temporais, políticas ou locais, entre outras, acabam sempre tornando cada Copa um pouco diversa de outra, vindo mesmo daí o seu caráter de eventualidade, reconhecida na categoria nativa que é utilizada para designar as Copas, *evento*.

Algumas mudanças não planejadas pela FIFA acontecem, mesmo que, atualmente, as técnicas de negociação e organização de um *megaevento* como este sejam dotadas de uma série de vieses e escolhas que são arbitrárias, embora não sejam absolutas sempre. Assim, pequenas concessões costumam acontecer por parte da FIFA. Essa forma de agir parece ser baseada em um perceptível acúmulo de experiências organizacionais e negociais[26], visando à maximização dos efeitos

[25] Segundo material levantado pelo historiador Leonardo Pereira (2000), o Brasil parecia pretender sediar a Copa do Mundo de Futebol em 1942, durante o Estado Novo Varguista (pp 336/7).

[26] Em direito, a norma negocial, derivada do ato negocial, é aquela que, ainda que não podendo limitar as ações e comportamentos de alguém, se essa pessoa não aceitar voluntariamente submeter-se a ela, é aceita quando há a devida concordância entre as partes envolvidas. Assim, essa aparente "fraqueza" é apenas ilusória: uma vez que dois titulares de direito exerçam seus respectivos poderes negociais e cheguem a

esperados da execução de um evento de tal porte, já hoje consagrado por uma categoria corrente, e recorrente, qual seja, a categoria "*megaevento*".

A FIFA terá que ceder em alguns pontos de suas exigências iniciais, em vista do explicitado acima, é verdade, e cederá. Só que cabe mais ao país organizador se adaptar para assimilar o grande número de exigências a cumprir, o que afeta de forma mais significativa certas estruturas suas, ainda que temporariamente, levando aos esperados debates públicos sobre o tema, mesmo que haja consenso quanto à decisão de se fazer uma Copa, vindo daí, deste conjunto, o que chamei de caráter contingencial deste evento. Penso que a *ideologia da harmonia* (Nader, 1996), que discutirei posteriormente[27] (para conhecer melhor o tema, P. 65), é a forma "negocial" usada pela FIFA, envolvendo um grande componente de *dádiva* (Mauss, 2003) em seu modo de "negociar" a realização da sua Copa do Mundo.

* * *

Assim, se a FIFA trata esse processo de forma bastante pré-determinada em suas imposições, no contexto em que analisamos, essas mesmas imposições devem ser pensadas como contingências na forma sob as quais parecem poder influir conjunturalmente no país receptor do evento da FIFA, embora projetando também algumas alterações estruturais. No entanto, neste contexto, é natural ainda que a FIFA tenha que aceitar questões locais em quase todas as edições da Copa, como vender cerveja alemã na Copa da Alemanha ou disponibilizar uma reserva de ingressos de meia-entrada para estudantes, deficientes e idosos nas Copas realizadas no Brasil, por exemplo. Nesse caso, é ela, FIFA, que tem o seu *evento* contingenciado por um "evento" em sua estrutura em cada conjuntura na qual se propõe a realizá-lo.

Um bom exemplo para pensarmos é quanto aos territórios temporários da FIFA nas cidades-sede dos países-sede das Copas do Mundo FIFA. Essas "embaixadas" da FIFA no Brasil serão como que "cidadelas" [28] soberanas FIFA incrustadas em pleno território brasileiro. Embora a sensação seja a de alienação da soberania brasileira, na verdade, do ponto de vista da FIFA, se pensarmos pela ótica da *ideologia da harmonia* (Nader, 1996), é apenas mais uma característica do contrato que tem que ser aceito

um acordo, as normas daí resultantes ganham força de obrigação entre essas partes tão válida quanto as normas derivadas de uma lei.

[27] Para antecipar a discussão sobre o tema, ir à Pág. 65. Incluí também excertos do original como o anexo 5 (p. 139), para acesso mais direto às formulações da autora.

[28] *Cidadela* é o nome que se dá a qualquer tipo de fortaleza ou fortificação construída em um ponto estratégico de uma cidade, visando sua proteção ou dominação. (Fonte: Wikipédia)

pelos governos do país-sede, de livre adesão, digamos assim, no qual o Brasil levará também vantagens de outras ordens.

Explico: a FIFA tem a responsabilidade, além dos óbvios interesses comerciais envolvidos, por aquele que é o seu maior evento, pela manutenção daquilo que julga ser o caráter de uma Copa do Mundo FIFA, dentro de níveis de qualidade e controle que a satisfaçam e a todos os personagens citados antes, que se envolvem na sua execução. Sob este ponto de vista, é possível entender que ela tem interesses a cuidar, a zelar, uma vez que foi reconhecida como tal ao longo da sua trajetória.

Neste contexto, cuidar bem dos seus colaboradores, convidados, patrocinadores, dos selecionados nacionais, chefes de Estado e autoridades, membros da mídia e do seu público assistente (incluídos aqueles que acompanham pela mídia), é responsabilidade da FIFA, que ela busca negociar antecipadamente com os representantes dos países que se interessam em sediar a itinerante Copa do Mundo FIFA. Certamente podemos incluir aí, também, a própria imagem da FIFA como instituição, a princípio, um patrimônio imaterial, mas parte integrante do conjunto de *capitais*[29] (Bourdieu, 1996) acumulados que garantem toda a estrutura sobre a qual ela se funda. Como dito antes, todos estes personagens (que formam uma *communitas* – Turner, 1974) fazem parte das *peregrinações* (Anderson, 2008) que tem que ser realizadas em torno da execução de uma Copa do Mundo FIFA, até que o ciclo desse *processo ritual* (Turner, 1974) chegue ao seu clímax, no jogo final da mesma, sendo declarada uma nação como "campeã" pela FIFA.

Realço esta questão lembrando que Benedict Anderson, em Comunidades Imaginadas (2008), nos traz a imagem de como historicamente, por longos períodos, se constituíam, nos locais de veneração e também, ao longo dos caminhos usados pelos peregrinos, verdadeiros mercados e pontos de suporte às necessidades dessas pessoas que se desprendiam de seus locais de origem para homenagear locais, crenças ou entidades tidas como sagradas para eles e para aqueles que compartilhavam das mesmas crenças. As pessoas que prestavam essa assistência podiam ter interesses variados - comerciais ou religiosos, por exemplo - receber apoios, estímulos, controles ou cobranças das autoridades envolvidas, mas é pouco provável que tivessem uma articulação com o sentido de coordenação e controle modernos quanto à realização de um *megaevento*, especialmente do tipo exercido pela FIFA sobre a realização do seu

[29] Estético, cultural ou de informação, econômico, jurídico, político, religioso e de força física, entre outros, como apontado na nota 3.

maior evento, a Copa do Mundo. Mas é importante lembrar que a FIFA se preocupa muito com os seus "peregrinos" por que se preocupa muito também com o seu maior negócio, com o *megaevento* que lhe garante a maior parte do seu poder simbólico perante todos.

Partindo dessas negociações prévias, portanto, a FIFA consegue estabelecer as condições que considera "ideais", a partir de uma ideologia de organização e acolhimento desenvolvida por quase uma centena de anos, mas de caráter, ainda hoje, de um tipo de civilidade eurocêntrica. Hoje em dia, a FIFA impõe aos seus candidatos/parceiros um Caderno de Encargos,[30] que detalha uma miríade de ordenamentos, diretrizes e obrigações a serem cumpridas pela outra parte envolvida na organização de uma Copa do Mundo FIFA. Tais exigências fazem com que a FIFA tenha ao seu exclusivo dispor, por um período de tempo, um estádio de futebol totalmente adequado às suas exigências, com um perímetro de domínio territorial no qual somente as disposições impostas por ela têm validade, sejam elas legais, comerciais ou de segurança, por exemplo, nos termos do acordo firmado com os governos locais.

Além disso, vários dispositivos legais brasileiros foram alterados ou suprimidos, ainda que temporariamente, para atender à FIFA. Apenas alguns, de custo simbólico muito alto para os governantes brasileiros não foram concedidos à risca, como no caso da manutenção da meia-entrada para estudantes (pelo cadastro do Governo brasileiro), para idosos e as cotas para entrada e acolhimento de deficientes físicos e seus acompanhantes, se houver. Algumas leis de mídia foram também alteradas, para atender à exigência da propaganda exclusiva dos produtos ligados à FIFA, especialmente no entorno dos estádios, visando evitar a propaganda de outras marcas não associadas à FIFA, mas não só. A despeito disso, por ser também de grande custo simbólico, foi mantida a lei brasileira quanto ao tempo de material de divulgação de notícias sobre os jogos da Copa a ser usado por meios de comunicação não parceiros da FIFA, normalmente de três minutos, mas que a FIFA queria restringir a um minuto somente. Leis relativas ao licenciamento e ao uso de marcas foram aprimoradas a pedido da FIFA, sendo adequadas a um padrão mais próximo do vigente na Comunidade Econômica Européia, visando coibir a "pirataria" com as marcas e logos da FIFA e dos seus associados e patrocinadores.

[30] Pude apurar, sem confirmação, que a FIFA começou a impor exigências formais após a realização da Copa do Mundo na Argentina, em 1978. Portanto, teria começado a partir de 1982, na Copa da Espanha.

Um tópico bem significativo para entendermos a questão do interesse da FIFA, é o caso da venda de bebidas alcoólicas nos estádios e no seu entorno. Prevista pelo Estatuto do Torcedor, há já algum tempo, em boa parte dos Estados brasileiros, a venda de bebidas alcoólicas, nos estádios de futebol e nos seus entornos, é proibida, a partir de um certo consenso de que a ingestão livre dessas bebidas, se não estimulava, ao menos potencializava a possibilidade de ocorrerem atos de violência entre as torcidas de times rivais e até mesmo dentro das torcidas de um mesmo clube. Estamos, portanto, com a idéia de construção de um tipo de civilidade que se adeque àquela esperada em cada um dos contextos e formas sob as quais tais proibições foram impostas, na busca da recuperação de um tipo de público que teria se afastado dos estádios por causa da violência que ocorria neles e nos seus entornos.

Porém, como a FIFA também é patrocinada por uma marca de cerveja, a mesma exigiu a modificação da legislação relativa ao consumo de bebidas alcoólicas nos estádios e respectivos entornos que fossem utilizados nas cidades-sede do seu evento. O Governo Federal, em vista das características constitucionais para legislar sobre este tema, promulgou a Lei Geral da Copa, com um artigo que suspende temporariamente o previsto no Estatuto do Torcedor, deixando, no entanto, a cargo dos Estados que tenham leis específicas para tal assunto, a deliberação final quanto à liberação do álcool nos estádios da Copa.

Não obstante isso, em vista da criação de um Código de Defesa do Consumidor e de um Estatuto do Torcedor, uma série de mudanças qualitativas já vinham sendo feitas no Brasil, no que concerne à convivência nos estádios de futebol, buscando melhorar as condições de atendimento ao público assistente, mas nada é parecido com o nível de exigências da FIFA, o que gerou a necessidade da reforma completa de vários estádios oferecidos e mesmo a demolição, parcial ou total, de alguns deles, para atender às exigências ligadas ao “padrão FIFA” de qualidade.

Além disso, a FIFA tem exigências-padrão que incluem também assuntos como a facilidade de acesso e controle nos entornos dos estádios; de evacuação dos mesmos, em caso de emergência; de visibilidade do campo de jogo, de qualidade, tamanho e distanciamento dos assentos; da necessidade de cobertura dos assentos, para o caso de chuva; da limitação e controle de vendedores autônomos e ambulantes; tribunas de imprensa com acesso tecnológico; disponibilização de tribunas de honra para membros da FIFA e para autoridades convidadas, bem como de áreas específicas de camarotes para seus parceiros e patrocinadores receberem convidados; quantidade mínima de

elevadores para o público, tanto geral, como de convidados; tipo de iluminação a ser usado; número e qualidade dos sanitários e dos pontos de venda de produtos; número mínimo de vagas para automóveis a serem disponibilizadas nestes mesmos entornos, entre vários outros, tantos que seria impossível listar aqui.

Outro ponto importante é relativo ao fato de que a FIFA trabalhará e controlará estas áreas através dos "*stewards*", assistentes da organização que farão todo o trabalho de ordenamento do uso deste aparato cedido à FIFA, nos termos por ela definidos. As leis, costumes e os aparatos de segurança (polícias), jurídicos (juízos comuns e juizados especiais) e estatais (Procons, órgãos estaduais e municipais) passam a ter um caráter parcial, acessório e adjunto, após terem sido previamente constrangidos pela aceitação das exigências do Caderno de Encargos da FIFA. Ou seja, embora possam atuar dentro dessa área, devem procurar atuar de acordo com as diretrizes e necessidades da FIFA, uma das exigências da mesma em seu Caderno de Encargos.

* * *

Deste breve conjunto de condições expostas aqui, vem a minha perspectiva de que a FIFA, por meio da *ideologia da harmonia* (Nader, 1996), permite-se mesmo estabelecer "cidadelas" soberanas FIFA em território estrangeiro, o que, no caso da Copa do Mundo de 2014, implica na existência de 12 dessas "embaixadas FIFA" em território brasileiro. Nestes territórios transitórios da FIFA no Brasil há, assim, a implantação de códigos de conduta fortemente divergentes daqueles vigentes nas 12 cidades brasileiras que serão "sedes FIFA", criando "regiões morais" (Park, 1973) em alteridade e transitórias. Essas "regiões morais" são relativas ao tipo de experiência de civilidade proposta pela FIFA, oriunda também de suas opções mercadológicas, além da tradição relativa à sua origem européia, criando o que seriam verdadeiros "guetos positivos" para as pessoas que são aficionadas pelo seu carro-chefe simbólico, o futebol profissional masculino adulto.

Trago aqui um breve trecho do trabalho de Park, para nos auxiliar no entendimento da aplicação do termo "região moral" a esse tema:

> "*Não é preciso entender-se pela expressão "região moral" um lugar ou uma sociedade que é necessariamente ou criminosa ou anormal, antes ela foi proposta para se aplicar às regiões onde prevaleça um código moral*

> *divergente, por uma região em que as pessoas que a habitam são dominadas, de uma maneira que as pessoas normalmente não o são, por um gosto, por uma paixão, ou por algum interesse que tem suas raízes diretamente na natureza original do indivíduo. Pode ser uma arte, como a musica, ou um esporte, como a corrida de cavalos. Tal região diferiria de outros grupos sociais pelo fato de seus interesses serem mais imediatos e mais fundamentais. Por essa razão, suas diferenças tendem a ser devidas mais a um isolamento intelectual*" (PARK, 1973, p. 66)

Um *insight* bom para pensarmos, aqui, é quanto à teoria das *zonas livres* (Archetti, 2003), ainda que esta não se apóie tanto em uma base territorial mais restrita, como faz Robert E. Park. Penso ser muito interessante o modo como Park, em seu texto do início do Séc. XX, nos indica alguns elementos aglutinantes capazes de estabelecer um *região moral* diferenciada daquela do contexto moral dominante. Creio que não por acaso, eles podem ser "*...uma arte, como a musica, ou um esporte, como a corrida de cavalos.*". Não obstante o fato de Park pensar seu conceito também respeitando uma base territorial forte,[31] penso que há uma forte ligação com o conceito de Eduardo Archetti, que propõe que as tais *zonas livres*, que permitem expressões diferenciadas ou híbridas pelos grupos sociais, ocorrem na dança, nos esporte e nos jogos. Tratando de temas um tanto diferentes, os dois, no entanto, apontam para elementos, senão iguais, similares, como aqueles que podem ser veículos para que vontades e gostos diferentes dos dominantes ou oficiais ganhem formas de expressão social reconhecidas, ainda que demarcadas e constrangidas inicialmente por algum estigma imposto pelo *mainstream*.

Retomando o nosso tema, tal visão de Park (1973) nos permite pensar que, independente de fazermos um julgamento sobre o que é legítimo e aceitável, ou não, quanto à atuação da FIFA, a mesma busca uma forma de organizar e padronizar - segundo suas ideologias, experiências, interesses e necessidades - o seu evento maior para atender da forma planejada ao seu público e convidados e aos seus colaboradores, parceiros e patrocinadores, bem como aos membros da mídia. Tudo isto tendo em vista a eventual dificuldade que seria para a FIFA, ao contrário, se adaptar a cada peculiaridade, de cada país, Estado ou Cidade-sede desse evento, tendo em conta ainda

[31] A visão de Archetti, no entanto, também guarda algum apoio na territorialidade, uma vez que pensa o desenvolvimento dos jogadores argentinos, desde pequenos, por exemplo, nos *potreros*, categoria associada aos lugares onde se formariam os jogadores do "verdadeiro" estilo argentino de se jogar futebol.

o afluxo de pessoas decorrente de execução de uma Copa do Mundo de futebol. É fácil imaginar que, nos dias de jogos locais ou nacionais - em cada um dos locais dos estádios nas cidades-sede da Copa do Mundo - os seus entornos, se tornam, cada um deles, "regiões morais" muito peculiares e específicas, diferentes umas das outras, com modos diferenciados de vivenciar a experiência de comparecer e assistir a uma partida de futebol. Já, através *do processo de formação do evento* imposto pela FIFA, todos se tornarão "regiões morais" otimizadas e padronizadas, nos termos idealizados e desenvolvidos por ela.

Diante de tal diversidade possível e do potencial de custos e problemas que poderiam advir dela, a FIFA, parece preferir uma resolução antecipada de quaisquer conflitos que pudessem vir a ocorrer. Isso é perceptível pela simples observação de que a concordância em seguir o seu Caderno de Encargos é uma condição *sine que non* para que a FIFA realize o seu evento em qualquer país que deseje recebê-lo. É nesse contexto que entendo que a FIFA se utiliza daquilo que a antropóloga norte-americana Laura Nader classificou como sendo a "ideologia da harmonia".

Foi assim, nesses termos, que utilizei o termo *processo de formação do evento* para o que é conhecido comumente por "organização da Copa do Mundo de futebol", que é, em si, um dos meus campos empíricos de estudo. Fiz esse estudo tendo em vista que, como o nativo do campo que também sou, teria que atacar o entendimento naturalizado que carregava sobre a FIFA como entidade controladora do futebol e o seu significado para mim, antes muito simplista. Penso que este tipo de entendimento simplista é corrente, não só no senso comum das pessoas, mas também academicamente falando. O tema FIFA em si, era pouco discutido no Brasil antes da idéia de se fazer uma Copa aqui (e mesmo agora), embora os efeitos das Copas sobre a população brasileira fossem razoavelmente discutidos, jornalística e academicamente falando.

Em termos mais definidos, a execução de uma Copa do Mundo é fruto de um processo que envolve a Federação Internacional de Futebol (FIFA) e um ou mais países que concorrem ao direito de realizar o evento em seu território. Em relação ao Brasil, há algum tempo acompanho esse assunto através da mídia impressa e eletrônica, especialmente o jornal *Folha de São Paulo*, como fonte daquilo que foi, e é, parte da repercussão pública dos acontecimentos relativos ao processo pelo qual se organiza o *megaevento* "Copa do Mundo de 2014 no Brasil".

Assim, na minha perspectiva, há um "jogo" político midiatizado entre os

agentes e agências políticos, sociais e esportivos que perpetram esse processo de formação/organização da realização da Copa do Mundo de 2014, tanto em sentido lato, de interesse da sociedade brasileira, como no sentido mais estrito da política partidária em si mesma. Isso será importante, pois muitos interesses simbólicos "estão em jogo". As disputas entre esses agentes e agências me levaram a pensar em perscrutar esse universo contraditório de interesses ora convergentes, ora divergentes, muitas vezes assimétricos em suas posições, que emergem na realização de uma Copa do Mundo como um "processo de formação do (mega) *evento*". Esse processo vai além da simples execução dos jogos, da determinação de um campeão ou de meros interesses econômicos, entre outras possibilidades, como muitas vezes uma visão simplificadora poderia querer afirmar. Ou seja, não é só o evento empírico, que ocorre durante um mês, que nos importa; todos esses pontos realçados são muito importantes, mas devemos pensar além deles, em vista das suas profundas implicações políticas, sociais e culturais aonde quer que ocorra uma Copa do Mundo de futebol, nos dias atuais.

É tendo isso tudo em vista que eu considero importante repensar e analisar esse processo, ainda que por meio da sua repercussão midiática, tentando entender o papel da FIFA no mesmo, enquanto lida com um país, com a sua estrutura vigente e com as condicionantes econômicas, sociais e políticas em disputa e em constantes rearranjos entre os agentes brasileiros, individuais, sociais ou institucionais, envolvidos no *processo de formação do megaevento* Copa do Mundo de 2014.

Capítulo 3- Um paradigma "bom pra pensar" as relações estabelecidas entre as partes que organizam uma Copa do Mundo de futebol FIFA: a *dádiva*

A perspectiva teórica do "paradigma da dádiva" (Caillé, 1998) ou, das obrigações de dar, receber e retribuir, é a perspectiva que considero basilar para a análise que proponho do conjunto de relações, externas e internas, que estão envolvidas no processo de realização deste megaevento que será uma Copa do Mundo FIFA no Brasil. Essa visão, formulada por Marcel Mauss, em seu "Ensaio sobre a dádiva" (2003), aponta para a existência de duas formas de dádiva, a *dádiva agonística* (pela rivalidade, estabelece hierarquias) e a *dádiva-partilha* (redistributiva, entre iguais), segundo Caillé (1998).

Alan Caillé (1998) nos resume o ponto de partida a partir do qual devemos pensar a força da proposição de Marcel Mauss, conforme transcrevo a seguir:

> *"...não temos a menor dúvida de que o que confere ao pensamento de Marcel Mauss toda a sua força e fecundidade está nos laços estreitos que estabelece, sem afirmá-lo suficientemente nem explicar-se, entre a dádiva, a temática do simbolismo e seu conceito de fato ou fenômeno social total."*

Assim é que inicio este capítulo, pois penso que uma Copa do Mundo é um *megaevento* cercado de questões simbólicas, tanto as que advêm do *megaevento* em si e da sua organizadora, a FIFA, como aquelas que advêm do fato do Brasil estar diretamente relacionado à realização deste *megaevento*, neste momento. Esta primeira questão nos leva a uma segunda, a de que eu trato a Copa do Mundo de futebol da FIFA como um *fato social total brasileiro* (Gastaldo, 2009), dado o interesse que tal *megaevento* desperta na população brasileira. Organizar uma Copa do Mundo pode ter implicações diferentes de apenas participar de uma; podemos ter, assim, dois tipos de fatos sociais totais de ordens diferentes quando simplesmente participamos ou quando organizamos. Mas, no contexto em que realizamos e participamos de uma em nosso país, penso que torna-se difícil separar objetivamente as implicações derivadas da concomitância desse duplo simbolismo.

Talvez pudéssemos inferir que este *megaevento* seja também um *fato social total* esportivo para a grande parte dos países do mundo hoje em dia, dada a audiência

mundial e exposição midiática mundial[32] atingidas pelo mesmo, quando da sua realização. No entanto, como não é disso que tratamos aqui, aponto para isto apenas como um breve esboço de que este *megaevento* não interessa somente aos brasileiros, senão a um vasto contingente de aficionados de vários países por todo o mundo e que isso gera variadas representações acerca dele. Ressalto apenas que elas são sempre referidas a um centro irradiador, a FIFA e às suas disposições acerca do futebol e dos agentes vinculados a ela, influindo também, em alguma escala, nas representações circulantes no Brasil sobre esta temática.

Creio ser importante esta abordagem, pois, ao observar o material colhido, perpassado também pelas minhas experiências de aproximação a este objeto, a sensação que sempre tive era a de que, ora observava uma *dádiva agonística*, ora observava uma *dádiva-partilha*, sendo que a sensação me assaltava, às vezes, ao ler a mesma matéria em ocasiões diferentes. Esse desconforto me levou a refletir e a pensar que não teria como definir a análise por uma delas, inicialmente; mas também me fez, depois, passar a perceber que o conjunto de dádivas envolvidas no *processo de formação* deste *megaevento* era, na verdade, um tipo híbrido de *dádiva*, resultante de um jogo de máscaras necessário ao bom funcionamento de um sistema que simultaneamente une e opõe vários agentes e instituições de origens, ordens, pesos e interesses diferentes entre si.

Neste processo, características dos dois tipos de *dádiva* participavam de um "jogo" jogado pelos agentes e instituições envolvidas, pendendo, ora para a exigência de *dádivas agonísticas* – na forma de grandes inversões econômicas ou de comprometimento político, por exemplo - embora mitigadas sob uma ideologia que visa dissimulá-las; ora para a *dádiva-partilha*, dada a circulação de uma representação recorrente quanto à possibilidade/necessidade de que esse processo reverta-se em vantagens para os largos contingentes de pessoas envolvidas (ou a serem) pela realização de uma Copa do Mundo em um determinado país, no caso, o Brasil, incluindo aí os visitantes ao país, grande parte do foco dessas estruturas aperfeiçoadas por uma visão de civilidade bem específica, como já abordei. No processo, isso que seria o "legado" do *megaevento*, é simbolicamente posicionado como a vantagem para o país (e poderá mesmo ser), mas os "convidados" (e os negócios) da anfitriã FIFA são, com certeza, o foco primário do processo de "negociação" prévia.

Fazendo uma digressão um pouco lateral, é interessante notar que os vários

[32] Ver nota 10.

grupos envolvidos parecem ter razoável domínio sobre o tema e sobre como lidar com ele, o que demonstra, ao menos em parte, penso, que a mídia é realmente um lugar privilegiado para se buscar dados para uma análise sobre uma questão tão ampla e que envolve tantos agentes e instituições diferentes e de acesso relativamente difícil. Se são precisos cuidados metodológicos específicos, cabe pensar também que o papel de divulgação exercido pelos agentes midiáticos permite que aqueles agentes e instituições possam disseminar suas posições, sendo também questionados pelos agentes da mídia, agentes esses que, se escolhem o que levam a público, também são conduzidos pela necessidade de publicizar aquilo que de alguma forma seja de "interesse público" e também, especialmente, aquilo que é do interesse do "seu" público.

Voltando ao tema, a questão da dádiva maussiana parte de algumas premissas, as quais Caillé (1998) repassa, enquanto acrescenta interessantes avaliações, que adensam um pouco mais o debate e que nos ajudam a ampliar a visão sobre o alcance ao qual a questão inicial maussiana pode nos conduzir. Caillé (1998) inicia analisando a questão da dádiva como uma "obrigação livre", segundo Mauss. Neste sentido,

> *"...a dádiva é, segundo ele, indissociavelmente "livre e obrigada" de um lado, e interessada e desinteressada do outro. Obrigada, pois não se dá qualquer coisa a qualquer pessoa, num momento qualquer ou de qualquer modo, sendo os momentos e as formas da dádiva de fato socialmente instituídos, como bem nota o holismo. Contudo, se se tratasse unicamente de mero ritual e pura mecânica, expressão obrigatória de sentimentos obrigados de generosidade, então nada ocorreria na verdade, já que, mesmo socialmente imposta, a dádiva só adquire sentido numa certa atmosfera de espontaneidade. É preciso dar e retribuir. Sim, mas quando, quanto, com que gestos, quais entonações?"*

Ser *livre e obrigada* ao mesmo tempo é uma questão que nos leva a pensar quanto ao processo de seleção pela FIFA do país que será sede e executor da sua Copa do Mundo de futebol. Desde meados da década de 1990 até a escolha do Brasil, em 2007, o processo de seleção das sedes FIFA atendia a uma intenção de levar a *dádiva* "Copa do Mundo FIFA" aos vários continentes do mundo, o que era um contraponto ao sistema anterior, de rodízio tácito entre Europa e Américas, tradicionalmente os maiores mercados do futebol esportivo. Assim, com a expansão dos seus afiliados, a partir de da

décadas de 1970/80, a FIFA se viu na condição de levar seu maior evento também aos outros continentes, um tipo de obrigação à qual não era "obrigada", mas que atendia a novas necessidades da sua geopolítica interna e à maior expansão da presença do futebol esportivo pelo mundo e de abertura de maiores mercados para este esporte.

Nesse processo, a FIFA manteve a forma de escolha que passou a usar após a sua consolidação como entidade controladora do futebol mundial como um esporte competitivo. Ela abria o processo de candidaturas aos países de um continente, aqueles que tivessem interesse, países esses que são, obviamente, livres para se candidatarem, mas que estão cientes de que assumirão obrigações, caso escolhidos. Da mesma forma, a FIFA, é livre para escolher qualquer dos candidatos, mas, uma vez que escolha, se vê também obrigada para com aquele país. A partir daí, os dois passam a manter uma relação relativamente interdependente, na qual suas *dádivas* têm de ser trocadas. Sem o estabelecimento deste vínculo, não haveria relação.

O país escolhido prepara-se para receber a visita da "comunidade" FIFA e a FIFA realiza seu *megaevento* em um "território transitório" a ela cedido; dessa relação, são criadas expectativas de ganhos para ambas as partes. No entanto, essa relação, embora simbolicamente livre, é pautada, como dissemos, por obrigações. Estas obrigações, embora pesem para ambas as partes, são assimétricas, influindo nas *dádivas* que cada parte terá que dar, terá que receber e terá que retribuir, respeitando os seus contextos e motivações institucionais próprios, cada parte lidando com as forças de que dispõe, em vista de fazer com que os compromissos assumidos sejam aceitos e desenvolvidos pelos seus componentes.

Poderíamos pensar que o país faz (ou promete fazer) um *potlatch*? Bem, essa seria a forma mais fácil de qualificar essa relação, mas a observação de que se formam algumas redes e circuitos de contraprestação no Brasil, tanto em relação à FIFA, como internamente, nos vários níveis da vida social brasileira também me leva a pensar na abordagem pelo conceito de *dádiva-partilha*, pois se passada a sensação de que um só lado "ganha tudo", é mais influente e poderoso do que o outro, tudo pareceria uma troca-negócio, e não uma dádiva no sentido maussiano, como nos leva a pensar a perspectiva de que o processo é conduzido por meio da *ideologia da harmonia* (Nader, 1996).

Caillé (1998) nos aponta ainda para a questão do interesse, do desinteresse e dos possíveis ganhos ou perdas ao se investir numa relação pela dádiva, dizendo que:

> *"A definição da relação entre interesse e desinteresse é mais delicada ainda, já que não somente o ganho acaba indo — possivelmente, mas não garantidamente — para aquele que soube correr o risco da perda, mas também porque a dádiva arcaica, dádiva nobre cujos restos Mauss exuma, não tem, nem pretende ter, nada de caridosa. Trata-se, como Mauss deixa bem claro, de dádiva agonística, rivalidade pela dádiva. Uma outra forma da guerra, portanto.* ***Guerra continuada por outros meios, como se descreveu certa vez o político, esse perfeito equivalente da dádiva em maior escala.*** *De modo que o interesse se encontra duplamente presente e imbricado nessa ostentação simbólica de generosidade. Que é mais do que ostentação, aliás, uma vez que a traz à realidade. O interesse está no final do processo (e não no início, como quer o utilitarismo), pois a generosidade, se tudo correr bem (mas não há como ter certeza de que tudo correrá bem), acaba compensando. Sob outra forma, porém, encontra-se também no próprio cerne do processo inteiro, estruturado pela rivalidade agonística dos parceiros. O paradoxo suplementar é que essa rivalidade é, em si mesma, a condição da aliança e da amizade."* (Caillé, 1998) (Grifo meu)

Como disse, nessa relação de relativa interdependência, uma vez assumida, as dádivas têm que ser trocadas, pois, uma comunidade de aficionados por futebol, outros possíveis futuros candidatos a sede, o aparato midiático, diversos agentes políticos, entre outros conjuntos de agentes e agências, passam a acompanhar o *processo de formação do megaevento* Copa do Mundo FIFA e, neste momento os dois pólos envolvidos passam a ser objeto do escrutínio desses observadores, diariamente mesmo.

Isso é importante, pois, apesar das obrigações do país escolhido para com a FIFA (e a sua "comunidade") serem de grande magnitude, como apresentarei, a FIFA as trata, de certa forma, apenas como condições necessárias e justificáveis, através de uma ideologia que penso ser de mitigação de possíveis conflitos abertos, procurando conduzi-los a um estado de latência antecipada, apontando também para diversos benefícios que ficarão ao alcance do país sede, caso se envolva seriamente com as intenções da FIFA.

Assim, *aliança* e *amizade* podem servir bem de mote ao que, inicialmente, é um contexto de rivalidade, embora mitigada, entre os pólos. Esse é um sentido para o tipo de ideologia que perpassa parte dos procedimentos durante o *processo de formação do*

megaevento. Embora algumas rusgas e cobranças tenham vindo à tona, em certos momentos, a relação e as cobranças entre as partes costumam ser pautadas por um clima que tende ao amistoso, sob a tutela da *ideologia da harmonia* (Nader, 1996), que podemos vincular a uma forma moderna de *dádiva*, já que faz subsumir a violência simbólica, explícita no *potlatch* tradicional. Nenhum dos pólos precisa assumir suas dádivas como *agonísticas*, nem na expectativa do que se recebe e nem no cumprimento das obrigações envolvidas, que se dissipam através de ideologias e partilhas pelos outros níveis envolvidos na relação, como é o caso dos vários níveis políticos implicados no *processo de formação* da Copa do Mundo 2014 FIFA.

A favor da FIFA, digo que essas condições, em última instância, podem mesmo ser necessárias e justificáveis, do ponto de vista de uma entidade que será "responsável" pelos competidores participantes do evento, pelos seus membros e pelos membros da indústria midiática e dos grupos de negócios que certamente a acompanharão, bem como será co-responsável pelo cuidado e atenção aos aficionados que pretendam se deslocar até esse seu "território transitório" onde é realizada a sua Copa.

Cada qual com as suas razões, sob determinadas representações, tenho que marcar aqui uma questão: a FIFA é uma entidade esportiva, mas como qualquer órgão da sociedade civil e como qualquer empresa, e a FIFA é um pouco dos dois, tendo que lidar com uma das coisas às quais é impossível escapar, a política e, logo, os políticos. Caillé (1998) analisa "*o político*", sob uma noção de campo, e não de indivíduo, como sendo a "*Guerra continuada por outros meios,... esse perfeito equivalente da dádiva em maior escala.*". Isso nos permite seguir em direção ao caminho de entender que a FIFA tem que agir, e age, também politicamente, já que é uma entidade corporativa inter e transnacional com grandes interesses econômicos, nos termos em que atua e controla as atividades dos seus afiliados, respeitando questões locais, mas evitando ao máximo que as mesmas interfiram no "seu negócio", o domínio sobre as atividades futebolísticas esportivas. Como o futebol tem uma grande importância simbólica em, ao menos, várias dezenas de países, talvez centenas, fica evidente que a FIFA também é uma entidade que tem um caráter político, mais diplomático, e não partidário, mas que se estende necessariamente além do campo de controle da prática do futebol esportivo.

No Brasil, chega-se a se falar, na mídia, em "bancada da bola",[33] aqueles políticos que advêm ou que tem relações mais estreitas com clubes ou dirigentes de

[33] Termo encontrado em algumas reportagens da Folha de São Paulo, referente a deputados e senadores que aparentemente defendem interesses políticos de agentes do *campo* (Bourdieu, 2003) do futebol.

futebol. É óbvio que estes não são “agentes” FIFA no Brasil, mas a sua existência permite pensar que possam existir conexões entre suas ações e os interesses “do futebol” nem sempre passíveis de se explicar, já que seriam parte de um possível código (segredo) corporativo. Além dessa, assim chamada, “bancada da bola”, pude perceber no meu material a grande quantidade de políticos que aparecem nas páginas da mídia falando/respondendo sobre questões relativas à Copa do Mundo no Brasil, desde ministros e secretários do executivo até senadores, vereadores e deputados estaduais e federais. Ainda além desses, aparecem também agentes ligados a órgão de controle ou de fomento estatais, como TCU ou BNDES, por exemplo. Parece interessar a todos atuar/participar/controlar (n)as *dádivas* envolvidas na realização da Copa.

Retornando à questão do nível de atuação da FIFA em termos de política, ela fica mais nítida quando pede garantias ao então “chefe da nação” brasileira, o Presidente Lula, de que o Brasil se comprometeria a respaldar e cumprir todas as exigências feitas no “Caderno de encargos”, como foram cobrados, na fase de escolha das sedes segundo cartas de compromisso dos governadores dos Estados e dos prefeitos das cidades-sede escolhidas.

Como mostrarei, diante das exigências da FIFA, alguns políticos brasileiros, questionados pela mídia, indicavam uma divisão de parte dos aparentes ônus deste processo com outras instâncias políticas nacionais, as casas do Congresso Nacional, Câmara e Senado, pois o risco envolvido na concessão de tais *dádivas* e na realização ou não dos ganhos delas advindos é grande, levando a uma divisão do que é ônus, em contraponto à esperada capitalização dos eventuais bônus conseguidos, ainda que também compartilhados.

A política desse movimento de distribuições, apropriações e de redistribuições, de circulação, enfim, de parcelas das obrigações a se cumprir para se fazer uma Copa no Brasil é análoga à própria essência do funcionamento do sistema político democrático, e dotado de similitudes para com o sistema de *dádiva-partilha* em especial, já que o processo se inicia a partir dos níveis mais locais de política, através da formação de redes que vão se emaranhando com as redes estaduais, passando pelas regionais, até formarem grandes redes nacionais, que, por sua vez, estabelecem conexões com outros países, entidades e redes internacionais.

Não era possível, no início deste processo, saber quem levaria mais vantagens, e talvez não o seja nem no final, dado que certos indicadores desses ganhos possam ser mais simbólicos do que materiais, mas que um grande envolvimento seria necessário,

isso era certo. Assim, a FIFA, através de uma *"ostentação simbólica de generosidade"*, ao levar ("dar") sua Copa e todo o aparato e riquezas decorrentes disso (inscritos nas categorias *legado* e *impacto*), "obriga", em troca, o país sede a "receber" essa generosidade em seus estritos termos, "retribuindo" (ainda que nem tão "livremente") com tudo (ou quase) aquilo que, na visão da FIFA, for necessário e justificável para a realização do *megaevento*, o que permitirá, ao fim e ao termo, que as pessoas do país sede fiquem com uma parte de todas as *dádivas* que circularão.

É por isso que penso que teríamos uma condição de dádiva híbrida, pois apesar de parecer uma *dádiva agonística* - já que a FIFA impõe suas condições ao país sede, e elas são pesadas,[34] como veremos - a FIFA trabalha com a representação de que também faz sua "aposta", assim como o país sede, e ambos esperam/podem ter as compensações distributivas previstas, embora sem a mais absoluta certeza disso, no caso do país sede, nesse caso, o Brasil. Já a FIFA, em vista do seu maior controle sobre o processo, estabelece um nível de risco maior ao país sede, pedindo uma "generosidade contratual" prévia, mas trabalhando publicamente com a idéia de que a ida da Copa àquele país gerará uma retribuição à aposta que o país faz, pelo estabelecimento de um legado, pela melhora da sensação geral de felicidade, pelos impactos econômico-financeiros que o ambiente de investimentos em melhorias provoca ou pelo ganho que a circulação de pessoas interessadas no evento causará ao país, entre outros.

Ainda nos diz Caillé (1998), sobre essa questão:

> *"O que faz funcionar as empresas e dá vida aos mercados econômicos não é a universal e abstrata lei econômica da oferta e da procura, mas a cadeia de (inter)dependências e relações de confiança de que são feitas as redes. As sociologias da ciência e da economia convergem, assim, para uma tipologia das redes.*
>
> *Nada mais de acordo com aquilo que constitui o núcleo da postura de Marcel Mauss. De fato, a primeira análise de rede jamais realizada pelas ciências sociais — e que ocupa um lugar central no "Ensaio sobre a dádiva" — é a de Malinowski, em Argonautas do Pacífico (sic), quando descreve as dádivas simbólicas de bens preciosos, os vaygu'as, realizadas pelos nativos*

[34] O corpo de regras que a FIFA propõe aos candidatos chama-se "Caderno de Encargos", o que dá idéia do nível de codificações e regulamentações pelas quais o processo de realização de uma Copa do Mundo já passou.

> *das ilhas Trobriand por ocasião de suas famosas expedições kula. **A palavra kula**, explicava Malinowski, **significa círculo, o grande círculo do comércio simbólico intertribal**. **Círculo ou rede, dá no mesmo**. Sem saber — já que os sociólogos americanos ignoram completamente Mauss —, Granovetter centra sua reflexão a respeito das redes exatamente naquilo que Mauss descobrira em sua busca da dádiva através da infinita variedade de culturas**: fidelidade e confiança**.*
>
> ***A rede é o conjunto das pessoas em relação às quais a manutenção de relações interpessoais, de amizade ou de camaradagem, permite conservar e esperar confiança e fidelidade.** Mais do que em relação aos que estão fora da rede, em todo caso. A única coisa que falta a priori nessas análises é reconhecer que essa aliança generalizada que constitui as redes, atualmente como nas sociedades arcaicas, só se cria a partir da aposta da dádiva e da confiança"* (Caillé, 1998) (Grifo meu)

Se antes falava em *aliança* e *amizade*, mas num sentido ainda um pouco abstrato para o nosso tema, Caillé (1998), neste trecho, nos aproxima mais da questão em análise, perpassada por um caráter de "cálculo" dos níveis desejados das dádivas trocadas, um pouco recorrente na argumentação de quase todos que aparecem, são expostos ou que opinam nos veículos de mídia analisados. Esses "cálculos" são explicitados em termos econômicos, financeiros ou comerciais apenas por se tratar de uma língua comum e inteligível à maioria dos que participam de tais debates públicos midiáticos. Nem sempre esse "cálculo" é explícito, talvez até somente à minoria deles o seja, mas muitos dos argumentos apresentados/destacados (em geral relacionados, com a categoria *legado*, mas não só) seguem nesta direção, ainda que tratem de direitos de cidadania, educação, saúde, ecologia, segurança, soberania, felicidade, etc. Falar sobre dinheiro, por exemplo, fala sobre a nossa atual forma de mediação na troca de bens mais comum, mas as questões discutidas apontam para além da troca em si, para o que devemos ou deveríamos "dar, receber e retribuir", já que as pessoas pensam nas pontes escolas, aeroportos, estradas e hospitais (e estádios) que desejam usar, e não apenas no montante de dinheiro que é alocado para isto.

Essa noção de cálculo circulante parece, por vezes, um tanto intuitiva, por vezes, um tanto "calculada", parecendo bastante algo como parte de um "jogo", no qual todos estão imbuídos do sentido de jogar. Assim, formando uma rede pública, em que são

usados e em que usam os canais de mídia, todos participam de uma grande arena em que, uma vez cooptados pela rede, jogam o "jogo" que se espera deles, sejam estes jogadores desde a FIFA e seus agentes, os políticos e agentes do Estado, os representantes dos grupos de negócios, os leitores, os aficionados, entre outros possíveis envolvidos, incluindo aí também os próprios canais de mídia e seus agentes. Uma vez formada a rede, diante de um *fato social total* como este, como, a favor ou contra, escapar dela?

Assim, terminando por pensar a questão das empresas e da sustentação dos mercados econômicos,[35] Caillé nos diz que o que os faz funcionar não é *"a universal e abstrata lei econômica da oferta e da procura"*, mas, sim, *"a cadeia de (inter)dependências e relações de confiança de que são feitas as redes"*.

Quanto à cadeia de interdependências, parece bastante óbvio que FIFA e "Brasil" obrigatoriamente se colocam em tal situação de convivência, uma vez que os dois precisam "entregar" suas encomendas para que uma Copa aconteça. Também internamente ao Brasil acontece a mesma coisa, pois, pensando em políticos ao menos, veremos neste trabalho um momento em que todos os políticos, mesmo que sejam de oposição aos políticos e partidos que "trouxeram" a Copa, se sentem obrigados a viajar a Zurique, na Suíça, e a aparecer "na foto" do momento de definição do Brasil como país-sede, mesmo que (e até porque) isso seja reconhecer cabalmente os feitos dos seus adversários. Ainda que nessas condições, percebem que há o que recolher simbolicamente deste momento, para depois partilhar com os seus parceiros e com os seus eleitores em futuros processos eleitorais, por exemplo.

No entanto, quanto à idéia de que as relações de confiança formam as redes, ao menos do ponto de vista da minha análise, penso que a FIFA trabalha com a idéia de que se formará um *legado* a partir da passagem da sua Copa do Mundo como uma promessa de dádiva (além da própria Copa, como já disse) no contexto em que, se ela mesma apresenta lucros fabulosos, os países que aceitam realizar uma Copa também ganharão um conjunto de vantagens derivadas de tal fato. A FIFA porém atua de uma forma que pode se pensar como dúbia, ao menos, se olharmos para as exigências que faz, através do seu *Caderno de encargos*, e que devem ser respaldadas antecipadamente pelas autoridades e leis do país-sede. Tento penetrar e explicar esse ponto um pouco melhor e mais extensamente no capítulo sobre a FIFA e o que penso ser o seu uso da *ideologia da harmonia* (Nader, 1996) para colocar, a partir da sua hegemonia sobre o

[35] Aqui falamos da "organização" FIFA e da suas relações econômicas com o Brasil.

campo futebolístico, a defesa dos seus interesses sob uma capa de dádiva livremente ofertada, recebida e retribuída como uma dádiva-partilha.

Penso que a partir dessa discussão sobre a teoria da dádiva de Mauss (2003), temos uma visão um pouco mais aclarada sobre como se estabelecem as condições necessárias e possíveis para permitir que uma organização internacional como a FIFA e um país, no caso, o Brasil, estabeleçam relações, ainda que assimétricas, que permitam se realizar uma Copa do Mundo em um território físico temporário da FIFA.

- Pensando a atuação da FIFA no mundo": um olhar através da *ideologia da harmonia*[36]

A partir de agora, faço uma análise quanto à parte relativa ao poder jurídico e às vantagens econômicas exigidos pela FIFA em seu *Caderno de encargos*,[37] a serem cumpridos pelos postulantes a serem organizadores do maior dos seus eventos, a Copa do Mundo de Seleções de Futebol.

Essas exigências implicam em uma série de mudanças prévias e específicas na legislação do país que ganhar o direito de organizar e sediar o evento, que, no caso específico da Copa-2014, foi o Brasil. Esse fato me despertou interesse pelo tema como objeto de análise em relação ao modelo de administração prévia de possíveis conflitos a ser formalmente assumido pelas partes envolvidas. Essas exigências, apoiadas na idéia de um *legado* como *dádiva-partilha* que circula no país-sede, são a garantia da possibilidade de realizar/receber a sua esperada *contradádiva*, que circulará por dentro da "comunidade FIFA".

Para realizar uma análise deste ponto tomei, mais especificamente, como fonte descritiva das mudanças exigidas, uma reportagem do jornal Folha de São Paulo do dia 27/04/2007 (pág. D2 do seu caderno esportivo), que lista as exigências estabelecidas pela FIFA, bem como algumas opiniões de políticos e governantes envolvidos sobre o tema. Como não me foi possível ter acesso ao Caderno de encargos original, recuperei suas exigências a partir de uma referência jornalística, com a perda de acuidade inerente à não consulta direta ao mesmo, mas com o consequente ganho com a percepção da importância simbólica que essa questão apresentou, a ponto de se tornar matéria

[36] Para acesso mais direto a essa teoria, incluí excertos do original como o anexo 5 (p. 139).
[37] Este é o nome nativo do texto que apresenta as obrigações que um país deve cumprir para "ganhar" a Copa, segundo consta da reportagem jornalística apresentada a seguir.

jornalística. Além da matéria citada, poderei usar informações de algumas outras peças jornalísticas publicadas no mesmo jornal.

Essas questões levantadas na reportagem tinham à época um prazo, até 2010, para serem efetivadas ou não, o que torna esta parte um pouco datada, já que a maioria das exigências foram cumpridas,[38] mas ainda assim, penso, exemplificadora do atual modo de atuação da FIFA, de parte da mídia e dos agentes que expressaram as opiniões usadas nas matérias. Mas é importante marcar que, à época, a mera existência dos protocolos de intenções sobre a realização do evento Copa do Mundo já seria suficiente para justificar esta análise.

Sempre há este processo de ajustamento entre as partes, e um dos relatos sobre a Copa de 2006, realizada na Alemanha, foi o de que a maioria das exigências foi cumprida, com algumas poucas exceções pontuais (FSP, 27/04/2007), por exemplo. Agora no Brasil não está sendo diferente, tendo em vista que as leis foram feitas como queria a FIFA, mas com ajustes e peculiaridades em certos pontos mais sensíveis quanto aos congressistas e à repercussão midiática e também popular.

O ideal seria fazer um trabalho que comparasse esses processos ao menos em relação à Copa da Alemanha, de 2006, e ao que ocorreu em relação à África do Sul em 2010. Infelizmente, esse esforço comparativo não foi possível aqui, a não ser muito pontualmente.

Meu universo de abordagem teórico-metodológica nesta parte se pautará em dois textos antropológicos específicos e em questões desenvolvidas neles.

Como apontado antes, o principal deles é o de Laura Nader (1996), sobre a questão da ideologia da *harmonia* como técnica de pacificação, sendo esta, para ela, uma ideologia – dotada de coercitividade – que atua como um instrumento de interesses políticos e econômicos. Esta é uma forma de proceder que pode ser acionada em detrimento do uso de técnicas de resolução de questões entre partes através do conflito/controvérsia judicial. A forma litigiosa, por ter grande poder de atingir certa forma "mais justa" de decidir uma questão específica para uma parte menos poderosa, pode não ser desejável àquela parte com maior poder de coerção, que passa a buscar nessa ideologia de mediação ou negociação, uma forma de evitar o litígio e de obter resultados mais favoráveis a si, a um menor risco e custo.

[38] As mais importantes são: Lei 12.348, de 15/12/2010 (Limites de Endividamento para a Copa), Lei 12.350, de 21/12/2010 (Incentivos fiscais da Copa), Lei 12.462, de 04/08/2011 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas para a Copa), Lei nº 12.663, de 05/06/2012 (Lei Geral da Copa), regulamentada pelo Decreto Nº 7.783, de 07/08/2012.

A autora vê nessa técnica de abordar os conflitos uma *função de pacificação*, que é, mesmo, a intenção dessa *harmonia coercitiva*. Esta forma de atuar pode dizer respeito à forma de interação jurídico/legal, a) em certas comunidades ante um agente colonizador e suas intervenções; b) em uma nação-estado buscando sua pacificação interna; c) nas disputas fluviais internacionais; ou, d) na forma de atuação de corporações internacionais na defesa dos seus interesses comerciais. Não creio que Nader exclua a possibilidade dessa ocorrência em outros campos, mas delimitou nesses a sua Conferência de Abertura da XIX RBA (Nader, 1996). Nesses casos isso ocorre no exercício do uso de prerrogativas e vantagens em que uma parte mais forte tenha poder sobre uma mais fraca - ou seja, pode levar a um desequilíbrio de poder, como no caso dos acordos bilaterais ou criação de áreas de comércio diferenciadas, por exemplo, sem que as partes afetadas pela força dessa ideologia se dêem conta.

Tentando não fugir ao círculo delimitado pela autora, mas também pensando existir mesmo uma correlação direta, pretendo, como já dito, pensar a atuação da FIFA neste contexto, olhando-a como uma *organização internacional* com reconhecido poder institucional sobre as suas atividades precípuas, representando um grande número de "nações" e interesses negociais próprios. Neste contexto, muitas das exigências da FIFA sobre a realização da Copa do Mundo em um determinado país dizem respeito a várias questões propriamente do campo do direito de comércio internacional. Além disso, não é difícil encontrar correlação com outra questão apontada por Nader. Assim, para efeitos da realização de uma Copa do Mundo, a FIFA seria um "agente colonizador", ainda que temporário, usando seu poder para influir no país realizador a seu favor, sofrendo resistências, mas anunciando/negociando as vantagens advindas do estabelecimento de relações comerciais entre as partes.

Acessoriamente, a fim de estabelecer um contraste e uma melhor compreensão dos efeitos específicos da ideologia da *harmonia*, faço uso o artigo de Fernando Acosta (2004), sobre a existência de variados contextos em que a resolução de conflitos - referentes a fatos empíricos semelhantes - entre as partes se dá através do que ele classifica como *ilegalismos privilegiados*.[39] Esse termo se refere às resoluções de

[39] Acosta esclarece que não quer realmente expressar sua idéia como a de uma "ilegalidade", pois esse termo tem um sentido restrito e demarcado, preferindo o uso do termo "ilegalismo" que teria uma multiplicidade de sentidos, baseando essa forma, um neologismo, em português, no sentido que lhe imprime Foucault (2002), mas já consagrada pelo uso em espanhol e em italiano. Ele faz uma descrição destes "ilegalismos" em um contexto em que as instâncias jurídico/legais e administrativas nem sempre teriam o poder esperado delas, de enquadrar os atos "ilícitos" cometidos por pessoas ou organizações em uma das prescrições legais existentes.

conflitos passíveis de se dar através de disputas jurídico-legais, mas que ocorrem muitas vezes sem chegar a tal ponto. São aquelas resoluções de conflitos nas quais a possibilidade do uso do aparato jurídico-legal serve, de forma parcial ou subjacente, como uma sombra, que não chega a se impor, em vista dos obstáculos legais passíveis de interferir e do poder diferenciado das várias partes envolvidas. Assim, certos tipos de disputas, em alguns casos específicos, são conduzidos a soluções cíveis, administrativas ou negociadas/acordadas, sempre em detrimento da resolução pela criminalização de algumas organizações ou de pessoas específicas envolvidas, segundo o contexto em que tenham ocorrido e o *status* de poder intrínseco de cada uma das partes envolvidas.

Em vista disso, dentro do contexto de uma acomodação prévia dos possíveis conflitos dessa relação, penso que a FIFA, além de acionar uma harmonização prévia, interessante em termos simbólicos, impõe termos em seu acordo que soam como os "*ilegalismos privilegiados*" apontados por Acosta (2004), só que em um nível já institucionalizado (portanto, mais desejável ainda para a FIFA), como pretendo estabelecer com mais clareza a seguir, a partir da exposição e análise dos dados colhidos. No entanto, posso adiantar que o nível de exigências da FIFA induz a se pensar em um contexto em que os atos dela serão, não *ilegalismos privilegiados*, mas atos legais marcados pela sensação de que o Brasil pode estar fazendo concessões excessivas, que não são dadas nem mesmo aos seus cidadãos.

Assim, penso que os dois textos dialogam em parte, por tratarem de um *continuun*, e, que são os que permitem uma melhor investigação, análise e compreensão do objeto que me propus a analisar nesta parte. Tentei me guiar pelas propostas teórico-metodológicas apontadas pelos autores de uma forma um pouco mais livre, sem, claro perder o foco. Parece-me que esta forma de abordar seus trabalhos permitirá que eu demonstre o que eu penso serem pontos de contato e questões entre estes trabalhos e meu objeto escolhido, que, sendo um pouco paralelos, poderiam não se descortinar apenas a um primeiro olhar, mas podem se mostrar a um olhar mais atento[40].

* * *

[40] Seria improdutiva a tentativa de tomar as proposições dos estudos destes pesquisadores de uma forma "dura", sem entendê-los primeiro em relação à especificidade do objeto por mim estudado. tentando seguir caminhos próximos a essas abordagens, creio que será possível compreender e explicitar um pouco as relações que acredito existirem entre essas abordagens e o objeto escolhido, que se insinuam, mas tem que ser empiricamente expostas

Chegamos agora ao caso em si, objeto desta análise. A reportagem da FSP (27/04/2007) anuncia no título que o "*País se arma para negar leis exigidas em Mundial*" e no subtítulo que a "*Fifa determina que Brasil crie em três anos legislação para blindar suas ações*" em uma chamada ao leitor por um viés belicista mesmo, pelo uso de expressões como "*País se arma...*" e "*...blindar suas ações*", deixando transparecer um pouco uma possível posição do jornal, crítica ao assunto. Após isso, em um subtítulo de coluna, fala da intenção da FIFA de "*ficar isenta de taxas e penas da lei local*", entre outras coisas, mas que "*Senado e Câmara querem negociação*", mostrando ao seu público, de início a possibilidade de atuação de importantes instâncias políticas brasileiras. No corpo da coluna, fala em um "*nó*" a ser desatado na candidatura brasileira, já que o grupo que trabalha no projeto da CBF[41] teria identificado que algumas alterações legais seriam "*inviáveis*".[42]

Essa "corrente" defenderia uma negociação com a FIFA, apesar da clareza com que são explicitadas essas exigências no Caderno de encargos[43] para que se realize uma Copa do Mundo. Assim, o Deputado Federal José Rocha (PR-BA), então citado como membro da "*bancada da bola*", que seria alinhada à CBF, se manifesta: "*A Copa é desejo de todos nós, inclusive da Câmara, do Senado e do presidente. Mas não podemos transformar o Brasil num território da Fifa*". Aqui já começa a transparecer que há um conflito a resolver, no contexto em que se visa firmar uma aliança, já que há interesse em se realizar a Copa, o que parece ser simbolicamente importante, mas são levantadas ressalvas quanto à posição de fraqueza em que poderia ficar o Brasil em relação à sua soberania.[44]

É importante ressalvar que, apesar de ser apontado como ligado aos interesses da CBF, em tese, o "braço" da FIFA no Brasil, o Deputado era do Partido Republicano, que fazia parte da base de apoio do Governo Federal à época, sendo o partido do Vice-presidente da República de então, Jose Alencar. Assim, ele se encontra em uma situação-limite, tendo interesses a defender dos dois lados da "disputa", por assim dizer, o que fica perceptível na sua fala feita ao veículo de mídia em questão. Ele sugere,

[41] Confederação Brasileira de Futebol, instância que controla o futebol no Brasil.
[42] Parece óbvio que a reportagem trabalha com a representação de que este processo é uma disputa, na qual a FIFA pretende "explorar" ou mesmo "invadir" o Brasil, em vista dos termos escolhidos para mostrar tal notícia aos seus leitores.
[43] A FSP cita que o *Caderno de encargos* da FIFA é confidencial e não explica como tiveram acesso ao mesmo.
[44] Nesse contexto, todos os procedimentos jurídicos/legais, incluindo os judiciais e fiscais, estão sob um poderoso controle, em uma harmonia prévia, beneficiando, por regra, grupos de negócios do lado dominante nessa relação. No caso em análise, a FIFA.

assim, a possibilidade de propor algumas alterações contratuais à FIFA, segundo a possível avaliação do Congresso, em que pese, segundo a FSP, a possibilidade da FIFA descredenciar o país para a realização da Copa, mesmo que o próprio *Caderno de encargos* preveja a aceitação de algumas alterações nas obrigações. Penso que aqui podemos vislumbrar um pouco a tendência a buscar uma forma harmônica de atender aos dois interesses por parte de um representante de uma instância política brasileira, o Congresso Nacional[45].

Já o então Ministro do Esporte, Orlando Silva Júnior, limitava-se a dizer, segundo a FSP, que "*todas as decisões passarão pelo Congresso*" e que proximamente, à época, os ministérios envolvidos na análise da questão concluiriam seus relatórios. Até o fim de maio de 2007, o parecer de cada ministério seria levado ao conhecimento e análise do então presidente Lula. Então ele assinaria o documento da FIFA, segundo o relato da FSP. Devo ressaltar que o Dossiê submetido à FIFA pelo Brasil foi entregue em julho de 2007. Ele continha uma carta do presidente Lula declarando seu aval à realização do evento no Brasil (FSP, 01/08/2007); o próprio Lula compareceu depois à cerimônia de anúncio da aprovação do Brasil como sede da Copa de 2014, onde demonstrava felicidade com a "vitória" do Brasil, não obstante o país fosse o único concorrente desta vez (FSP, 31/10/2007). Além de Lula, estavam presentes na comitiva 12 governadores, 3 ministros e personalidades como o escritor Paulo Coelho e o jogador Romário. A FSP (13/11/2007) também relata que nessa ocasião representantes da FIFA teriam tentado fazer com que o presidente Lula assinasse um documento em inglês, se comprometendo a conseguir junto ao Congresso brasileiro as alterações legais exigidas. Segundo a FSP (27/04/2007), os aliados do presidente da CBF à época, Ricardo Teixeira, queriam que Lula fizesse as alterações através de Medidas Provisórias, que seriam mais rápidas e já teriam força de lei a partir de sua edição, em contraposição aos projetos de lei, mais demorados em sua tramitação[46]. A posição de Lula nesse caso, de não editar MPs, era compatível com a grande pressão política, social e midiática que sofreu à época para reduzir a edição de MPs, o que era visto como ingerência indevida

[45] Não falo ainda aqui do conceito de *harmonia* de Nader (1996), no sentido desenvolvido na sua conferencia, mas sim aquele que ela aponta no início da mesma, a de que tinha sido informada da "tendência" à harmonia vigente na cultura brasileira. É possível uma aproximação, mas a minha questão tem mais a ver com a questão da tendência das grandes corporações com poder para tal, por exemplo, de buscar essa *harmonia*, na evitação dos caminhos jurídicos/legais mais tradicionais, ligados aos litígios judiciais.

[46] Teriam sido entregues documentos com as exigências tanto ao presidente da Câmara, como do Senado, especialmente um, intitulado "Acordo de candidatura". Este documento seria o mais explícito quanto à interferência da FIFA na legislação do país.

do Poder Executivo sobre o Poder Legislativo brasileiro.

Torna-se visível aqui que as diversas partes do campo político brasileiro estão em constante processo de revisão e reconstrução dos desígnios e atribuições institucionais que os sustentam, como um *capital simbólico* (Bourdieu, 1996), quando realizados de uma forma considerada coerente pela sociedade civil brasileira, considerando aí desde a população, representada por entidades classistas, passando pelas outras entidades estatais concorrentes, chegando até a mídia em geral. Assim, Lula, à época sob pressão devido a problemas políticos de outra ordem, recua da sua desenvolvida prática legislativa, que se tornara uma agilizadora para várias das ações do seu governo, muito utilizado em relação aos trâmites legislativos congressuais mais tradicionais, de caráter mais lento.

Além disto, é possível pensar, ele passa a dividir confortavelmente com o Congresso os ônus simbólicos relativos a concessões tão superlativas à FIFA, sem, no entanto deixar de capitalizar com o processo, uma vez que qualquer culpa por questões mal resolvidas será dividida com os legisladores congressuais. Se pensarmos em termos da teoria da dádiva de Mauss, talvez tenhamos nesse procedimento, uma resposta que funciona como um ardil, criando um tipo de redistribuição negativa. Ora, Lula, ao se sentir pressionado, faz a partilha do ônus, o que o deixa praticamente com a maior parte do bônus, já que deixa de ficar com a posição moralmente frágil, mas continua como o "pai" da Copa no Brasil.

Um dos capítulos do *Caderno de encargos* dizia respeito aos deveres governamentais. Nele, a maioria dos itens termina com a presunção de que o Brasil garante a mudança em todas as leis necessárias à execução da Copa no país, chegando a um ponto considerado pelo jornal como "de ameaça", segundo depreendo. Isso aconteceria ao estabelecer, textualmente, que a garantia do governo terá "*força de lei contra o Brasil e seu governo, bem como todas as autoridades municipais e estaduais*", segundo exposto pela matéria do jornal. Como complemento, a FSP (ainda em 27/04/2007) informa que "*Preocupada com o cumprimento de suas exigências, a Fifa pede um relatório de advogado renomado assegurando que as garantias dadas pelo governo têm valor legal. Quer também um resumo da Constituição do país*".

O cuidado com o tipo de equilíbrio entre as relações de força e poder que a FIFA pretende ter perante o universo jurídico brasileiro e o real poder das normas a serem aí modificadas, em seu benefício, é bem visível neste ponto. Afinal, este condicionamento jurídico/legal se tornará o sustentáculo da sua liberdade de ação para proceder às suas

ações e negócios no Brasil, sem os riscos dos quais visa se esquivar e aos quais normalmente respondem as instâncias e agentes estatais e privadas brasileiras envolvidas. Assim, a "harmonia prévia" buscada a deixaria em uma situação de usufruir de variados direitos "especiais" em relação à população e às empresas brasileiras.

Vou agora transcrever as exigências da FIFA, relativas ao "*Poder Jurídico*" [47], que foram apontadas na reportagem da FSP:

– *Autonomia para definir a forma do contrato; Não ser julgada no Brasil por eventos ligados à Copa;*

– *O contrato deve submeter-se à legislação suíça;*

– *O governo tem que dizer quando serão feitas leis que assegurem o cumprimento das exigências contratuais;*

– *Ter facilidade para a obtenção de vistos;*

– *Ter vistos de trabalho emitidos para membros da Fifa;*

– *A legislação trabalhista do país não pode ser válida para o pessoal da Fifa;*

– *Obter isenção de taxas para equipamentos importados;*

– *Obter isenção de taxas sobre rendas da Fifa, subsidiárias e equipes participantes, incluindo a venda de ingressos;*

– *Ter liberdade de fluxo de dinheiro;*

– *Ser reembolsada pelo Brasil em caso de alguma taxa ser cobrada ou de haver alguma despesa decorrente de ação judicial;*

– *O Brasil deve criar uma lei contra a pirataria com regras da União Européia;*

– *Deve dar autonomia para a polícia efetuar prisões de qualquer sujeito razoavelmente suspeito de qualquer infração, em qualquer local, sem exigência de mandado de busca ou de prisão;*

– *O país deve suspender as leis de mídia durante a Copa;*

– *Direito de conduzir incondicionalmente negócios com garantia até 2014; e,*

– *Todas as leis devem estar prontas até 2010.*

[47] Mas vários itens dizem respeito a questões propriamente econômicas, que ela quer juridicamente respaldadas.

Uma questão interessante a apontar é que a entidade jurídica criada pela CBF para a realização da Copa no Brasil tinha um estatuto que vetava a participação governamental em sua composição,[48] segundo a FSP (25/10/2007), sendo uma associação civil sem fins econômicos, com a intenção de se manter à margem de uma série de controles estatais, bem como jurídicos/legais, sobre ela, intentando criar uma inimputabilidade para grande parte das ações que a envolvam. Transcrevo aqui parte da notícia:

> **"***....E o estatuto deixa a União, que vai bancar a maior parte dos custos do Mundial, de fora de qualquer decisão sobre o comitê.*
>
> *O artigo 30 diz que a entidade "não exerce função delegada do Poder Público nem se caracteriza como entidade ou autoridade pública e goza de peculiar autonomia quanto à sua organização e funcionamento, não estando sujeita à ingerência ou interferência estatal".*
>
> *A Fifa permite que o comitê organizador seja formatado como empresa, com remuneração e participação dos lucros dos dirigentes. Mas, como sociedade empresarial, a Brasil 2014 estaria submetida a regras mais duras de fiscalização.*
>
> *No atual formato, sua situação é similar à de entidades esportivas, autônomas pela Constituição. Como não tem fim desportivo, por enquanto, o comitê também não está submetido à Lei Pelé, que prevê a publicação de prestações de contas e fiscalização pelo Ministério Público Federal.*
>
> *Para reforçar a independência, a Brasil 2014 não pode receber verba pública dentro "da dotação orçamentária", pelo artigo 26. Isso impede fiscalização, como ocorreu com o Comitê Organizador dos Pan-2007. Só que patrocínios de estatais estão liberados.*
>
> *Com autonomia, o comitê tem seu poder centralizado nas mãos de Ricardo Teixeira.*
>
> *A CBF e o dirigente são os únicos sócios da entidade. Tanto que ele assina tanto em seu próprio nome quanto no da confederação.*
>
> *A Assembléia Geral, que é o órgão máximo do comitê, é composta pelos associados. Caberá a esta - na prática, a Teixeira - deliberar sobre*

[48] Somente em maio de 2012, após problemas entre FIFA e instâncias brasileiras e também com a renúncia do então presidente da CBF, Ricardo Teixeira, é que o governo federal passou a ter um representante no COL/CBF.

contas, estatuto e composição da diretoria, entre outros tópicos.

Abaixo deles está a diretoria executiva, composta pelo cartola, presidente, e mais três: Carlos Langoni, Rui Rodrigues e Francisco Müssnich.

Nenhum deles será remunerado, nem terá participação nos lucros. Qualquer despesa acima de R$ 50 mil tem que ser aprovada pelo presidente.

*Todo-poderoso, Teixeira e seus diretores estão livres de serem responsabilizados pelos atos administrativos da Brasil 2004, pelo estatuto. Só podem ser responsabilizados por violação à lei. Assim, não se poderia cobrar deles em caso de prejuízos. Esse artigo tem legalidade questionável, segundo advogados ouvidos pela Folha.***"**

Essa formatação, à época, já causou problemas ao governo na sua própria base de apoio, já que a FSP (29/11/2007) relatou que senadores do PT consideravam inadmissível o governo brasileiro não ter participação no comitê organizador. Além desses, senadores de outros partidos também se manifestaram sobre o assunto, em especial sobre a participação ou não dos seus Estados como sedes de jogos e seleções na Copa (FSP, 27/11/2007), demonstrando a ampla importância simbólica da realização de uma Copa do Mundo no Brasil, especialmente em termos de política partidária, mas também de políticas públicas de várias ordens. Com todos os possíveis ônus, a disputa pelos bônus é muito importante.

Em 25/11/2007, a FSP relatava que integrantes do Ministério do Esporte aguardavam apenas a confirmação da Copa para o Brasil para iniciarem gestões visando forçar alguma participação governamental no comitê do Mundial.[49] Um artigo da FSP, de 28/10/2007, ainda seleciona e ensaia análises sobre algumas alterações ocorridas no "*jogo de poder*" de alguns países que sediaram Copas do Mundo anteriormente, mostrando o poder de influência que a possibilidade de realizar o Mundial pode exercer sobre as ações e interesses da classe política dos países envolvidos.

[49] Isto não é de se estranhar no Brasil especificamente, diante da tradição de intervenção estatal no esporte, como analisei em minha dissertação de mestrado (Andrade, 2006) e como apontam Eduardo Dias Manhães (2002) e Wanderson Jardim (2003). A partir da Constituição de 1988 houve uma grande diminuição deste poder do Estado sobre a autonomia de algumas instâncias do esporte no Brasil, sem, no entanto, arrefecer totalmente o *animus* intervencionista do Estado brasileiro. No entanto, essa autonomia constitucional levou a alguns atos considerados abusivos, como a reeleição ilimitada de dirigentes, por exemplo. Há hoje, inclusive, em tramitação no Congresso Nacional uma Proposta de Emenda à Constituição, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, visando diminuir essa autonomia, para depois executar mudanças na legislação ordinária relativa à regulação das atividades esportivas, e dos seus dirigentes, no Brasil.

Segundo artigo da FSP, essa influência teria se apresentado desde a segunda Copa do Mundo, na Itália de Benito Mussolini, em 1934, até a escolha em 2004, sob o presidente Thabo Mbeki, da Copa na África do Sul em 2010, passando pela Argentina de 1978, do ditador Jorge Videla. Teria ocorrido novamente na Itália do organizador Luca de Montezemolo; na França do presidente Jacques Chirac e do premiê Lionel Jospin, bem avaliados naquele ano da Copa, em 1998; na Coréia do Sul, onde o bilionário e deputado Chung Mong-joon "brigou" com o Japão para dividir as sedes da Copa de 2002 e teria acumulado tal popularidade como candidato a presidente que pôde repassar esse capital político a um segundo político, Roh Moo-hyun, eleito presidente sul-coreano ao final do ano de 2002, e; finalmente, na Alemanha da premiê Ângela Merkel, que atingiu os mais altos índices de aprovação do pós-guerra naquele país após a Copa do Mundo de 2006 (FSP, 28/10/2007).

O interessante de pensar, nestes casos, é que alguns casos foram associados à vitória da seleção anfitriã, mas em outros, não. Isso permite pensar que o vínculo entre Copa e vitória ou derrota não é direto sendo relativo a outras variáveis, que incluem uma análise das expectativas populares sobre o resultado da Copa, bem como, parece óbvio, do tipo de atuação da cobertura midiática e dos agentes públicos e privados envolvidos no processo.

No caso da Copa de 1950, no Brasil, os relatos mostram que o então prefeito indicado do Rio de Janeiro (Distrito Federal à época), General Mendes de Morais, usufruía de boa popularidade, com o apoio do Jornal dos Sports, do jornalista Mario Filho. Em contraponto, o político Carlos Lacerda era contra o tamanho, a localização e a urgência da construção do Maracanã, expondo sua oposição ao projeto. A construção do estádio (batizado depois com o nome de "Jornalista Mario Filho") acabou sendo um sucesso, mas após a derrota do "campeão antecipado" Brasil para a seleção uruguaia, Mendes de Morais perdeu rapidamente tal popularidade , em vista da grande expectativa criada pela mídia em torno da inevitável vitória nacional. Ao sair da prefeitura do Rio, em 1951, Mendes de Morais retornou por algum tempo à vida militar, para, só depois de alguns anos, em 1958, se tornar deputado federal pelo Distrito Federal e depois pelo Estado da Guanabara (FGV, 2001 e Melo, 2011).

* * *

Como pudemos perceber, a realização da Copa do Mundo parece ter um peso simbólico grande, envolvendo, além dos esperados apreciadores do futebol, autoridades de várias instâncias governamentais e da sociedade civil, sendo tema de uma

reportagem de duas páginas em um jornal de grande circulação nacional, especificamente sobre essa questão das exigências da FIFA ao país organizador da mesma. A questão do *poder simbólico* (Bourdieu, 2003) envolvido na realização deste evento é de grande importância para nossa análise, pois o grande interesse dos países em realizar a Copa é exatamente o que permite e garante à FIFA atuar da forma que foi ressaltada pela FSP.[50] Mas a questão que nos interessa mais deve ser buscada na compreensão de com qual tipo de ideologia de administração de conflito estamos lidando aqui, uma vez que se trata da aparentemente simples realização de um evento esportivo, mundial, sim, mas restrito ao futebol e ao congraçamento entre algumas nações que se representam esportivamente. Apesar deste verniz aparente de desprendimento, de acontecimento lúdico, o fato de serem pedidas tantas salvaguardas realmente faz despertar o interesse crítico de investigar o que é essa forma de se relacionar com um país, buscada pela FIFA.

Foi partindo desta visão, que busquei pensar a entidade FIFA como uma *organização internacional*, baseada em uma comunidade de interesses, que busca, além das vantagens simbólicas inerentes à sua atividade-fim, extensas vantagens de caráter econômico e uma isenção jurídico-legal que são negociadas, acordadas, de forma prévia. Isso é feito com base no *poder simbólico* (Bourdieu, 2003) específico que a mesma detém, que é a sua singular legitimidade (monopólio) para determinar a forma das relações e das práticas respeitantes ao futebol, incluindo a hierarquização dos países em um *ranking*, bem como a determinação do país Campeão do Mundo. Assim, ela pode determinar politicamente, através de um processo de disputa entre os mesmos, quais países farão parte do pequeno círculo daqueles que poderão organizar uma Copa.

Esta posição, no contexto da determinação do país onde se realizará a Copa do Mundo, pode ser considerada uma posição de poder muito forte, dado o interesse que a realização deste evento desperta em boa parte dos países a ela afiliados. O fato de o Brasil ter sido o único candidato à Copa-2014 apenas mascara este poder de fato. Havia um sistema de rodízio de continentes[51] para sediar a Copa e desta vez a América do Sul

[50] Se o interesse fosse pequeno, a FIFA não estaria em condições de fazer essas exigências, que a eximem de muitas obrigações legais que são mais ou menos comuns a todos os países passíveis de serem candidatos, pois todos têm ordenamentos jurídicos estabelecidos, independentemente do tipo de tradição legal de que derivem. Sem esta condição, a própria FIFA não teria com quem negociar a sua "entrada", já que o seu poder positivo (coercitivo) é não mais do que poder simbólico, como já discutimos antes.

[51] Na verdade a Copa-2014 será a última a ser realizada no sistema de rodízio entre os continentes. Em 2012, a FIFA anunciou o fim do rodízio, o que vai a favor dos seus interesses, pois aumenta a demanda e a competição entre os países pela primazia de realizar o evento, o que pode permitir aumentar ainda mais o poder discricionário da FIFA para impor suas condições aos concorrentes e, assim, aumentar suas

devia propor candidatos. Ocorre que nenhum país, além do Brasil, se candidatou.

***

Colocadas estas questões, nos aprofundaremos agora um pouco mais nos textos teórico-metodológicos escolhidos para auxiliar esta análise. Laura Nader (1996) nos expõe seu interesse pela questão da emergência da ideologia da *harmonia* como uma forma de resolução de conflitos que visa evitar que se apele às instâncias jurídicas/legais que são relativas à utilização de tribunais, para decidir de uma forma litigiosa. Se pudéssemos desvendar as representações que cobrem o evento "Copa do Mundo" de um simbolismo próprio, de charme e glamour desportivo, com a aclamação de um "Campeão", envolvendo todos os milhões de interessados no futebol, veríamos que o procedimento que a FIFA segue ao propor seu *Caderno de encargos* é aquele relativo ao estágio apontado por Nader como sendo uma forma de escapar ao Gatt,[52] antes, e, hoje, à OMC.[53] Obviamente, não é uma tarefa fácil esse desvendamento, mas esta questão diz respeito a países e corporações internacionais buscando vantagens, em uma forma de atuar em relação aos outros que visa evitar a possibilidade de se apelar a qualquer tipo de instância de resolução de conflitos jurídica/legal litigiosa. A forma de agenciar isto é evitando a forma da *dádiva agonística*, derivada da tentativa de imposição direta da sua vontade, de seu poder, transfigurando-a na forma da *dádiva-partilha*, ou seja, fazendo com que a idéia de aliança, de confiança, se superponha à de conflito, de exploração/expoliação, implícita na forma *agonística* da dádiva.

Segundo Nader, e em conformidade com isto, atualmente existem em vigência vários acordos bi ou multilaterais de comércio, que a autora vê como uma forma de evitação à formação de regras iguais para todos, em âmbito mundial, para passar a reunir pequenos grupos de países, em geral com um deles sendo mais poderoso e dominante sobre os parceiros. Essa formatação em acordos, ligada a uma política dos grupos hegemônicos de disseminar a ideologia de evitar conflitos desnecessários, é produzida por:

> "*uma classe internacional de negociadores e tecnocratas que*

vantagens auferidas.

[52] Sigla em inglês para Acordo Geral de Tarifas e Comércio. Firmava as regras de controle do comércio mundial.

[53] Organização Mundial do Comércio; veio a substituir o GATT em suas funções, tendo maior poder decisório.

> *delineia a política para uma classe internacional de corporações, através de convênios comerciais internacionais, o que foi chamado por alguns de estrangulamento da soberania nacional graças à rédea solta das multinacionais*." (Nader, 1996).

Ora, é observando essas premissas que entendemos que a FIFA não é um país, muito menos uma empresa multinacional, mas, ainda assim, é uma *organização internacional* (Sugden, Tomlinson, 1998), que detém a hegemonia e o monopólio sobre sua área de atuação, sendo reconhecida oficialmente por todos os países que tem confederações de futebol ligadas a ela, com características híbridas de uma empresa multinacional e de um estado supra e transnacional, com algumas prerrogativas de caráter diplomático, em especial durante o período dos seus megaeventos.

A partir dessa constatação, podemos começar a perceber as correlações que a mesma assume em relação ao uso, consciente ou não, de um tipo de "ideologia da *harmonia*" no seu modo de proceder junto aos seus candidatos a parceiros nesta atividade esportiva, a Copa do Mundo. Verdadeiramente, esta atividade é esportiva, mas também envolve várias questões econômicas e jurídicas, ao menos, como podemos depreender das exigências, listadas acima, de alterações nas leis do país-sede escolhido.[54] O que temos, nesse caso da escolha do país-sede da Copa do Mundo da FIFA, é um processo de (des/re) construção concertada das leis dos países envolvidos no processo. Esse processo invoca, por um acordo prévio, várias vantagens econômicas e judiciais para a *organização internacional* "FIFA", que, com seu poder hegemônico sobre sua especialidade é capaz de, sob coercitividade efetiva, impor seus interesses políticos e econômicos sobre um parceiro.

Tomando a questão assim, cabe ao "parceiro" - tratado pela FIFA como dependente dela por princípio, não dispondo de poder equivalente neste caso, e, desejando participar da parceria, em busca de um poder simbólico e de algumas perspectivas de vantagens econômicas e simbólicas - transmutar como bom negócio os resultados da realização de tal acordo. Seria como tomar um *potlatch,* simbolicamente ao menos, como se fosse uma *dádiva-partilha*.

[54] Como aponta Laura Nader, a ideologia da *harmonia* encontra-se disseminada pelo mundo como forma implícita de atuar, através da evitação dos litígios na resolução de conflitos, visando, de forma coercitiva, sua pacificação. Nader nos adverte que, "*assim como o conflito foi investigado em relação ao desenvolvimento da lei*", a "*harmonia como concepção geral da vida deve ser investigada em relação à construção da lei*".

Como exemplo disso, Ricardo Teixeira, quando do anúncio do Brasil como ganhador da "disputa" pela Copa-2014, vestido com um terno com emblema da FIFA (já que ele, além de presidente do comitê brasileiro à época, era também um dos 23 membros do Comitê Executivo da FIFA), discursou sobre o impacto positivo que a Copa teria para o Brasil. Ele disse que "*Segundo estudos da Fifa, a última Copa, na Alemanha, deixou como* ***legado*** (grifo nosso) *a criação de 40 mil empregos permanentes*", e que, "*O modelo proposto para a Copa no Brasil prevê a prioridade para os investimentos privados na construção e na reforma dos estádios, deixando os recursos públicos para a modernização da infra-estrutura*." (FSP, 31/10/2007).

Existem opiniões dissonantes, como vimos na reportagem da FSP, mas como as Copas da FIFA têm ocorrido regularmente, é de se acreditar que seja mais provável que parte dessas opiniões sejam costumeiramente trabalhadas e cooptadas para dentro de certo consenso, sendo inseridas no mesmo universo simbólico, e político-ideológico, que pretende valorizar a realização deste evento em dado país, acentuando mais o seu caráter distributivo. Seriam, assim, levados a entender que a pacificação das diferenças e das argüições quanto ao tema seria o caminho mais desejável, simbolicamente, para o país candidato, não descartando os outros interesses possivelmente existentes.[55]

Acredito, assim, ter mostrado a presença da *ideologia da harmonia* (Nader, 1996) no contexto em que a FIFA organiza seu evento maior. Nesse contexto, no caso, os países estão em uma posição relativamente desfavorável em relação à *organização internacional* FIFA e ao seu poder hegemônico e monopolista sobre o futebol. No entanto, eles são convencidos – ou se deixam convencer, em vista de outros interesses - por meio desse tipo de ideologia, de que levarão vantagens econômicas e simbólicas com a realização do evento, estabelecendo-se assim, como já dito antes, o que Laura Nader chamou de "*uma situação de ganhador-ganhador*" (ou uma situação de aliança, de confiança), resultado de uma ideologia em que as vantagens, distribuídas pelas redes envolvidas (facilmente realizáveis ou não), se apresentam para todos que se engajaram para produzir o resultado esperado. A ideologia da *harmonia* serviria assim de veículo para que se estabeleça um consenso prévio quanto à necessidade de uma acomodação de interesses que auxiliem na obtenção de vantagens para todos os pólos envolvidos, configurando assim, em última instância, um tipo de *dádiva-partilha*.

[55] Inclusive, no caso do Brasil, a "tal" tradição de harmonização, descrita a Nader por seus colegas brasileiros, encaminharia mesmo, por ilação, à acomodação necessária neste caso. Mas esta é uma tese de uma outra ordem, apenas imaginada por enquanto.

Neste contexto de atuação da FIFA, penso se tratar de um tipo de chegada ao auge do sentido em que a ideologia da *harmonia* que se desenvolveu nos anos 1970 nos EUA (Nader, 1996) e que, penso, se apresenta parcialmente presente na descrição daquilo que Fernando Acosta (2004) chamou de *ilegalismos privilegiados*. Esses ocorreriam por motivos que vão, entre outros, desde a existência de lacunas jurídico/legais formais até a questão do nível de forças que uma dessas pessoas ou organizações seja capaz de mobilizar em seu benefício, como um poder social. Isto suscitaria a existência de situações em que infrações à lei similares seriam punidas em alguns casos e não em outros, a mercê daquelas variáveis. Nos casos não levados ao litigioso judicial, a resolução de conflitos seria, muitas vezes, conduzida no sentido da resolução por acordo ou negociação, não só nos casos em que a produção de provas fosse mais difícil ou cara, mas também naqueles em que há maior dificuldade em "encontrar" um enquadramento legal do motivo do conflito como, propriamente, uma infração à lei. Em alguns casos, inclusive, não haveria sequer a possibilidade de levar adiante um processo, diante da magnitude destas dificuldades.

No caso da FIFA, falo em chegada ao auge da ideologia da *harmonia*, pois, se esta já prevê um grande nível de acomodação dos conflitos passíveis de acontecerem – que, assim, seriam melhor resolvidos ao serem negociados diretamente entre as partes, resultando em benefícios para todas as partes envolvidas - me parece que o nível de coercitividade exercido pela FIFA se mostra grande o suficiente para que ela proponha um acordo bilateral onde os direitos são praticamente unilaterais, dada a sua predominância de poder decisório sobre o seu parceiro que aceitou o "acordo". Nestes termos, somente um improvável boicote da maioria dos países importantes do mundo poderia deter o poder hegemônico da FIFA.[56]

O poder discricionário dos juízes das instâncias mais baixas do judiciário existe, mas é mais limitado, pois uma instância superior sempre poderá rever os atos da anterior, se eivados de vícios, garantindo, por suposição, o direito legal da parte que se sentir prejudicada anteriormente. Obviamente, o custo de todo esse processo litigioso de resolução dos conflitos pode ser uma variável que favoreça a indução aos *ilegalismos*

[56] É importante ressaltar que no caso dos *ilegalismos privilegiados* apontados por Acosta (2004), não há a idéia de supressão formal de leis em benefício de algum grupo. Se isso ocorrer formalmente, provavelmente será através do uso de outros poderes, em instâncias legislativas ou na esfera mais alta do judiciário, com seu poder discricionário sobre questões constitucionais, ao "interpretar" a lei, dado o caráter também político dos tribunais superiores. O que pode haver é uma dificuldade, como exposto, em se enquadrar determinado ato "ilegal" na lei, em vista dos limites da mesma. Mas a questão do *lobbying* político/econômico/legislativo nos EUA ficam como uma lacuna.

privilegiados, uma vez que o cálculo pragmático do custo deste processo, em tempo e em dinheiro, pode estimular a busca e/ou a aceitação de um acordo negociado, ainda que menos vantajoso do que o julgamento como um caso judicial. Nisso também influi fortemente a rede de contatos das partes, bem como a dos seus representantes legais. Isso nos remete novamente à questão da *ideologia da harmonia* (Nader, 1996), uma vez que, parafraseando o dito popularizado, "às vezes pode ser melhor um mau acordo, do que uma boa disputa", o que é, em si, o cerne desta ideologia, da forma como foi disseminada. Diante das características jurídico-legais que regem a relação das pessoas e instituições com a FIFA durante uma Copa do Mundo, os capitais simbólicos exigidos para disputar algo com a FIFA passam a ser de grande magnitude.

Desta forma, penso que a forma de atuação da FIFA poderia ser classificada em um outro patamar no campo da *ideologia da harmonia*, pois nesse caso, o acordo prevê, na própria lei, a real supressão da maior parte dos conflitos passíveis de ocorrerem, senão de todos, e das possíveis limitações aos benefícios a se auferirem pela FIFA. Só não é possível afirmar isso de forma cabal, porque a FIFA admite, entre suas exigências, que exista uma possibilidade de que os litígios contra ela sejam julgados: a democrática utilização das leis e do sistema judicial da Suíça, país onde a mesma tem sua sede mundial.[57] Não obstante isso, também há exigências como não poder ser julgada no Brasil e, caso isso viesse a ocorrer, ter direito de ser ressarcida pelo país em caso de ter alguma despesa decorrente do fato. Entre outras questões que podem surgir do rol de exigências apontadas pela FSP, penso que este já é material suficiente para chegar a algumas conclusões.

* * *

Inicialmente, penso que talvez fosse necessário cunhar um novo termo: "legalismos privilegiados". Essa seria a forma mais aproximada de descrever o nível que os direitos da FIFA parecem atingir. Os "ilegalismos" apontados por Fernando Acosta (2004) são realmente privilegiados, mas não têm o mesmo *status* daqueles que a

[57] Assim, além da transferência de soberania, reclamada pelo jornal Folha de São Paulo e por alguns representantes da política brasileira, caso se admita a validade dessa exigência, há também a questão do altíssimo custo de ter que estabelecer um litígio na Suíça. Isso, sem maiores considerações, induziria qualquer litigante a procurar um "acordo", em que pese o provável desinteresse da FIFA em acordos, já que poderia responder confortavelmente "jogando em casa", diante do sistema judicial pelo qual optou e no qual, provavelmente, obterá vantagens devidas ao seu domínio sobre o sistema e a uma provável rede de contatos previamente estabelecida.

FIFA buscou obter por meio do acordo proposto para "avalizar" a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil.

Nesse sentido, me parece que ela se coloca em uma posição em que fica virtualmente imune a quase qualquer processo relativo a quase qualquer questão em que poderia, normalmente, ser implicada, referente à realização da Copa do Mundo no Brasil. Por isso jogo com a idéia, séria, no entanto, de um "legalismo privilegiado". Ora, a FIFA através da sua gestão como *organização internacional*, certamente baseada em suas experiências anteriores; no reconhecimento da sua hegemonia e seu monopólio reconhecido; e, imbuída do sentido disseminado da ideologia da *harmonia*, chega ao ponto de tornar qualquer possível ato ilegal que venha a cometer no Brasil em um ato "legal" no mesmo país. Isso porque esses atos só "poderiam" ser ilegais na Suíça, demonstrando penso, o caráter fortemente enviesado, praticamente unilateral, um tipo de contrato de adesão, deste "acordo" que se aceita ao se assumir a organização de uma Copa do Mundo.

Fica nítido, para mim, que o conceito de ideologia da *harmonia* (Nader, 1996) é o que está em ação neste caso que exponho, tendo em vista que a FIFA e seus negociadores impõem um *Caderno de encargos* extenso e determinante em relação à defesa dos seus interesses na execução de uma Copa do Mundo, alienando fortemente várias questões relativas ao direito e à cidadania brasileiros. Ocorre, no entanto, que simbolicamente estes não seriam expostos como problemas, mas sim como características do contrato para com a FIFA. Ora, caso um país considere os encargos demasiados para seus interesses, tem o direito de recusá-los,[58] de não formar a "rede" e de não estabelecer "aliança"

Assim, em vista do histórico de realização das Copas do Mundo, inclusive em países do chamado "Primeiro Mundo", o mais provável é que se aceitem os termos do acordo, que se entre em "harmonia" com a FIFA, visando auferir essas vantagens descritas acima, como são propagadas perante o público, daí nos permitindo inferir um grande nível de dádiva-partilha, mesmo que queiramos considerá-la somente simbólica, o que penso não ser o caso. As próprias falas dos governantes mostram uma disposição dúbia para questionar os termos do acordo, como quando o então Ministro do Esporte limita-se a dizer que "*todas as decisões passarão pelo Congresso*", sem emitir sequer

[58] Isso, porém excluiria o país de um universo que se mostra simbolicamente valorizado, além das vantagens econômicas que poderiam advir da realização do evento, como anunciadas publicamente pelo presidente da CBF.

algo próximo de uma análise crítica de uma realização que, enfim, parece ser de grande importância simbólica.

Isso parecia indubitável quando o próprio presidente brasileiro, por carta, declarou seu aval à realização do evento no Brasil, comparecendo depois, na Suíça, à cerimônia de anúncio da aprovação do Brasil como sede da Copa de 2014, acompanhado de vários políticos, entre ministros e governadores, além de personalidades brasileiras mundialmente conhecidas.[59] Naquele contexto, tudo parecia se encaminhar para que a FIFA conseguisse uma desejável "pacificação" (como harmonia) prévia de quase todos os conflitos que pudessem vir a surgir, através de um *poder simbólico* (Bourdieu, 2003) que é claramente coercitivo em relação aos postulantes à realização da Copa do Mundo, indo assim ao encontro do que é pressuposto na "ideologia da *harmonia*", na definição de Laura Nader (1996).

[59] Em seu discurso na designação oficial do Brasil para sediar a Copa de 2014, Lula dirigiu-se diretamente ao, presidente da Associação de Futebol Argentina, presente no auditório, dizendo que "*o Brasil, "orgulhosamente", organizaria "uma Copa do Mundo pra argentino nenhum colocar defeito" "*, em tom jocoso, apropriando-se de uma das prováveis "vantagens" simbólicas de realizar a Copa do Mundo no Brasil, a de ser mais capaz que outros países para o feito.

Capítulo 4 – Apontamentos sobre o "jogo" político: quem pode mais, quem deve mais?

CBF/COL <=> "Brasil" <=> FIFA: Que relação de poder é esta?

A CBF, em atenção aos princípios da FIFA, tem uma posição formal de independência e separação das instâncias sociais e governamentais brasileiras, como expus antes. Mas, em termos empíricos, em vista de uma assimetria de poderes inerente à sua existência dentro do Estado-nação Brasil, essa relação passa a ser de "autonomia relativa" em relação a essas instâncias, uma vez que vários dispositivos legais brasileiros tendem a "invadir" a sua idealizada autonomia. Para ficarmos em apenas um exemplo, podemos pensar no caso das relações entre jogadores e clubes de futebol, que, em vista de um longo processo de profissionalização dos atletas e da sua consequente regulamentação pela legislação brasileira, se torna uma relação entre empregados e empregadores, com todas as implicações decorrentes desta relação (Andrade, 2006). Assim, mesmo a garantia constitucional brasileira à autonomia das entidades desportivas torna-se uma autonomia relativa, pois se dá somente quanto ao campo fim de sua atividade, sendo contingenciada em relação a vários outros campos de poder jurídico-legais brasileiros.

No entanto, no momento do *processo de formação do evento* Copa do Mundo, a CBF, por meio do COL, se encontra em uma situação de forte poder simbólico, dado o interesse de cada país candidato em realizar uma Copa. Assim, apesar de normalmente ter que conviver com as instâncias sociais e estatais brasileiras, a CBF, durante o *processo de formação* do *evento* Copa do Mundo, atua através do Comitê Organizador Local (COL), que é o representante da FIFA no Brasil, para os efeitos da realização da Copa do Mundo. Essa formação específica suspendia em grande parte as possibilidades de intervenção de instâncias exógenas a esses controladores do futebol, pois a FIFA somente realiza o evento Copa do Mundo quando os países cumprem (aceitam a "aliança") a grande maioria das suas exigências prévias, previstas no seu *Caderno de encargos*, como já demonstrei em capítulo anterior. Essas exigências a colocavam, e ao COL, em posição de refutar as variadas possibilidades de intervenção do país organizador em suas atividades, sejam elas jurídicas, econômicas ou fiscalizatórias, entre outras possíveis, impondo, ainda, indenizações compensatórias caso sofra algum prejuízo ou problema causado pela ação, ou falta dela, das instâncias governamentais envolvidas.

É importante lembrarmos que a relação entre público e privado no Brasil é, muitas vezes, dividida por linhas tênues, que permitem uma peculiar transigência entre esses setores teoricamente bem delimitados. Se pensarmos na questão da ética dupla (Matta, 1979) e da particularização das coisas públicas (Kant de Lima, 2001) no Brasil, temos elementos para pensar uma primeira questão nessa relação, como o fato de a FIFA/CBF ter montado inicialmente o COL sem a presença de elementos de qualquer instância estatal brasileira. Ele tem um estatuto que veta a participação governamental em sua composição, segundo a *Folha de São Paulo* (25/10/2007), sendo uma associação civil sem fins econômicos, com a intenção de se manter à margem de uma série de controles estatais, bem como jurídicos/legais, sobre ela, intentando criar uma inimputabilidade para grande parte das ações que a envolvam, como faz a própria FIFA, sua "entidade-mãe". Já transcrevi antes parte da notícia a qual me refiro aqui.

Além disso, Juca Kfouri (FSP, 09/08/2009) em sua coluna na *Folha de São Paulo*, aponta que Joana Havelange – à época secretária do COL e filha de Ricardo Teixeira, então presidente da CBF e do COL – teria dito que a FIFA estaria muito feliz por não existirem membros do governo no Comitê. No entanto, até parlamentares do partido do governo (PT) ameaçavam dificultar a tramitação dos projetos de lei, caso se mantivesse o afastamento das decisões ao qual o governo estava sendo submetido, na visão deles (FSP, 30/10/2007). No entanto, os agentes do Estado continuaram de fora do COL até 2012. Inclusive, em 2010, o simples fato do então ministro do Esporte, Orlando Silva Jr., se manifestar sobre uma possível redução do número de cidades-sede na Copa de 2014 teria gerado uma insatisfação na CBF, sobre o que seria uma ingerência indevida desta autoridade sobre um assunto que só diria respeito à própria CBF e ao COL (Painel FC, FSP, 25/04/2010). Não havia, neste momento, necessidade de partilhar, distribuir poder, pela FIFA.

Essa questão é interessante se pensarmos que à época da candidatura do Brasil, quase todas as afirmações públicas de dirigentes, políticos e esportivos, eram de que a Copa seria feita sem o afluxo de verbas estatais, exceto para obras de infraestrutura nas cidades envolvidas. No entanto, quase dois anos depois, tornou-se "inevitável" para Ricardo Teixeira (FSP, 17/09/2009) a necessidade de que o BNDES, banco público de fomento econômico, oferecesse financiamento para a construção ou reforma dos estádios indicados para a Copa, já que a maioria dos estádios eram públicos, mas incluindo também os estádios privados nesse financiamento (FSP, 07/06, 04/08 e 17/09/2009).

Devemos levar em conta também o fato de que o mundo passou, em 2008, por uma crise econômica grave, cujos desdobramentos afetam a economia mundial até hoje. Nesse ponto, podemos perceber que o discurso do não envolvimento do Estado é subjugado e subvertido após a decisão de comprometimento do "Brasil" com a realização da Copa, em vista da necessidade de se dar continuidade ao processo de realização de um megaevento como a Copa, que envolve os interesses de tantas pessoas, instituições e países. Neste momento, é possível perceber uma tendência simbólica a se abstrair o constrangimento de se fazer o deslocamento de uma *dádiva* do tipo partilha a uma do tipo *potlatch*, com a maior participação do "chefe" que passou a "bancar" o *megaevento*.

A princípio, pode até parecer que o COL é o único "vilão", já que queria o Estado fora de suas atividades econômicas, mas aceita (ou exige?) que ele financie até mesmo a atividade-fim do seu evento, mas ele não está sozinho. Apesar do discurso de distanciamento que vários agentes do estado brasileiro fazem, eles mesmos criaram as linhas de financiamento que serão utilizadas numa atividade na qual não deveriam, em tese, influir. Já os dirigentes de clubes que terão seus estádios privados usados na Copa de 2014 relutavam em usar o financiamento do BNDES, pois teriam que se submeter às regras de aplicação e fiscalização de verbas públicas, o que iria contra sua intenção de manter um distanciamento desse tipo de controle, que interferiria na sua autonomia relativa em relação ao Estado brasileiro, dada pela Constituição de 1988.

No caso de um desses clubes, o Internacional de Porto Alegre/RS, ao qual o deputado federal Beto Albuquerque (PSB-RS) é ligado, segundo a *Folha de São Paulo*, teria havido uma gestão desse deputado para que o investimento feito pelos clubes em estádios privados usados na Copa 2014 servisse para abater dívidas dos clubes com o governo (FSP, 23/10/2009). Acrescentado aos anteriores, esse é um excelente exemplo de ética dupla (Matta, 1979) e uma tentativa flagrante de particularização das coisas públicas (Kant de Lima, 2001).

Como dito antes, e apesar desse interesse de todos em utilizar verbas e vantagens estatais, a entrada de um representante do governo no COL somente veio a ocorrer em 2012, após uma crise diplomática causada pelo seu Secretário-Geral, Jerome Valcke, quando a FIFA veio a convidar um membro do Governo Federal para se juntar ao Comitê Organizador Local. Penso que isso demonstra o nível de poder com que a CBF/COL se encontrava à época, por força daquele ato negocial, o contrato, previamente acertado entre as partes. Isso corrobora, com a tese de que a ideologia da harmonia apontada por Nader (1996) tem eficácia, já que a posição em que o acordo com a

FIFA colocou a CBF/COL em relação a este tema, a Copa 2014, parecia, até há pouco, inexpugnável. Muitos políticos de Estados que foram excluídos na escolha das doze cidades-sede ficaram contrariados,[60] pois deviam esperar aproveitar um pouco dos capitais simbólicos esperados da realização desses eventos em seus "domínios" políticos.

Já em 2010, foi possível acompanhar o embate acerca do estádio a ser utilizado na sede paulista da Copa de 2014, após o descredenciamento do Morumbi, estádio do São Paulo Futebol Clube, pela FIFA, tendo gerado atritos entre o COL e diversos agentes políticos, esportivos e empresariais envolvidos. A escolha da sede paulista expôs, através da mídia, um campo de conflitos, disputas e interesses sobre esta temática.

Assim, fazendo um resumo, primeiro, políticos e empresários paulistas defendiam a necessidade da construção de um novo complexo para eventos, com um estádio de futebol agregado, em Pirituba, bairro da cidade de São Paulo, mas negando publicamente a possibilidade do uso de verbas públicas (FSP, 17 e 18/06/2010). Entretanto, considerava-se também a inviabilidade de custear a construção de um estádio, no padrão que permita sediar a abertura da Copa e mantê-lo após o término do evento, sem a aliança com algum clube de futebol ou entidade estatal. Nesse quadro; o São Paulo Futebol Clube, para reformar o Morumbi, queria evitar de tomar as verbas públicas disponibilizadas, que o deixariam endividado e ainda vulnerável aos controles estatais vigentes, embora já pensasse em aceitar parte da verba (FSP, 12/09/2009). Já o Palmeiras, a partir do interesse do então prefeito Gilberto Kassab, cederia à FIFA a sua nova Arena, a ser construída por meio de concessão da exploração a um grupo privado, o que valorizaria seu patrimônio material, mas também imaterial (FSP, 09/10/2009). Esse era, à época, parte do universo de interesses que chegaram a se tornar públicos através da mídia.

Naquele mesmo momento, o Corinthians, em vias de construir um estádio próprio, foi instado a se agregar a projetos ligados a interesses alheios aos seus, como o do complexo de Pirituba, acima citado, ou mesmo de um novo estádio de grande capacidade a ser construído em Guarulhos (FSP, Ilustrada, 14/06/2010), quando apenas visava construir um estádio médio, e economicamente sustentável, no terreno que

[60] Eram 17 cidades candidatas e, apesar de a FIFA afirmar que o ideal seriam entre 8 e 10 cidades-sede, acabou escolhendo 12 delas, inclusive com cidades de baixa expressão no futebol nacional, como Manaus/AM, Cuiabá/MT e mesmo Brasília/DF, cujos estádios, desde já podem ser pensados como de baixíssimo aproveitamento no período pós-Copa do Mundo. Pode-se pensar que certas forças políticas tenham influenciado essa decisão, embora que não existam provas públicas.

recebeu por concessão da Prefeitura de São Paulo, em Itaquera (FSP, 18/06/2010), com o apoio de incentivos fiscais municipais que visam o apoio ao desenvolvimento econômico e social desta região de São Paulo, mais atrasada que outras. A cidade de São Paulo também tinha interesse em receber, na verdade, o Congresso e o centro de mídia da FIFA, que geraria maior aporte de capitais derivados da presença constante dos jornalistas, que gastariam mais do que os turistas simples (FSP, 09/10/2009).

Esses dados, mostrando agênciamentos de interesses tão variados, resultantes de um simples ato administrativo da FIFA sobre o que é ou deverá ser o seu "território" em 2014, colhidos em várias edições da FSP, nos permitem perceber que os agentes envolvidos neste processo estão à mercê de várias formas de *capitais simbólicos* (Bourdieu, 1996), em que pese a aparente maior importância da questão dos *capitais econômicos*. E a exposição midiática destas agências agentes, grande e explícita como foi, pareceu parte inerente desta disputa, e um "uso" da mídia, lembrando um pouco a mesma questão em relação à construção do Estádio do Maracanã para a Copa de 1950, na qual agentes políticos e mídia assumiam posições contra ou a favor conforme as conveniências e interesses dos grupos de interesse de que participavam (Melo, 2011).

Desta forma, ser controlado ou não por instâncias estatais (São Paulo F. C.); ceder ou não direitos sobre a exploração dos seus capitais materiais e imateriais a grupos econômicos terceirizados e se sujeitar ao controle estatal (S. E. Palmeiras); apropriar-se de capitais econômicos públicos em benefício privado (estádio em Pirituba); a aceitação de interesses alheios (Corinthians), e; a tentativa de apropriação do que é considerada a parte mais rentável, mas também mais visível, do aparato resultante da organização de uma Copa do Mundo (centro de imprensa em São Paulo), são algumas das possibilidades que se mostraram após a abertura de uma brecha considerável na desejável harmonia prévia que se esperava existir em face do procedimento prévio da FIFA na organização deste evento.

Sobre isso, também em 2010, em cerimônia de divulgação de investimentos estatais em portos e aeroportos para a Copa 2014, o próprio Presidente Lula inclusive se manifestou:

> "*Eu estou disposto a entrar nessa conversa. Acho que o governador [de São Paulo, Alberto Goldman (PSDB)] já deveria ter chamado todo mundo envolvido pra conversar, para encontrar uma solução, e não ficar brigando pela imprensa*" (FSP, 20/07/2010).

A força simbólica do maior e mais forte estado do país, e base política do Presidente Lula é citada:

> "*O tempo urge nos investimentos que nós queremos fazer. Eu não consigo imaginar uma Copa no Brasil sem São Paulo*". E ainda afirmou: "*Todo mundo sabe que os estádios de futebol serão da responsabilidade dos clubes. Eu estou vendo o Juvenal aqui, e já vi que tem uma briga em São Paulo muito feia*".

É perceptível a importância simbólica de uma questão quando o mandatário máximo do país se propõe a intervir no jogo político-econômico midiatizado - jogando, assim, ele mesmo - e resolver questões que deveriam ser tratadas em outros níveis de governo.

Hoje, como se sabe, o estádio do Corinthians está sendo construído em Itaquera, adaptado para o uso como sede de abertura da Copa de 2014, tendo sido grande a influência do então Presidente Lula, ele mesmo corintiano de coração. Inclusive a ampliação temporária de 20 mil lugares neste estádio será custeada pelo poder público paulista.

Em contraponto, a Receita Federal, um órgão público de características históricas peculiares[61] (Miranda, 2002; 2005), por outro lado, tentou atuar no sentido de restringir a quantidade de isenções a serem concedidas (FSP, 29/09/2009) e de excluir alguns prováveis beneficiados das concessões previstas. É interessante pensar que do ponto de vista da Receita, afinal, qualquer isenção de impostos ou de taxas tem o caráter de injeção de dinheiro público, ainda que não pareça, em uma análise superficial, já que em geral as isenções aparecem como renúncia fiscal, visando o incentivo de algum ramo de atividade específico, com vistas em vantagens a advir. O ministro do Esporte, por sua vez, recebeu a proposta da Receita Federal, mas divergiu dela, defendendo a concessão das isenções (FSP, 29/09/2009), conforme previamente acordado com a FIFA. Além da Receita Federal, vários outros órgãos[62] participam da tentativa institucional de controlar, otimizar e valorizar ao máximo o enorme montante de inversões públicas feitas nessa grande *dádiva*, seja ela do tipo que for, certamente visando que as inversões realmente nos *legados* prometidos no processo, a um custo controlado.

[61] Com forte sentido "de corpo", em que pese existência de divisões e facções internas à mesma, já que é formada por agentes públicos que possuem formações e origens diferenciadas e que já há décadas só a acessam através de concursos públicos.
[62] Controladoria Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas da União (TCU) são dois dos mais importantes.

Orlando Silva Jr. disse, durante uma audiência na Câmara dos Deputados, que o Executivo enviaria ao Congresso Nacional, em novembro de 2009, um projeto de lei sobre a isenção de impostos, para os devidos trâmites, sendo semelhante à forma aplicada por outros países que sediaram Copas do Mundo (FSP, 15/10/2009). É perceptível a divisão do ônus decorrente da manifestação publicamente contrária da Receita Federal. A intervenção dessas agências públicas de controle reflete em parte o poder da aliança interna, assim como a redução da atividade de geração de leis por Medidas Provisórias em função das críticas dos partidos de oposição, representantes do Poder Legislativo e de vários veículos da mídia, citada antes. Os Governos induzem a realizações de várias ordens, em vista do mandato obtido nas urnas pelos seus eleitores, mas os outros agentes da sociedade, aqui, partidos de oposição, Poder Legislativo e representantes da mídia, tentam equilibrar esse poder, o que remete à questão da necessidade de satisfazer à "rede" formada para justificar a "aliança" criada em torno da idéia de que o Brasil é uma nação. Um sistema de *dádivas* que, como exposto antes, positivas ou negativas, atua por toda a "rede". Essas *dádivas*, apesar de parecerem por vezes do tipo *agonístico*, mostram um caráter de *partilha*, em que, seja para o seu grupo de poder e influência, seja para o grupo oposto ou diverso, tem que ser distributivas, levando em conta o seu caráter de obrigatoriedade de dar, de receber e de retribuir.

Voltando ao caso, o mesmo ministro Silva Jr. explicou ainda, que seria enviado também o projeto relativo à Lei Geral da Copa do Mundo[63] (equivalente ao já sancionado Ato Olímpico), que trata de diversos assuntos, desde a entrada facilitada de turistas até quesitos de segurança. A primeira versão do texto teria passado pela FIFA e, após sofrer adequações, foi enviada à Câmara Federal. Mais uma vez, percebemos o nível de poder adquirido pela FIFA na assimetria desta relação referente aos agentes e agências estatais brasileiras, mas também permite entender como a "rede" da "aliança" interna atua, visando proteger ou mesmo agenciar seus interesses e dos seus parceiros, ante o risco de que só uma parte da população os receba, o que poderia diminuir a retribuição eleitoral que receberiam em caso de inação em relação a tantas *dádivas* em circulação.

Nesse caso, novamente percebemos a ação concertada do governo, através dos seus agentes, simbolicamente[64] forçado a dividir as responsabilidades pela execução dessas ações que em alguns momentos foram pensadas até como de redução ou

[63] Sancionada pela Presidenta Dilma, com seis vetos, e publicada em 06/06/2012.
[64] Politicamente, se quisermos, lembrando da lição de Marcel Mauss de que a política é o cerne da dádiva (ou vice-versa, penso).

supressão de aspectos da soberania nacional ou do poder estatal. Ao negociar com a FIFA o teor das mudanças e depois encaminhar os projetos de lei ao Congresso, as ações do Governo passam a adquirir um novo patamar de credibilidade e legitimidade perante as várias instâncias sociais brasileiras, a mídia e a FIFA, refazendo a "aliança" ao dividir por uma parte mais ampla da "rede".

Isso reduz o seu ônus em relação à questão da *dádiva* (Mauss, 2003) que fica configurada ao se colocarem em circulação e investimento tantos poderes, valores e bens, uma vez que demonstra ter cumprido com "a sua parte" para todas as instâncias envolvidas, repassando parte do processo decisório sobre os direitos e obrigações a serem concedidos/assumidos para o Poder diretamente responsável pela formulação de leis. Assim, os agentes deste Poder, que antes o reclamaram de volta, é que passam a ter que dar conta do processo e demonstrar sua capacidade para tal. Ainda assim, restava ao Presidente, dirigente máximo do Poder Executivo, sancionar as leis produzidas, com ou sem vetos, o que lhe traz de volta a visibilidade no processo e também, é óbvio, uma nova rodada de aquisição de bônus/ônus por essa ação.

Segundo uma reportagem, alguns dos doze estados que abrigarão sedes da Copa 2014 (MG, MT e RS são citados) já teriam aprovado leis de isenção por iniciativa do Poder executivo, enquanto os outros estão com as mesmas em andamento (FSP, 23/10/2009). Ao que parece, a disputa em alguns Estados parece menos acirrada do que no nível federal. Há também - no que parece ser uma certa tradição política brasileira - projetos de lei que tentam aproveitar o clima da Copa para criar favorecimentos, como o caso citado do Deputado Federal Beto Albuquerque (PSB-RS), visando favorecer o seu clube de pertencimento (Internacional/RS) que seria beneficiado caso um projeto desses fosse aprovado e, depois, sancionado por um Presidente da República.

Ora, a possível concessão de isenções à FIFA será fruto de um acordo legítimo entre instâncias de poder distintas - embora de poderes assimétricos, é verdade - relativas ao processo de definição dos direitos e obrigações que se tornarão inerentes à realização da Copa no Brasil. No entanto, alguns dos casos acima citados remetem ao que é um tipo de tradição política, na qual um indivíduo ou grupo age em vista da captação de benefícios públicos de forma particularizada (Kant de Lima, 2001), aproveitando-se das turbulências resultantes deste processo para auferir vantagens para si ou para seu grupo de pertencimento.

Um foco nas exigências – o(s) "direito(s)" da FIFA (e os dos outros)

Como fato lateral, é bom lembrar de que durante o processo da escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016, o governo brasileiro promulgou, previamente à escolha, a Lei 12.035, chamada de "Ato Olímpico", na qual, provavelmente por exigência do COI,[65] se outorgam alguns direitos especiais similares aos que eram exigidos pela FIFA, a se efetivarem apenas no caso em que a escolha recaísse sobre o Rio. Para citar aqueles que também constavam da lista da FIFA, temos: dispensa do visto aos indicados pelo COI; isenção de taxas ou encargos trabalhistas; garantia de controle, fiscalização e repressão, pelas autoridades federais, do uso ilícito dos símbolos relacionados aos Jogos Rio 2016, mesmo quando de semelhança relativa; possibilidade de cessão dos espaços publicitários em aeroportos e áreas federais, em detrimento até de contratos em vigência; isenção de custos relativos a vários serviços públicos a serem prestados ao COI; e, destinação de recursos federais para a cobertura de eventuais déficits operacionais do Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016, na forma das leis brasileiras.

No caso da FIFA, como vimos, havia uma tentativa mais explícita de se isentar de responsabilidades, pela imposição de mudanças legais prévias para balizar sua relação com as instituições estatais e privadas brasileiras, levando em conta também a aversão longamente demonstrada pelo Comitê Organizador Local (COL) da FIFA a qualquer participação de instâncias estatais em seu núcleo organizador; o "Estado" deveria manter, como vimos, uma posição acessória e quase subalterna, uma posição relativamente fraca na "aliança" firmada com a FIFA. Essa posição, no entanto implica em ter que prover o que for solicitado também, o que cria uma correlação diferente da que ocorre no caso da organização da Olimpíada, na qual o Estado faz um pouco o papel de "parceiro", ainda que também deva, desde o início, arcar com as maiores responsabilidades financeiras, como provedor.

Tais concessões ao COI, como vimos, são muito parecidas com boa parte das exigências cumpridas perante a FIFA e seus representantes locais. Não obstante as exigências terem sido parecidas, como vimos, a FIFA explicitamente buscou um maior distanciamento das atuais formas de controle relativas às instituições públicas (e mesmo privadas) na sociedade brasileira.

O cuidado da FIFA com a questão dos seus interesses chega ao ponto de ter contratado um seguro para as Copas do Mundo de 2010, na África do Sul, e de 2014, no

[65] Comitê Olímpico Internacional

Brasil, que prevê desde cancelamento de jogos por problemas administrativos a falta de luz no estádio, chegando até a possível transferência do evento para outro país. A medida foi tomada pela FIFA depois que a federação sul-africana notificou atraso nos preparativos para a Copa na África do Sul. Entre a desconfiança relativa e a confiança total, a FIFA nitidamente opta pela primeira.

Os poderes estatais brasileiros e a FIFA

O governo, por sua parte, expõe publicamente o que seria sua meta e forma de atuar com relação ao controle de suas ações, como vemos a seguir em parte do artigo da FSP (07/10/2009):

> *"O ministro Márcio Fortes (Cidades) disse ontem em audiência pública na Câmara que o governo está preocupado em fazer obras para a Copa de 2014 que depois não serão mais usadas. Segundo ele, é um dificultador o fato de não se saber quais jogos e seleções as cidades abrigarão.*
>
> *"Temos preocupação com algumas arenas, que jogos haverá em determinada sede. Vão atrair público? Não adianta fazer um investimento brutal sem saber se vai ter jogo importante, mas isso também será obra do destino", disse aos deputados.*
>
> *Fortes afirmou que o governo irá fiscalizar com rigor as obras para evitar gastos desnecessários e críticas futuras como ocorreu no Pan do Rio-07.*
>
> *"Estaremos acompanhando como fazemos no PAC [Programa de Aceleração do Crescimento]. Temos vários tipos de fiscalização, fazemos avaliações periódicas, teleconferências, acompanhamento do cronograma", disse.*
>
> *O ministro disse que as prioridades do governo são mobilidade e saneamento. Sugeriu a adoção de medidas alternativas para ajudar no trânsito.*
>
> *O ministro não antecipou aos deputados o valor total de investimentos para a Copa. Disse que, por ora,* ***o BNDES abriu linha de financiamento para a construção ou reforma dos estádios públicos e outra, de R$ 5 bilhões, para obras de transporte.****"* (Grifos nossos)

Antes de tudo, é importante ressaltarmos que o então Ministro das Cidades fala em mobilidade e saneamento, o que, veremos faz parte da idéia de *legado* circulante na mídia e em parte dos leitores que interagem com ela. Outra questão é quanto à ordem dos valores envolvidos; só para "obras de transporte", R$ 5 bilhões, fora empréstimos para as obras de estádios e de outras áreas como a hoteleira, por exemplo. Nesse "bolo" do dinheiro estatal também estão as isenções e renúncias fiscais.

Voltando ao tema, é interessante apontar que além deste Ministro, os dos Esportes e o do Turismo também aparecem entre os que participaram de audiências públicas na Câmara dos Deputados, visando esclarecer perante o Poder Legislativo os procedimentos adotados, o que demonstra ao mesmo tempo alguma transparência, mas também um compartilhamento das responsabilidades do processo com aquela instância do poder estatal que possui o poder mais básico de fazer as leis brasileiras, ainda que não o monopólio dentro do sistema legislativo brasileiro,[66] com suas especificidades locais (Geertz, 1997). Isso tem relevância, pois é possível perceber que o Governo Lula, após as acusações de invadir as atribuições do Legislativo, por promulgar Medidas Provisórias em excesso - muito além das diretrizes constitucionais - recuou em sua posição e passou a negociar mais com o Legislativo.

No caso da Copa de 2014, é verdade, não haveria necessidade de proceder com urgência, uma vez que o acordo com a FIFA foi firmado em 2007, com prazo de três anos para a produção das leis adaptadas. Mas, mesmo se levando em conta o nível de aprovação popular do Governo Lula à época, é interessante vislumbrar que, por um lado, a campanha contra os excessos do Executivo produziu um recuo do Governo nesta questão, mas, por outro lado, os agentes do Governo passaram a dividir responsabilidades, e, logo, possíveis bônus/ônus, com as outras instâncias estatais, sejam de oposição ou não.

Apesar destas disposições, algumas instâncias governamentais, como os Tribunais de Contas fizeram gestões visando limitar os abusos com o dinheiro público (FSP, 23/10/2009), que não seria usado a priori, mas que o Governo depois decidiu

[66] Em tese, o Poder Legislativo tem a prerrogativa de fazer as leis, mas, além de algumas outorgas que o mesmo dá a outros poderes, em especial ao Executivo, como os Decretos e Atos Normativos, há também a instituição constitucional das Medidas Provisórias, que permitem ao Executivo "legislar" *ad referendum* do Congresso Nacional. Não obstante isso, o Poder Judiciário também "legisla", por assim dizer, ao julgar e interpretar, nas demandas judiciais, os atos legislativos daqueles outros dois poderes no que eles não sejam incontestes, gerando decisões vinculantes e súmulas que orientam a atuação de agentes estatais e privados em variados âmbitos brasileiros.

liberar, como empréstimos, para estados, municípios e iniciativa privada, via BNDES (FSP, 09/10/2009). Já a oposição ao governo na Câmara dos Deputados, embora não só ela, atuou junto a uma Subcomissão de fiscalização da Copa 2014, no sentido de fiscalizar as contas das obras governamentais em prol da Copa de 2014. Segue a matéria da FSP (23/10/2009) sobre o tema:

> "*Preocupados com que a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada do Rio-2016 não repitam o Pan-Americano do Rio-2007, os tribunais de contas da União, do Estado e do município do Rio produziram com a Comissão de Fiscalização Financeira da Câmara e do Senado um projeto de lei que aumenta seu poder no controle da verba pública a ser usada nos eventos.* ***Um dos temores já expressados é o de que entidades privadas se beneficiem, de maneira indevida, das ações públicas.***
>
> *O texto será submetido à Câmara dos Deputados e ao Senado por meio do deputado Silvio Torres (PSDB-SP) e do senador Renato Casagrande (PSB-ES), presidentes dos respectivos comitês de fiscalização das casas. Entre outros tópicos, o projeto embica na direção de um dos assuntos mais populares do momento, o financiamento de obras em estádios por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.* ***O texto admite a concessão de empréstimos do BNDES a entidades privadas, desde que a utilização do dinheiro seja "integralmente submetida ao controle e à fiscalização do TCU"****.*
>
> ***Outra proposta é a implantação de um portal na internet para cada um dos eventos*** *por um grupo de trabalho formado por membros de Câmara, Senado e TCU. Ficaria hospedado na Prodasen (Secretaria Especial de Informática do Senado).* ***Deverão ser indicadas obras, aquisição de materiais, atividades públicas, justificativas das atividades, valores estimados a serem desembolsados, cronogramas com data da publicação do edital de licitação e datas previstas de conclusão de obras e ações. Caso os dados não sejam recebidos pelo grupo de trabalho, a suspensão do envio da verba federal ao responsável pela sonegação da informação ou documento será imediata.***
>
> ***Também há proposta de que seja obrigatório constar dos editais de licitação e contratos uma cláusula que preveja publicação das informações sobre a utilização das verbas no portal de dados, sob risco de anulação de***

> ***contratos e editais. O documento pede acesso irrestrito dos servidores dos tribunais de contas aos canteiros de obras da Copa e dos Jogos.*** *"Isso facilitará o trabalho dos tribunais", diz Silvio Torres." (Grifo nosso)*

Nas partes grifadas é possível perceber que, se há um *potlatch*, esse não é constrangido apenas pelo simbolismo buscado na idealização da formação de uma "aliança" entre FIFA e o Brasil nos termos da *Ideologia da harmonia* (Nader, 1996). As próprias instâncias da "aliança" interna da nação, através de instituições específicas da "rede", da mídia e da sociedade civil parecem atuar interessadamente, de forma que os usos dessas verbas públicas atinjam um mínimo de legalidade e ética pública, em prol da população brasileira. Ou seja, cada um tenta cumprir seu papel na extensa rede de relações interessadas nessa questão.

> No entanto, estas ações não afetaram tanto a atuação do COL ainda à época, uma vez que o mesmo não é o responsável pela reforma ou construção de estádios e infra-estrutura, a serem realizados pelos estados e municípios, e pelos clubes que sejam proprietários dos estádios privados a serem utilizados. A princípio, o COL fará o controle do andamento das ações previstas para a execução da Copa, no sentido de informar à FIFA se tudo corre bem ou não, para que essa possa sempre embasar suas decisões, que como vimos podem incluir a transferência da Copa de 2014 para outro país, caso não se cumpram os acordos firmados em 2007 ou não se chegue a um acordo razoável para a mesma.

Capítulo 5 - A categoria “legado” na mídia: construção de significados e expectativas sobre o Brasil e a Copa.

A palavra “legado”, em si mesma, é um termo que não é muito acionado na época do material escolhido para análise, muito embora já aparecesse algumas vezes. Duas vezes no O Globo, cinco na FSP e duas no Diário de Cuiabá. Pensando sobre o peso de que esse termo foi investido desde a época da coleta deste material até hoje, tanto na mídia quanto nas análises acadêmicas, parece muito pouco. Como a proposta de trabalho foi no sentido de se ter uma análise mais sincrônica, dentro do período de escolha do Brasil como sede, percebi que uma abordagem pela diacronia do uso deste termo poderia ser mais enriquecedora, dada a atual aparente polissemia do termo. No entanto, à época dessa definição metodológica, isso realmente não parecia muito óbvio, dado que o termo “legado” ainda era pouco usado, se compararmos com a atual situação, em um material ainda por ser levantado. Por causa desta escolha metodológica, o acompanhamento do desenvolvimento do uso da categoria *legado* pelos agentes envolvidos não foi feito por mim. Mesmo assim, tendo em vista este “enriquecimento” atual do termo, parece-me que a escolha dele como um “guia” para o olhar, mesmo limitado à época delimitada, tornou-se interessante.

É importante marcar que, mesmo sendo relativamente poucas suas “aparições”, e sendo as significações dos *legados* reivindicados ou imaginados sob essa categoria de ordens um pouco diferentes, essas significações contemplam agenciamentos de algumas questões difusas distribuídas por várias notícias, de mesmo sentido geral, que apenas não faziam uso objetivo do termo como categoria explicativa. Apesar dessas poucas citações expressas, elas já fornecem algum material para análise. Além desse enfoque, outras questões podem aparecer nas mesmas matérias, de outras ordens, o que não impedirá de também receberem alguma atenção de imediato, ainda que já tenham sido objetos de análises na tese ou que ainda venham a ser no seu complemento.

A escolha por algumas das matérias em que há a citação expressa do termo “legado” visa evitar que o meu viés interpretativo pessoal sobre a questão interfira muito na definição dos sentidos usados para a categoria *legado* pelos agentes midiáticos ou por aqueles leitores por eles escolhidos para ilustrar suas matérias. Esse é um risco que me pareceu apropriado evitar, já que o termo “legado” se torna uma categoria nativa, à qual sentidos e representações são atribuídos, conforme a posição, peso e intenções discursivas de cada um dos agentes envolvidos nesta temática, gerando

narrativas diferenciadas ao tentar descrever uma expectativa que parece generalizada, positiva ou negativamente, no contexto em que se propõe realizar um *megaevento*.

Mas essa expectativa geral por mim percebida no material colhido não usa ainda, na maior parte da vezes, o termo "legado", como categoria para sintetizar idéias sobre o tema. Assim, se eu passasse a escolher as matérias que melhor "traduzissem" a idéia dessa categoria, associada ao termo usado para explicá-lo, ainda que de forma incipiente, eu estaria aplicando um viés que poderia induzir o meu texto a se tornar apenas a expressão da minhas idéias sobre o que é ou não o "legado" de um *megaevento*. Ainda neste contexto, sob algum risco de ser um pouco enfadonho às vezes, optei por também disponibilizar ao leitor, muitas vezes como anexos, a íntegra das notícias, artigos e cartas selecionadas por mim de dentro da seleção já feita pelas editorias dos jornais. Novamente, a intenção é a de evitar que o "recorte" de pequenos trechos das matérias escolhidas enviese demais a narrativa pelo meu olhar, em contraponto aos dois capítulos anteriores, nos quais construí a minha argumentação desta forma. Abrindo mão um pouco de, à moda da própria mídia, "construir o caso", a tentativa aqui é a de tentar deixar também o leitor perceber se há alguma outra "voz que saia" do material, com uma menor interferência minha.

Como linha de condução da minha análise neste capítulo, preferi pensar através de uma chave analítica principal, a percepção de que a discussão em torno do "legado" da Copa passa pelos sentidos da *teoria da dádiva* de Mauss (2003), com os ganhos contemporâneos da sua continuidade analítica, nos termos em que podemos entendê-los pela contribuição de Alain Caillé (1998). Neste caso, essas imaginações mais seminais de um *legado* da Copa de 2014 no Brasil, como aparecem na mídia, são de algumas ordens um pouco diferentes, mas, como vimos, chamam à participação desde representantes da FIFA, até a opinião de alguns cidadãos brasileiros, passando por políticos das várias esferas (*campos*?) de poder. Suas opiniões balançam entre as idéias de "circulação" e de "destruição", pensando nos termos das dádivas *partilha* ou *agonística*, entre *kula* e *potlatch*, nos termos das categorias usadas por Mauss (2003).

Quanto à idéia de "destruição" citada, é importante ressaltar que esta parece ter uma gama relativamente ampla de sentidos simbólicos, mas é mais tomada pela visão de que há uma grande inversão de recursos em *legados* monumentais que, ainda que culturalmente entendidos e aceitos, nem sempre apontam para um aproveitamento socializado desses recursos por um conjunto mais amplo dos cidadãos brasileiros, o quê, em contraponto, nos leva, assim, à idéia aproximada de "circulação" desses recursos.

Na verdade, nem todo serviço, obra ou ação pública em uma comunidade é aproveitado *a priori* por todos os cidadãos, especialmente tendo em vista o tamanho continental do Brasil, lembrando a questão da divisão de poderes entre federação, regiões, estados e municípios. Trata-se, portanto, de uma projeção simbólica mais genérica de que se invista prioritariamente em serviços e bens públicos que sirvam ao idealizado uso de todos, de acordo com o jogo de forças interno do país, levando em conta a existência de redes e alianças diversas, desde o óbvio plano político-partidário até os ditos movimentos sociais, passando pela atuação de entidades da sociedade civil, como as religiosas, as profissionais, as de classe, o eleitorado e as esportivas, por exemplo, cada uma se fazendo representar à sua maneira e de acordo com as suas possibilidades e interesses.

Vou fazer especificamente a análise de algumas matérias do grupos relativo às reportagens dos jornais O Globo e Folha de São Paulo. Mantive as cartas dos leitores, quando existiam, na sequência das análises das matérias a que dizem respeito, visando passar algumas das repercussões escolhidas pelos jornais para exprimir a "opinião" do seu público leitor, lembrando dos termos específicos com que, como já apontei antes, os jornais tratam este material e a sua publicização.

*** * ***

Assim, em O Globo, na notícia "Rio herda frota do PAN com três meses de atraso", publicada na pág. 17 do Primeiro Caderno em 13/11/2007, o subtítulo "*Burocracia do governo estadual, no entanto, pode deixar os veículos novos fora das ruas por mais 30 dias*" ajuda a entender que o tema é a urgência em, vencendo "a burocracia", absorver uma parte dos equipamentos adquiridos pelo Governo Federal e prometidos, uma parte deles, para o Governo do Rio de Janeiro empregar na questão maior da "segurança". Importante é dar relevo ao fato de que à época a região, em especial a cidade do Rio de Janeiro e seu conurbano, era considerada como grande foco de insegurança e violência urbana. Disponibilizo a notícia como Anexo I (p. 130).

Foi perceptível para mim, neste caso, conforme destaquei, que para os editores do jornal um primeiro ponto importante a destacar é o fato de que o termo *legado*, tornando-se uma categoria rica em sentidos, é diretamente vinculado à herança de um conjunto de equipamentos comprados para incrementar a segurança do *megaevento* "Jogos Panamericanos do Rio de Janeiro", em face à insegurança anunciada da região

do Rio de Janeiro; esses equipamentos seriam, inclusive, parte de um plano de mudança de paradigma no tipo de ação policial a ser executada no Rio de Janeiro, ao passar de um tipo de universo simbólico de ostensividade violenta para um ambiente de "*inteligência e as ações preventivas*". Um segundo ponto a destacar é o que o jornal aponta a demora dos órgãos públicos em prover esse *legado*, devido à burocracia estatal, apontando também que uma série de equipamentos já tinha sido incorporada, devido a um planejamento anterior. Além disso, o jornal expõe que há um grande montante de capital investido, o que aumenta a sensação de urgência na transmissão/doação/circulação desse *legado*. Há uma representação de que a burocracia, ao atrasar a chegada de tais bens, prejudica simbolicamente os interesses difusos da população carioca na busca por uma diminuição da sensação de insegurança e da violência urbana, o que parece que seria o resultado esperado do que pode ser pensado como uma "dádiva", se pensarmos do ponto de vista dos receptores dessa notícia e de como foi construída.

O jornal aponta que um "funcionário da Senasp", que preferiu não ser identificado, contou que no Governo Federal havia a preocupação de que, caso fossem doados muitos equipamentos ao Rio, fosse necessário investir novamente para comprar equipamentos novos que atendessem a uma demanda já prevista, pelo seu uso em outros "grandes eventos" que o Brasil sediaria até a data da Copa, em 2014. Assim, em contraponto à doação generalizada de tais bens à "população" de uma região apenas, se apresenta a possibilidade de que tais bens venham a atender a outras demandas, circulando por outros eventos, em outros locais do país, ainda que não bem especificados pelo informante anônimo. Até por uma questão de lógica, é fácil perceber que o ente representativo da federação nacional, uma aliança maior, formada por redes variadas, muitas vezes concorrentes entre si, se preocupe com a idéia de fazer circular esse resultado dos vultosos investimentos federais em uma série de equipamentos de segurança, ainda mais levando em conta que o tema da segurança é uma das maiores preocupações correntes de grande parte da sociedade brasileira, para além dessa repercussão de O Globo quanto à expectativa carioca.

Pensando no contexto e no conteúdo desta notícia, vemos destacada perante os leitores do jornal uma relação de compromisso do governo federal, o governo central, para com o governo estadual do Rio de Janeiro, mesmo estado do jornal O Globo. Isso é só notícia, diria alguém, mas neste caso específico foi possível perceber também algum tipo de repercussão local, já que, dias depois, O Globo publicou cartas dos seus leitores

que repercutem a temática desta matéria, fazendo uma cobrança do esperado (ou prometido) "Legado do Pan" (como intituladas as cartas por O Globo) ao Governo Federal, inclusive em tom de descrença.

Relembrando que, um cuidado a se tomar, aqui, é ter ciência de que o jornal adverte ao fim da seção "Cartas dos leitores" (18/11/2007) que é feita uma "seleção" daquelas que serão publicadas, assim como sobre a possível edição do texto das missivas. Diz ainda que acolhe opiniões sobre todos os temas, o que, mesmo assim, não firma para nós a garantia de que veremos ali opiniões que não sejam endossadas ou aceitas pela editoria do jornal. Não digo isso como uma acusação, mas como uma lembrança de que esse é ainda um campo em que vige, principalmente, a *quase-interação mediada*, como apontou Thompson (1998), logo fora do controle direto do leitor quanto ao conteúdo que lhe será disponibilizado, inclusive quanto às suas reações a esse conteúdo, caso das cartas citadas.[67]

Desta forma, apenas aponto que, se foi postada alguma mensagem de leitor com opinião diversa das três que foram selecionadas para publicação, os outros leitores, e também nós, não chegaremos a conhecê-las. Outra característica que pode nos interessar é o fato de que os três leitores com cartas publicadas são identificados como do Rio de Janeiro. Ou elas respondem a interesses bem específicos, dada a restrição geopolítica sob a qual a matéria foi consignada ou refletem um caráter também um pouco regionalista deste veículo de mídia. Creio mais na primeira hipótese, mas não seria de se descartar a segunda. Transcrevo abaixo as cartas publicadas por O Globo:

> " ***Rumo à Copa***
>
> *O Brasil foi escolhido para ser sede da Copa de 2014. Que isso traga melhoras na infra-estrutura do país inteiro. No Rio, vejo como imperativo a construção do metrô ligando a Barra da Tijuca e Jacarepaguá ao Centro, aos aeroportos do Galeão e Santos Dumont e à rodoviária, e a construção de uma nova rodoviária; a construção de outra ponte ligando o Rio a Niterói, além do metrô até São Gonçalo e Itaboraí; a despoluição da Baía de Guanabara e da Lagoa Rodrigo de Freitas deve começar imediatamente, visando já às Olimpíadas de 2016; a saúde e a segurança devem também ter*

[67] Lembrando que, segundo a contribuição de Silva (2010), o padrão, ao menos no jornal O Globo é o de sempre tentar publicar ao menos uma carta com opiniões contrárias às demais.

prioridade; a educação, prioridade total. Sinceramente, se tudo isso se concretizar eu não tô nem aí se o Brasil não ganhar a Copa. JOSIMAR FREITAS AMARAL, (por e-mail, 14/11), Rio

Legado do Pan

Foi dito que depois do Pan o Rio de Janeiro ficaria com alguns aparelhos de segurança comprados para os Jogos. Pois bem, há meses a polícia, por causa de burocracia, não pode utilizar os carros que foram comprados, e agora leio que o estado pagará milhões de reais para adquirir um helicóptero blindado. Pergunto: por onde andam os dois helicópteros que o governo Lula comprou para o Pan? Eles não ficariam em poder da polícia do estado? Com as respostas, o governador. LUIZ HENRIQUE LOYOLA, (por e-mail, 13/11), Rio

Dos 1.800 veículos utilizados no policiamento do Pan, apenas 500 permanecerão no estado e, desses, apenas 29 serão utilizados pela polícia na capital. Se a promessa do governo federal fosse cumprida (75% do que foi aplicado no Pan ficariam no Rio de Janeiro), a polícia carioca teria o reforço de 1.350 veículos, correspondentes a 75% da frota alocada para o evento. Legal. É isso aí. Para variar um pouco vamos ficar todos calados, qual ovelhas, e aguardar, cheios de (des)esperança, pela Copa de 2014 e, quem sabe, as Olimpíadas de 2016. Creio não ser necessário mais nada a comentar. FERNANDO DUARTE GOMES CANCELA, (por e-mail, 14/11), Rio

***O GLOBO** acolhe opiniões sobre todos os temas. Reserva-se, no entanto, o direito de rejeitar acusações insultuosas ou desacompanhadas de documentação. Também não serão publicados elogios ou agradecimentos pessoais. Devido às limitações de espaço, será feita uma seleção das cartas e quando não forem suficientemente concisas, serão publicados os trechos mais relevantes."* (O Globo, Cartas dos leitores, 18/11/2007)

Como vimos, às duas cartas de leitores comentando a notícia dos equipamentos de segurança do Pan de 2007 no Rio de Janeiro, foi atribuído pela editoria do jornal, o termo *legado* no título, fazendo perceber que, no jornal O Globo, este termo toma o sentido de uma categoria que encampa a manutenção de equipamentos, associados à idéia de uma progressiva melhora nos indicadores de segurança pública da região do

Grande Rio, região da atuação comercial mais forte deste jornal e também região foco, como hoje sabemos, de uma série de medidas visando o reajustamento urbano, com a intenção de, além da Copa do Mundo FIFA, trazer os Jogos Olímpicos mundiais, fato depois confirmado junto ao Comitê Olímpico Internacional (COI).

Junto a essas duas mensagens já temos também a inserção de uma carta referente à recém-escolhida Copa de 2014 no Brasil (mas já citando as Olimpíadas), em um tom acima das outras, "imperativo", diz o autor, já que faz uma cobrança generalizada de investimentos para o Rio de Janeiro, não obstante a Copa do Mundo vir a "ocupar" 12 cidades-sede e várias outras no nível do apoio às atividades da FIFA, dos selecionados participantes e dos visitantes que venham a comparecer ao evento. Aqui a noção da categoria *legado* toma mesmo um sentido holista, com o tipo de abnegação que admite, ante tantas *dádivas* comunitárias a realizar, o sacrifício de entregar o sonho de muitos brasileiros, um título mundial ganho no próprio país, o imaginado "país do futebol", que seria uma *dádiva* de outra ordem, mais simbólica, embora também dotada de uma efetividade real para os que a recebem. Esse título é um tipo de frustração simbólica brasileira, repassada em narrativas diversas a cada quatro anos pelo menos, quando há uma Copa, já que na Copa de 1950, no Brasil, a seleção brasileira perdeu o título no jogo final contra o Uruguai, no Estádio do Maracanã. À época o Brasil era apenas um aspirante ao título de "país do futebol" - que passou a "deter", digamos assim, após atingir o tricampeonato mundial na Copa de 1970 - mas o futebol já tinha um peso muito grande junto à população brasileira, sendo objeto de interesse do Estado brasileiro desde o início da década de 1930, durante o Governo Vargas (Sarmento, 2013).

Esse leitor expande o seu conceito de *legado* desde as tradicionais obras, um *legado* infraestrutural, mais material, em que inclui também a despoluição da Baía da Guanabara e da Lagoa Rodrigo de Freitas (um *legado* ecológico também, no qual o leitor visa as Olimpíadas de 2016), passando pelo *legado* relativamente mais simbólico, ante as maiores possibilidades de interpretação que tem pela sociedade, quais sejam, as "prioritárias" segurança (o "legado do Pan", para O Globo) e saúde, além da "prioridade total" desse leitor, a educação. Interpreto assim, pois o leitor não enumera bens materiais, como armas, viaturas, hospitais e escolas, mas sim valores gerais, portanto mais livremente interpretáveis. O Globo produziu mais três ou quatro matérias, não reproduzidas aqui, que apontavam para a questão ecológica, que demonstram o razoável interesse que os editores julgam assumir tal temática como fonte para suas matérias, ainda que apareça em uma carta de leitor apenas.

O que infelizmente não saberemos, pelo O Globo ao menos, é se algum dos seus leitores escreveu que trocaria todo esse impressionante conceito de *legado* pelo tão idealizado "título em casa". Houve o caso de cartas de leitores que apoiavam mais acriticamente as autoridades e dirigentes que então traziam a Copa para o Brasil, mas sem entrar no mérito do que era mais importante, o título de campeão em casa ou um *legado* de realizações para a população. Fica a questão, a título de curiosidade: algum leitor teria expressado preferência apenas pelo título como *legado*? Penso que é provável que uma vasta maioria iria preferir receber um "*megapotlatch*", que conjugasse *potlatch* e *kula* na mesma instância, levando a possibilidade da existência de uma dádiva híbrida ao paroxismo.

Num exercício de futurismo digressivo já vencido pela realidade, imaginemos que chegariam todas as melhorias econômicas e sociais imagináveis e mais o título como *legado*, talvez contra a Argentina e invicto, ganhando, finalmente, a final no Maracanã. Sem desvios de verbas e superfaturamentos, com um acolhimento exemplar dos "convidados" da FIFA, de torcedores a autoridades, passando por todos os outros já citados. Provavelmente seria motivo para narrativas míticas futuras, repassando às gerações seguintes de brasileiros "como o Brasil esperou 64 anos para dar a volta por cima", se tornando ainda "moderno" e "civilizado" como os "europeus" (e mais do que os argentinos, como o ex-presidente Lula afirmou). Talvez isso acabasse até sendo usado ainda para tentar justificar (e reificar) um tipo de senso comum (também mítico, penso) hoje bastante desgastado - a representação de que o Brasil é "o país do futebol", a despeito, é claro do que possam pensar também uruguaios, italianos, ingleses, alemães, argentinos e franceses, por exemplo, sobre si mesmos, sendo estes países que ganharam ao menos uma vez Copas do Mundo de futebol em seus próprios países.

Voltando às cartas sobre o "legado do Pan", feita a ressalva da influência da editoria na escolha das cartas, podemos pensar de duas maneiras: esse assunto é relevante, tendo gerado uma reportagem em vista do interesse público e "do público", levando à concordância dos leitores; por outro lado, pode ser que a repercussão pública e "no público", sejam seus efeitos. Sem poder entrar nos meandros da redação do jornal para saber, nos resta perceber que um leitor faz uma cobrança dos governantes envolvidos, em tom de desconfiança quanto aos destinos dos "legados do Pan" que deveriam ser disponibilizados, trazendo à luz inclusive detalhes não citados na reportagem. Já o outro leitor aponta para outro dado não exposto diretamente na matéria, o fato de que a promessa do governo federal era de um repasse de muito mais

viaturas policiais do que aquela que se concretizava.

Este leitor tem um tom muito mais de desesperança, em relação ao primeiro, apontando para uma possível resolução apenas na Copa do Mundo de 2014 ou nas Olimpíadas de 2016. Já podemos demarcar aqui o fato de que os dois fazem referência direta às instâncias políticas envolvidas na questão, e ressaltadas pela matéria. Como discuti antes, em vista da idéia da teoria da dádiva (Mauss, 2003, Caillé, 1998), aqui me parece cabalmente visto que os "chefes", os políticos, na nossa sociedade, são aqueles de quem se espera a ação mais efetiva para que se promova a criação/circulação das possíveis "dádivas", aqui inscritas nesta categoria *legado*, derivadas da realização de eventos como esses, que se auto-posicionam como renovadores e potencializadores dos locais onde são realizados. Na verdade, lembrando da contribuição de Chappelet (2006), muitas vezes a realização desses eventos é parte da base de propaganda de alguns candidatos políticos e, com certeza, farão parte do seu patrimônio político-eleitoral posteriormente à realização dos eventos, razão pela qual vários deles disputam a "primazia" ante outros deles, para poder transformar esses possíveis efeitos positivos em um capital eleitoral mais perene ante o eleitorado. Dessa disputa, como vimos antes, deriva parte do poder de FIFA e COI para barganhar suas vantagens.

Além dessas questões é interessante perceber que os leitores parecem acreditar, com antecedência, na escolha do Rio de Janeiro para sediar também as Olimpíadas, o que demonstra, bem além de um simples visionarismo, que havia algo circulando pelo imaginário coletivo, de que a vinda dos *megaeventos* era mais do que uma simples coincidência iniciada pelos Jogos Panamericanos. Seria, talvez, parte de um tipo de projeto de Estado, mas vinculado ao menos a um *ethos* (Geertz, 1978) dos políticos que ocupavam os poderes executivos à época, o Presidente Lula, o Governador do RJ, Sérgio Cabral e o Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, no caso da Olimpíada no Rio de Janeiro, sem prejuízo dos interesses de políticos das instâncias legislativas municipal, estadual e federal ligados ao Estado.

Voltando a pensar nas questões levantadas por Chappelet (2006), podemos considerar que os (mega) *eventos* esportivos suscitam em alguns administradores públicos, em seus vários níveis de pertencimento e interesse, a vontade de promover esses eventos, sob a crença da aquisição de alguma coisa diferenciada para suas carreiras, ou de várias delas, que podemos pensar como parte daquilo que Bourdieu (2003) pensa como os sendo capitais simbólicos. A existência de bônus para os agentes públicos e populações, quando está em questão a idéia de se fazer um *megaevento*

esportivo na sua cidade ou país, parece ser bastante importante. Mas outra questão é sobre quais são os bônus mais desejáveis ou qual é a validade prática daqueles "legados" que ficam, se são realmente um bônus para um conjunto razoável e representativo da população.

Para além do interesse em relação ao Rio de Janeiro, no caso da Copa, não obstantes esses políticos citados em relação ao Rio de janeiro, temos de pensar na existência de vários outros governadores, prefeitos e políticos de diferentes legislativos municipais, estaduais e federal, pois, como já vimos, os interesses eram ainda mais amplos. Antes da definição das atuais doze sedes, a disputa apontava para dezoito das capitais como candidatas, quando a própria FIFA esperava ter apenas entre oito e dez sedes. Não é irrelevante que tantos governantes demonstrassem tal interesse em sediar parte da Copa no Brasil, afinal, como já vimos antes, o futebol é um tema de profunda repercussão junto a grandes contingentes da população brasileira, rendendo importantes dividendos políticos.

* * *

Já a Folha de São Paulo, neste mesmo período publicou cinco matérias onde foi usado o termo "legado", sendo uma delas formada por dois artigos com assinatura que, segundo advertência do jornal, *"... não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo."*. Das outras quatro, duas são reportagens e outras duas são assinadas por colunistas do jornal. Analiso agora as duas reportagens

Na primeira das reportagens, a Folha, no caderno Esportes do dia 31/10/2007, questiona o tipo e nível de *legado* ecológico que a FIFA propõe ao realizar o seu evento maior, a Copa do Mundo, em relação ao que já ocorre quanto ao Comitê Olímpico Internacional (COI) e os seus Jogos Olímpicos, também chamados de Olimpíadas. A transcrição da matéria está no Anexo II (p. 132).

Na minha visão, a reportagem busca mostrar as contradições entre as representações sobre qual tipo de legado, na questão ecológica, estará sendo estimulado/cobrado pela FIFA, ao chamá-lo, inclusive, de "marola verde" quando comparada ao maior evento olímpico do COI. O Brasil ainda é um dos países mais preservados em relação à sua natureza, por isso, a despeito do desmatamento e poluição que crescem no país, Brasil e, principalmente, FIFA, ainda podem sustentar a idéia de que farão uma Copa da ecologia e da sustentabilidade, mesmo baseada quase que

apenas no grande volume de natureza preservada que ainda existe no Brasil.

Pensando assim, não podemos descartar diretamente a questão levantada pela Folha quanto ao caráter limitado das iniciativas da FIFA nesta área. Mas elas parecem mais passar a idéia de proteção ao ambiente como uma exigência incluída sob a forma de algo obrigatório, ainda que não especificamente desejado. Ocorreria, assim, muito mais por influência daquele que vem se tornando uma dos temas político-científicos mais importantes do planeta desde finais do Séc. XX, sendo foco de acirradas polêmicas políticas, econômicas e científicas, grandemente publicizadas na disputa entre os incontáveis defensores e detratores da questão da preservação e recuperação ecológica do nosso planeta.

Segundo a reportagem, comparada com a proposta de ação do Comitê Olímpico Internacional, marcada também pela fala de um dos organizadores dos Jogos Olímpicos de Londres 2012;

> "*"Temos um programa muito agressivo para fazer os Jogos mais verdes dos tempos modernos. Queremos deixar* ***tanto o legado de infra-estrutura quanto o da maneira como a população encara o transporte e sobre como ela deve ir a eventos esportivos e culturais****"* (grifo nosso)*, declarou Hugh Sumner, responsável pelas operações de transporte da Olimpíada de 2012.*"

a representação de um *legado* "ecológico" derivado de uma Copa do Mundo FIFA no Brasil torna-se menos válida do meu ponto de vista. Ora, segundo ela, até mesmo se comparadas com as iniciativas alemãs na Copa de 2006,[68] descritas na reportagem, que excedem as exigências da FIFA, é possível perceber que, neste tipo de tema, que parece obrigatório, o que a editoria da FSP espera como *legado* da passagem da Copa FIFA pelo Brasil é relativamente pouco.

No contexto induzido pela reportagem, a Copa no Brasil acabará sendo pouco "ecológica", caso essa iniciativa não venha a partir dos próprios brasileiros, a de fazer o conjunto de mudanças infraestruturais e culturais necessárias pela sustentabilidade, à maneira do procedimento de ingleses e alemães, no caso da priorização do transporte público como forma de diminuir os impactos ambientais sobre as suas cidades, por exemplo. É interessante que, para além da apresentação midiática descrita na reportagem, não parece, nessa questão, se discutir mais profundamente um projeto de

[68] Segundo a reportagem, da previsão de que de 30 a 40% dos torcedores usariam transportes públicos para ir ao estádio de Munique, chegou-se ao final a um uso dos mesmos por 60% deles.

país, muito embora se tente mostrar a nossa suposta grandeza e modernidade quanto ao tema.

No caso do Rio de Janeiro, até pode ser que um conjunto maior de mudanças neste sentido ocorra, em vista dos imperativos do *processo de formação do evento* das Olimpíadas, conforme proposto pelo COI e aceitos pela governança brasileira. Mas, acompanhando a temática em relação às outras cidades que recebem a Copa, a percepção é de que além dos estádios, serão abordadas apenas algumas questões pontuais fora do que já se considerava ser preciso fazer de melhorias urbanas em cada contexto. Ou seja, o suposto *legado* ecológico não seria propriamente de mudanças e sim um de mais ou menos o que já tínhamos antes, em muitos casos.

Olhando por um aspecto lateral, é interessante que a FIFA tenha escolhido duas sedes "ecológicas" para a Copa no Brasil, Manaus/AM e Cuiabá/MT, a despeito dos temores que são apresentados em duas matérias do Diário de Cuiabá (Anexo IV, p. 136), de que só uma seria escolhida. No entanto, as matérias "lêem" bem o interesse da FIFA em se associar de forma mais próxima às representações sobre um *legado* na área da ecologia que têm se tornado mais e mais a temática de debates, mesmo entre o público em geral, não especializado nessa temática em termos político-científicos. Poderíamos inclusive dizer que este é um *legado* simbólico que interessa bastante à FIFA, embora não seja um *legado* a mais para o Brasil, que já o possui e apenas emprestaria "prestígio" à FIFA. Logo retornaremos ao caso de Cuiabá.

Uma questão interessante a apontar aqui é que dentre o material levantado não encontrei repercussão para esta questão da ecologia, na seção "Painel do leitor" da Folha, em relação aos possíveis legados que uma Copa poderia deixar para o Brasil. Novamente, não sabemos se o tema não repercutiu, se não foi escrita tal carta ou se apenas não foi considerada relevante pelos editores que fazem a seleção das que foram remetidas. Na verdade, a única referência de um leitor à questão, em todo o material levantado, foi a do leitor de O Globo citado anteriormente.

Já a segunda reportagem é mais focada em aspectos da dinâmica da cerimônia de divulgação do país sede da Copa do Mundo da FIFA de 2014. Como o Brasil era candidato único o clima é relatado, como parecia ser esperado, como de tranquilidade quanto à aprovação do Brasil pela entidade. A Folha realça um viés nacionalista no desenvolvimento do evento, até mesmo ufanista, com a presença de grande número de ocupantes de cargos públicos importantes no Brasil, além de brasileiros de destaque no mundo, em especial pessoas do futebol.

Em meio a tantos políticos, me pareceu que esses esportistas acabam apenas acrescentando prestígio àqueles, pois nenhum deles foi apontado como merecedor de maior protagonismo durante o evento. Parece-me então que as *dádivas* de carreiras vitoriosas, como a dos jogadores presentes, são materiais para um tipo de repasse simbólico. O repasse dos prestígios dos jogadores aos políticos parece ser uma das chaves deste tipo de cerimônia, além de "aparecerem" para a sociedade brasileira como os responsáveis pela chegada da Copa ao Brasil, 64 anos depois, algo que parece ser muito interessante, politicamente falando, dada essa grande afluência de políticos à cerimônia.

Chega-se ao ponto de o então Ministro do Esporte Brasileiro, Orlando Silva Jr, citar que o Brasil é "uma pátria de chuteiras" e de uma jornalista estrangeira, ao perguntar sobre a violência no Brasil, ser repreendida pelo próprio Joseph Blatter, presidente da FIFA. No entanto quando nos lembramos da reportagem de O Globo, vemos que a jornalista apenas estava repercutindo questões que são caras aos próprios brasileiros. Parece-me que assim se perdeu uma boa chance para explicitar, perante a mídia, com seu caráter multiplicador, como seriam tratadas estas questões à comunidade futebolística mundial, que provavelmente teria muito interesse nos tipos de ações a serem tomadas, em vista não só dos problemas internos de segurança, mas também quanto à possibilidade de ocorrência de tentativas de atos de violência externos contra a representação de algum país que tenha conflitos históricos com outro(os).

A reportagem evita, mas a mistura dos termos "nacionalismo" e "exaltação" na mesma matéria, junto com o registro de que os alemães festejaram "polidamente" a escolha para sediar a Copa do Mundo de futebol feminino (embora esta seja bem menos importante que a masculina), permite entender que o espírito que se queria demonstrado pela reportagem era mesmo o do termo "ufanista". Segue transcrita a matéria no Anexo III (p 134).

Um ponto que podemos demarcar aqui é relativo à constante presença no material colhido por mim de citações quanto à Copa do Mundo FIFA de 1950, realizada no Brasil. Nesta matéria, o próprio jornal faz alusão ao fato, colocando ainda a fala do então Presidente Lula sobre a capacidade do Brasil realizar uma Copa atualmente, em relação à de 1950, conotando a suposição de que há, afinal, um projeto de país em movimento. Como já disse antes, a perda do título da Copa de 1950, na final, contra um rival sul-americano, ficou como um trauma simbólico no imaginário da nação, mas, aqui, o Presidente Lula faz uma referência à capacidade de o país organizar a Copa,

independente da vontade, óbvia, de vencê-la. O que parece estar "em jogo" aqui são as representações sobre o país como país equiparável aos grandes países desenvolvidos.

Voltando ao nosso tema, o termo "legado" é citado a partir da fala do então presidente da CBF e membro do Comitê da FIFA, Ricardo Teixeira, que faz uso do termo como uma categoria que aponta para a Copa do Mundo FIFA como tendo o perfil de potencializar a criação de mais de 40 mil empregos permanentes no Brasil, sendo, então, um *legado* ligado à sensação geral de bem estar social, ou um tipo de *dádiva-partilha* (Mauss, 2003). Além disso, Teixeira aponta para outra questão, aquela do "modelo" de financiamento da implantação do sistema de equipamentos de infraestrutura, diretamente ligado à produção dos meios para realizar o *legado* projetado em sua fala. Segundo ele, a parte relativa aos estádios de futebol (penso que hotéis também) seria feita com investimentos privados e somente a de infraestrutura em geral com recursos públicos.

Seria um discurso crível, se não fosse o fato de que, à época e ainda hoje, grande parte dos estádios brasileiros sejam propriedades públicas. Desta forma, investidores privados não teriam interesse em investir neles.[69] Suas previsões também não foram acuradas quanto às questões dos recursos para a infraestrutura, uma vez que parte dos investimentos em aeroportos foram repassados para a iniciativa privada através da concessão licitada de alguns aeroportos. No entanto, temos que marcar que o grande indutor de quase todos estes investimentos é, de toda forma, o poder público brasileiro, através do banco federal de fomento ao desenvolvimento, o BNDES, que foi colocado à disposição pelo então presidente Lula, para realizar empréstimos aos Estados interessados, assim como aos clubes que estivessem cedendo seus estádios ao *megaevento*, bem como concessionários de aeroportos e empresas que visem investir no setor hoteleiro turístico nas cidades-sede da Copa.

Aqui temos um ponto que penso que favorece bastante a minha tese de que há um tipo híbrido de dádiva em ação no *processo de formação do (mega)evento* Copa do Mundo de futebol no Brasil em 2014

Apesar das críticas, inclusive da Folha, e das tentativas de escapar a esse "peso", uma outra reportagem nos passa a informação de que, segundo o ex-jogador Michel Platini, a Copa da França, em 1998, foi majoritariamente bancada pelo Estado francês,

[69] Segundo Martin Curi Spörl (2012), no Rio de Janeiro a questão do custo do Engenhão, um estádio público, e do seu repasse como arrendamento ao Botafogo, a um custo muito baixo, demonstra bem a questão sobre como os investimentos públicos em estádios geram controvérsias públicas.

uma informação interessante e apresentada pela Folha quase *en passant*, o que seria de se esperar, já que este jornal tem uma tradição de, por princípio, criticar o uso generalizado de verbas públicas. Transcrevo o trecho:

> *"O ministro do Esporte, Orlando Silva Júnior, um dos comensais de ontem, já cuida de afastar qualquer eventual crítica a gastos públicos com a Copa de 2014. Jura que os estádios ficarão por conta do setor privado e que o poder público só entra para fazer as infra-estruturas, "que de todo modo teriam que ser feitas", com ou sem Copa.* (Michel) *Platini, no entanto, lembra que, na França (Copa de 1998), o Estado é que arcou com a maior parte das despesas."* (29/10/2007)

Assim vemos que o maior indutor do crescimento esperado a partir da Copa é realmente o Estado brasileiro, com financiamentos e renúncias fiscais em várias instâncias governamentais. Neste sentido o *impacto*[70] *positivo* da Copa no Brasil depende fortemente do próprio capital público brasileiro, além dos gastos das várias equipes de órgãos da mídia de todo o mundo e da expectativa da visita dos turistas-torcedores estrangeiros à, diríamos, "terra prometida" dos futebolistas e aficionados. Desses profissionais e turistas, sejam eles estrangeiros ou brasileiros, é esperado que "contribuam" com sua cota de gastos, que gerariam lucros pra a iniciativa privada, fomentando a criação dos possíveis empregos, e possíveis aumentos nos recolhimentos de impostos e taxas para os poderes públicos, reconvertendo assim seus investimentos antecipados, no seu todo ou em parte. Assim, para ganharmos o nosso *legado*, teremos que arcar com todo o ônus, ficando com apenas uma parte dos bônus. Seria, ao menos inicialmente, uma redistributividade negativa, falando apenas, é claro de um legado material, físico, contraposto por variáveis econômicas que podem ou não vir a acontecer, como o turismo maior e um maior nível de crescimento econômico para o país; quanto ao imaterial, penso que será necessário esperar mais para permitir uma melhor análise, ficando apenas a inferência de que a felicidade geral aumentará no Brasil pela realização da Copa.

A FIFA e seus parceiros seriam os únicos a não contribuir tão diretamente para

[70] "Impacto" é outro termo que tem algum peso como categoria nativa, embora também apareça muito pouco no conjunto de matérias selecionadas por mim, somente nove vezes. Em geral, diz respeito às influências econômicas, políticas ou culturais advindas da realização de uma Copa do Mundo FIFA em um país e grande parte delas provinha das falas do presidente da FIFA, Joseph Blatter

esta circulação de *dádivas*, já que exigiram antecipadamente suas isenções de impostos e taxas, embora contribuam com o seu status de detentores do *evento* que trará tais benefícios ao Brasil, com toda a ambiência e com os possíveis aportes econômicos advindos do turismo e dos investimentos feitos. Essa questão já foi discutida nos Capítulos 4 e 5 desta Tese. Como já vimos, agentes políticos e econômicos das mais variadas instâncias e filiações fazem movimentos em direção ao conjunto de *capitais simbólicos* (Bourdieu, 1996) associados a um *megaevento* como esse e ao seu *processo de formação*, condicionando a forma como serão agenciados os investimentos econômicos, culturais, sociais, políticos, etc, relativos a uma Copa no Brasil.

Para nós, importa muito essa disputa por obter o máximo de vantagens e recursos, por cada um daqueles políticos que participam desse processo, que os querem para fazê-los circular pelas esferas de influência ligadas às áreas de atuação e de interesse. O que parece é que eles esperam que o *legado* (e o *impacto*) da Copa se grudem às suas imagens políticas, como já dito.

No entanto, e para não esquecermos dos outros agentes envolvidos, membros da população brasileira, podemos observar também como reagiram alguns dos leitores da Folha, escolhidos pelos editores para terem expostas suas opiniões. São opiniões relacionadas com a questão exposta como o "legado da Copa" por Ricardo Teixeira, mas não só. Falam sobre a massiva presença de políticos em Zurique, durante o anúncio da escolha do Brasil como sede da Copa. Assim como O Globo, a Folha esclarece as condições para a publicação de qualquer opinião dos seus leitores, nos termos que seguem: "*O "Painel do Leitor" recebe colaborações por e-mail, fax e correio. As mensagens devem ser concisas e conter nome completo, endereço e telefone. A Folha se reserva o direito de publicar trechos. Leia mais cartas na Folha Online*". Como vimos, aqui também, além da óbvia seleção pelos editores, as mensagens podem ser editadas pelo jornal. Seguem as transcrições:

PAINEL DO LEITOR – 01/11/2007

Copa 2014

"O povo brasileiro deve estar feliz neste momento por saber que em 2014 a festa da Copa do Mundo vai ser aqui no Brasil. Eu, como amante do futebol, estou super feliz. Mas estou estupefato com fatos paralelos ao comunicado da FIFA nesta última terça-feira, como "o vôo de trem da

alegria com Lula e vários governadores" e a presença inusitada de Paulo Coelho na cerimônia. Todos os presentes em Zurique queriam saber onde estava o maior representante do nosso futebol: Pelé. Mas ele não faz parte da trupe do manda-chuva Ricardo Teixeira."

RODRIGO FEITOSA DOLABELA CHAGAS (Belo Horizonte, MG)

"Sou fã de futebol. Vi seis vezes o último gol do Robinho, mas fico pensando: os US$ 20 bilhões necessários para trazer a Copa para o Brasil poderiam regularizar a saúde do Rio de Janeiro, assentar trabalhadores no Pará, construir UTIs em Pernambuco, normalizar os serviços públicos em Alagoas. Como resultado, centenas de vidas seriam salvas. Mas tudo isso deve ser muito chato. É melhor gritar "gol!" - ainda que em frente à TV, já que o preço do ingresso será de R$ 150."

REGINALDO SALOMÃO (São Paulo, SP)

PAINEL DO LEITOR – 02/11/2007

Copa 2014

"Pessoas pessimistas ou simplesmente enciumadas criticam gastos públicos e uso político pelo fato de o Brasil vir a ter de gastar bilhões para recuperar a infra-estrutura necessária aos jogos da Copa 2014. Não conseguem observar que, além de uma provável contrapartida em investimentos diretos do estrangeiro, compensando tais gastos com aquecimento da economia, haverá principalmente um ganho invisível, mas estratégico, diante da visibilidade que o Brasil terá num mundo movido por complexas conveniências e caprichos da globalização da economia. São oportunidades que pesam muito mais favoravelmente do que sugerem os opositores."

ADIR CLAUDIO CAMPOS (Uberlândia, MG)

"A Copa de 2014 no Brasil será disputada em plena campanha eleitoral. O presidente e os governadores eleitos em 2010 estarão em seus cargos. Dos 12 governadores que estiveram em Zurique no dia do anúncio oficial, nove são candidatos à reeleição, e dois são potenciais sucessores do

presidente Lula. E já falam em reformas milionárias em estádios, brigam entre si para que seus Estados sediem os jogos e tentam ganhar as simpatias de Ricardo Teixeira, que dará o aval na escolha das cidades-sedes. O presidente da CBF passa a ser a pessoa mais importante do país. Que Deus tenha piedade de nós!"

MARIA O. TORRES (São Paulo, SP)

Como é possível perceber, dentre essas primeiras quatro cartas de leitores da Folha, quanto à expectativa dos efeitos da Copa de 2014, temos um placar de 3 a 1 dos "céticos" contra os "crentes" sobre o *impacto* de uma Copa e do *legado* que a mesma poderá deixar.

Um se diz feliz, junto com o "povo brasileiro", mas cobra, influenciado por um artigo da Folha, de Juca Kfouri (FSP, 28/10/20070), quanto à grande comitiva brasileira em Zurique, chamando-a de "trem da alegria" (como o fez o articulista citado), por contar com várias políticos viajando às custas do Estado brasileiro. Além disso, é importante notar que, a despeito da presença do escritor brasileiro mais conhecido no mundo atualmente, Paulo Coelho, o leitor faz a cobrança da presença daquele que é considerado o maior jogador de futebol brasileiro e mesmo mundial, Pelé. Estavam lá jogadores campeões mundiais, como Dunga e Romário, mas a representação de que era obrigatória a presença do "maior de todos", que simbolicamente agregaria maior peso à cerimônia, é o que subjaz a tal reparo feito pelo leitor.

Já o segundo deles se declara "fã de futebol", mas demonstra concordar com aquele leitor de O Globo que tem mais interesse num *legado* infraestrutural, ao propor que o dinheiro a ser usado na realização da Copa vá para áreas como saúde, reforma agrária e melhora de serviços públicos, visando o benefício da população brasileira. Com ironia, diz que é melhor "gritar gol", mas em frente à televisão, já que aponta os ingressos como caros para o Brasil e, logo, inacessíveis à maioria das pessoas que teriam interesse em assistir ao jogos da Copa.

O terceiro dos leitores escolhidos pela Editoria do jornal aponta diretamente para questão da *dádiva* como um circuito, ainda que citasse os "gastos públicos e uso político" do *evento*. É verdade que ele percebe o caráter agonístico que a maioria aponta como sendo uma chave sobre o que há de ruim em uma Copa do Mundo no Brasil, mas ele imediatamente aponta para a idéia de que prováveis contrapartidas poderão acontecer, como o aquecimento da economia e a grande visibilidade que teria o país

dentro do atual sistema econômico globalizado. Para mim é muito nítido aqui o sentido de que, mais do que investimentos a fundo perdido, desperdícios mesmo, este leitor percebe todo o processo como um "dar-receber-retribuir" que conduz em direção a ganhos para o Brasil, embora de uma ordem não necessariamente mensurável se partimos do olhar de que um *legado* é aquilo que é material e imediato.

Seria fácil acusar uma opinião como esta de ingênua, mas me parece que é uma diferença de olhar importante, de alguém que não essencializa as relações inscritas no *processo de formação do evento* Copa do Mundo 2014 como, por princípio, nocivas ao país. Inicialmente eu mesmo tendia a pensar nessa chave essencialista, de pensar que a Copa, ao menos como está sendo feita no Brasil, com forte aporte de dinheiro público, renúncias fiscais e concessões de soberania, seja a representação de um *potlatch* entre Brasil e FIFA.

Mas, ao aprofundar o estudo sobre o *paradigma da dádiva*, em especial entre os modernos, passei a perceber que o processo todo ativa mais do que só "desperdício" agonístico. Muitas redistribuições, materiais e simbólicas, são necessárias, em vários níveis da economia, da política e da sociedade, não se podendo, portanto, falar em perda completa dos investimentos, já que neste processo diversas redes de relações são postas em jogo e alianças e compromissos também se firmam nas disputas pela ocupação do campos em disputa. Assim, refletindo sobre o final da carta deste leitor, devemos questionar se essas oportunidades podem mesmo pesar mais a favor do Brasil do que expressam outras visões sobre o tema. No calor dos acontecimentos, não é possível ainda saber a extensão desses reflexos para o país, mas firmar uma posição a priori não parece contribuir muito mais para o debate. Quanto à apuração de resultados positivos ou negativos, é melhor mesmo esperar, não nos abstendo de tentar pensar a questão analiticamente, já que o tema é consenso no debate.

Já na quarta carta, a leitora aponta para a questão das redes e compromissos que se estabelecem, mas mantém um olhar crítico, quase acusatório. Penso que neste caso, tentando relativizar o pensamento desta leitora, devemos pensar, como ressaltou Caillé (1998), no campo político como a própria representação da dádiva, em sua ação através das redes e alianças que estabelece. Ela cita os futuros e atuais governadores, o futuro e o atual presidente, o custo das reformas dos estádios, disputas pelo direito de sediar jogos e pela simpatia do então presidente da CBF, Ricardo Teixeira, segundo ela, "a pessoa mais importante do país" naquele momento, apelando à piedade divina como forma de expiação de tantas relações pouco transparentes.

A crítica pode ser pertinente, mas o assunto do qual ela trata é sobre os legados políticos que ficam disponíveis para serem capitalizados por esses agentes. O *capital político* (Bourdieu, 1996) é um *capital simbólico* (Bourdieu, 1996) dos mais disputados em várias sociedades. Não seria diferente no Brasil, ainda mais lidando com um assunto tão ao gosto dos brasileiros como o futebol, de onde derivaria um *capital esportivo* (Bourdieu, 1990) passível de apropriação pela política.

Esta leitora opera no nível das representações de que a política é um *campo* (Bourdieu, 1989) de manobras em que se visa somente o poder, o que não deixa de ser verdade, mas devemos pensar que qualquer político tem que ter uma rede de relações partidárias e eleitorais que levem em conta o universo de eleitores, pois nenhum político se elege sem "uma base", usando um jargão corrente entre os mesmos. Desta forma, pensando pelo avesso da forma como pensa esta leitora, é preciso pensar na possibilidade de que esses políticos estejam justamente cumprindo os desígnios esperados deles por seus eleitores, já que, como vimos antes, o interesse pelo futebol e pela Copa do Mundo de futebol é muito grande no Brasil, de uma forma geral.

Sob essa ótica, um político que, podendo pleitear essa *dádiva* para o seu "pedaço" (Magnani, 2003) e não o fizesse seria percebido como um político fraco, não obstante possa realmente ser fraco como administrador. Mas não se trata disso, se trata de buscar alguma coisa da partilha que inevitavelmente acontecerá. Isso não será garantia de sucesso político futuro, já que outras variáveis podem influir, mas outros dois trechos de reportagens nos fazem perceber que há aí um "jogo" em que as decisões de alguns têm que ser seguidas pelos outros, sob pena desses se colocarem em uma posição simbolicamente fraca em relação às redes e populações às quais devem satisfações. Vejamos os dois trechos abaixo, extraídos das reportagens citadas:

> *Um assessor de Serra resume o espírito: "Aparecer na foto que será feita em Zurique terça-feira pode não trazer muitos dividendos, mas ficar fora dela é prejuízo eleitoral certo". Assim como o governador tucano paulista, o mineiro Aécio é nome forte para a sucessão de Lula em 2010. Sérgio Cabral (PMDB-RJ), Eduardo Campos (PSB-PE) e Jaques Wagner (PT-BA) também sonham com o Planalto e em sediar jogos da Copa. Nenhum deles quer ver suas bancadas brigando com a CBF. O deputado federal Ciro Gomes (PSB-CE) e a ministra do Turismo, Marta Suplicy (PT-SP), outros presidenciáveis, vão na mesma linha. (FSP, 28/10/2007)*

> *"Potencial candidato à Presidência, Serra estará com Lula em Zurique na terça. Informado por Arruda sobre os integrantes da comitiva, Aécio também decidiu viajar.* ***Marcação homem a homem****." (FSP, 28/10/2007)* (Grifo nosso)

Usando uma linguagem futebolística, a Folha nos põe a par de como parece ser importante para estes políticos "aparecer" na cerimônia que ratificaria o Brasil como sede da Copa de 2014. Sugere-se que Serra, inicialmente, talvez não fosse a Zurique, mas mudou de idéia. Como disputava a chance de ser candidato a Presidência da República pelo PSDB com Serra, Aécio, que também não iria, muda seus planos em cima da hora do anúncio, para não ficar enfraquecido na disputa interna do seu partido. Ele não saberia quanto de efeito político essa simples presença lhe traria, mas certamente sabia quanto poderia perder ao não comparecer, se o seu rival estivesse presente. Todos os outros políticos, possíveis candidatos, também lá estariam. Esse parece ser o espírito da coisa, que a leitora repudia, mas que, pensado assim, parece inevitável.

* * *

Apesar do fato da categoria *legado* ser, como vimos até aqui, um termo polissêmico, pois pode ser usado com nuances e diferenças de sentido, de acordo com cada contexto onde aparece, ele em geral parece tomar o sentido de uma categoria corrente sobre a questão de "o que ficará para o país e para os brasileiros depois do término da Copa de 2014". Tanto em sentidos positivos, como em sentidos negativos; tanto em termos materiais, como em termos imateriais. Esse é o seu maior peso como uma "categoria" que cria vínculos comunicativos entre os interessados no tema "Copa do Mundo no Brasil".

Não obstante o fato de esse termo aparecer pouco ainda, o que considero importante é que as idéias que o posicionam como uma categoria corrente são constantemente acionadas pelos agentes que se expressam para os veículos de mídia impressa e, importante, são escolhidos nas redações como informações relevantes para exposição junto ao seu público leitor.

Em resumo, *legado* aqui é um tipo de "herança", material ou imaterial, que deve ser reconhecida como tal ao menos por grandes parcelas da população, já que essa é

uma parte do “jogo” proposto pela FIFA e pelos agentes que defendem a execução da Copa no Brasil. O “legado”, neste sentido, é a *dádiva* proposta, a ser preparada, construída e aceita por todos, é aquilo que vai circular e/ou ser usufruído por aqueles que se dispuserem a viver o ritual quadrianual da FIFA feito no Brasil.

Retornando às categorias analíticas utilizadas, teríamos tanto a dádiva-partilha, quanto a dádiva agonística, formando, penso, um grande sistema híbrido de dádivas que prevêem desde a básica, mas complexa, idéia da formação de uma sensação de felicidade geral por realizar uma Copa no “país do futebol”, até a necessidade de grandes gastos, que seriam executados pela iniciativa privada e pelo poder público, cada um de acordo com a sua vocação e capacidade, em suas respectivas áreas de atuação, e postas simbolicamente à disposição de uma maioria. Se a prática muitas vezes vem a desmentir essa ideologia é por que a execução de todas as políticas de ajustamento do Brasil às exigências da FIFA passa pelo agenciamento de diversas forças em disputa interna. Isso envolve agentes públicos de várias instâncias, diversos membros e instituições da sociedade civil brasileira e a interessada atuação da FIFA para conseguir agenciar seus interesses econômicos e simbólicos perante um país que busca se posicionar como grande perante a comunidade internacional.

Conclusão

Esta tese não começou a partir das epígrafes que escolhi para abri-la. Pelas datas em que estas foram colhidas, isso é bem perceptível. Mas a sua aparição, tantos anos após o período escolhido para ser o objeto desta tese, serviu para me deixar um pouco mais feliz pelo *insight* que tive em 2007, ainda antes da escolha do Brasil como sede, ao ler a reportagem da Folha de São Paulo que me fez guardar mais um recorte de jornal. Ela me intrigou, ao mesmo tempo em que me deixou praticamente estupefato, com a idéia de que uma Copa do Mundo da FIFA gerasse tantas exigências ao país que a recebia. Após entrar no Doutorado em Antropologia do PPGA/UFF, em 2008, pude encontrar alguns caminhos acadêmicos que creio que me ajudaram a fazer um estranhamento e também a analisar melhor o tema, mas, mesmo assim, penso que tais epígrafes demonstram que as forças simbólicas envolvidas na realização de um *megaevento* como este são de uma ordem quase incomensurável.

É muito interessante que a realista frase de Blatter só fosse dita após a assinatura do termo de aceitação do *Caderno de Encargos* da FIFA pela Alemanha, mas é mais interessante ainda que a mesma frase não tenha sido dita ao emergente Brasil, mas sim a uma grande potência européia e mundial, que, se não fosse pela grande paixão dos alemães pelo futebol, não teria que aceitar imposições que não se coadunam em vários pontos com o modo de viver dos alemães. A aceitação de tais encargos até por um país da elite do 1º Mundo não serve para ser uma carta branca para que um país emergente, como o Brasil ou a África do Sul, justifique a sua também aceitação de termos muitos próximos daqueles, mas nos ajuda a visualizar o real nível de poder que a FIFA possui atualmente.

Há muitas vozes se levantando contra os seus métodos, mas a verdade é que, em que pesem as crenças de Jérôme Valcke quanto ao nível de democracia ideal para a FIFA poder realizar a contento o seu *megaevento* maior, é possível imaginar que, após os menos democráticos Rússia (alegadamente), em 2018, e Catar (uma monarquia absoluta), em 2022, outros países bastante democráticos e, mesmo, do 1º Mundo continuarão aplicando candidaturas para sediar a Copa do Mundo FIFA. Como exemplos, tanto dessa minha afirmação, quanto do fato de que a FIFA atualmente parece preferir os países menos democráticos (ou nem isso), podemos lembrar que para a Copa de 2018 concorreram a sede, e perderam, Bélgica/Holanda, Inglaterra e Portugal/Espanha e, para a Copa de 2022, as candidaturas foram de Japão, Estados

Unidos, Coréia do Sul e de Austrália, que são países, mesmo pelos meus mais limitados conhecimentos de Ciência Política, com níveis de democracia mais avançados do que os dois postulantes ganhadores, à época da escolha ao menos.

Na verdade, penso que, com todas as ressalvas que se possam fazer, ao fim e ao termo, as frases de Valcke acabam por nos levar à antiga afirmação de Roberto DaMatta de que a chegada e assimilação do futebol nos ensinou alguma democracia, ao Brasil e aos brasileiros. Ainda que os seus efeitos democráticos fossem de pequena monta, podemos pensar que, realmente, a presença de uma prática social que se difunde com o conceito de regras simples, igualitárias para qualquer praticante, em um jogo coletivo por princípio, ainda que com margens individuais, no qual a derrota e vitória devem ser "parlamentarizadas" (lembrando-me novamente de Norbert Elias), que, essa prática, antes de colonizar e alienar, como pensavam alguns, pode mesmo ter chegado a colaborar para estabelecer ganhos sociais simbólicos que ajudaram a definir um pouco o Brasil como nação no caminho para atingir uma maior democracia.

Voltando diretamente ao nosso tema e objeto, penso que, a partir do que tentei analisar e expor nesta tese, ainda estamos longe de ter nosso ambiente democrático consolidado, mas também foi possível perceber que a luta pelo aprimoramento dos instrumentos da democracia está sendo lutada, uma vez que podemos ver alguns políticos, órgãos estatais, de controle, legislativos e judiciais, bem como entidades da sociedade civil, marcando posição pela melhoria das formas e decisões usados para se realizar o *processo de formação do megaevento* Copa do Mundo de 2014. Isso também ficou perceptível para mim a partir dos desdobramentos do processo não analisados nesta tese, por não serem parte da sua proposta, mas que são constantes na mídia quanto à exposição do malfeitos e excessos cometidos, sendo apontados seja por órgãos de controle, seja por políticos oposicionistas, mesmo que estes estejam, e até por isso, em busca de ganhos de força simbólica junto ao eleitorado que representa ou pretende representar.

Não obstante estas questões iniciais, no entanto, o que pude ver, e que tentei expor nesta tese foi como se dá ao menos parte do *processo de formação do megaevento* Copa do Mundo de 2014, do ponto de vista do jogo simbólico que é usado pelos vários agentes e agências concorrentes para a sua materialização, desde a FIFA até as várias instâncias estatais, econômicas e sociais brasileiras envolvidas.

Parece-me que o conceito antropológico de dádiva, paradigmático, como o definiu Marcel Mauss, passando também pela leitura de alguns de seus seguidores, é um

excelente meio para tentarmos fazer a “leitura” de um fenômeno tão imenso, que envolve tantas pessoas e bens, incomensuráveis que são a uma análise antropológica tradicional. Assim, para mim, a FIFA, em busca de formar as condições que considera necessárias à realização do seu *megaevento*, acena ao país candidato com a expectativa da permanência de um *legado* para seu futuro e sua população, material e imaterial, fazendo uso de métodos de negociação que remetem ao que a antropóloga Laura Nader chamou de *ideologia da harmonia*, uma técnica de negociação que busca envolver partes em potencial conflito em uma prévia harmonização e dissipação de tal possibilidade, mesmo, e principalmente, quando uma deles detém um poder assimetricamente maior do que a outra.

Assim, a parte mais forte, visando a evitação de conflitos, trabalha com a idéia de que vantagens de várias ordens acontecerão para a parte mais fraca, assim como fez a FIFA com o Brasil, que deverá arcar com custos altos em investimentos que trarão resultados práticos não muito bem mensuráveis em vários casos, o que configuraria, grosso modo, uma dádiva agonística, cujos efeitos, positivos ou negativos, só se poderão medir *a posteriori*. Apesar desse caráter agonístico, foi possível perceber, a partir da minha “leitura” do campo selecionado, que houve um movimento interno no Brasil no qual essa dádiva de caráter supostamente agonístico se põe a circular por vários níveis da sociedade brasileira. Ela é sujeita a “jogos” e arranjos políticos, econômicos e sociais variados, com a expectativa do espalhamento de vários efeitos da Copa do Mundo de 2014, se não por todo, ao menos por grande parte do país, com a divisão desses variados capitais simbólicos pelo país afora, de uma forma que me parece, até o momento, imensurável.

Além disso, a dádiva se espalha por toda e qualquer pessoa que acompanhe o futebol, incluídos aí os membros da mídia, os patrocinadores da FIFA e os aficionados pelo futebol do mundo todo, que terão a oportunidade de observar o momento ritual máximo do esporte do qual gostam ou optaram por acompanhar. Isso, sem contar pessoas e confederações nacionais, que usufruem de repasses dos lucros da FIFA, através dos programas institucionais e sociais que a mesma sustenta.

Nestes termos, a dádiva envolvida na realização de uma Copa do Mundo de futebol seria de um tipo híbrido, penso, já que em contraponto ao grande gasto em capitais simbólicos, ao *potlatch*, ocorre também a circulação simbólica desses capitais variados, rearranjados de forma não necessariamente bem organizada e perfeitamente retributiva, mas, ainda sim, circulando pelos milhões, talvez bilhões de pessoas que

constantemente se interessam pelo futebol e, até mesmo pelos que nem se interessam por ele, configurando um tipo de *kula*, mesmo que um pouco assimétrico e relativamente caótico se olhado de fora, especialmente se comparado com o bastante ritualístico modelo trobriandês.

Parece-me também que a opção pelo uso de um material midiático, da imprensa escrita, foi razoavelmente produtiva, pois, uma vez feita a devida depuração quanto às condições da sua produção, é um material a partir do qual se pode perceber e pensar bastante do que reflete e é importante para certos segmentos da sociedade, atraindo a necessidade da sua publicização midiática. Depois, a abordagem de tantas pessoas e instituições quanto as envolvidas num processo desses me soa algo impossível, metodologicamente falando, e a escolha de um grupo específico envolvido no processo também teria de ser arbitrária, sempre com algum risco de se ter um *bias*, ao se escolher, por exemplo, um grupo "oprimido" pelo processo[71], ou os órgãos de controle, ou os políticos, ou mesmo a própria FIFA ou seu representantes brasileiros, no COL.[72]

Outra estratégia produtiva, do meu ponto de vista, foi a tentativa de estabelecer uma mais do que necessária análise dos significados de si construídos pela FIFA durante a sua existência para a sua justificação e para a justificação do seu poder de interferência sobre os seus "parceiros", se assim podemos verdadeiramente classificá-los. Assim, pude entender que a FIFA é um híbrido entre uma nação (do futebol), que aglutina várias representações de nações ao seu redor, e uma empresa transnacional, cujo poder se fundamenta fortemente na paixão que grande parte da população mundial desenvolveu pelo futebol - em parte alavancada pela FIFA - e pela relevância com a qual tal paixão influencia vários níveis internos em um grande número países, influenciando no cotidiano e na política de muitos deles. Sem esse gosto pelo futebol difundido como foi, a FIFA não teria se tornado o que se tornou atualmente, um agente político internacional de razoável relevância global.

Termino esta tese com a certeza de que muitas questões também relevantes terão ficado "para trás", mas com a grande expectativa de pelo menos ter começado a "arranhar o verniz" que reveste os jogos simbólicos que cercam a realização de um

[71] O que, aliás, não se configurava à época em que comecei minha pesquisa, só começando esse tema "a dar mídia" após o início das obras da Copa de 2014, por volta de 2010/11. Uma opção como essa faria atrasar minha pesquisa, sem garantia de que atingiria resultados efetivos, dado o tradicional caráter errático e incerto do trabalho antropológico tradicional.

[72] Com seus prováveis segredos, códigos de ética diferenciados e restrições no acesso para um estranho ao "campo de pesquisa" necessário. Isso, ainda que uma possível recusa seja, também ela mesma, um dado de campo até bem relevante.

megaevento esportivo, em especial uma Copa do Mundo de futebol profissional adulto da FIFA, um dos maiores dos *megaeventos* globais, capaz de suspender em algumas ocasiões, por momentos, o cotidiano da vida brasileira.

Referências Bibliográficas

ABU-LUGHOD, L. “A interpretação de cultura(s) após a televisão”. IN: *Cadernos de Antropologia e Imagem*. RJ: 13(2):103-129, 2001

ANDERSON, Benedict, Comunidades imaginadas, São Paulo, Cia das Letras, 2008

ANDRADE, André Gil Ribeiro de, A ideologia da harmonia e a atuação da FIFA como “corporação internacional”, Paper apresentado à *VIII Reunión de Antropologia del Mercosur*, Buenos Aires, 2009.

BERGER, Christa, Do jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica, In: MOUILLAND, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org), *O Jornal*: da forma ao sentido. 2ed. Brasília: Editora da UNB, 2002

BOURDIEU, Pierre. Campo Intelectual e Projeto Criador, *in* Problemas do Estruturalismo, Rio de Janeiro, Zahar, 1968

_____. Como é possível ser esportivo?, *in* Questões de Sociologia, Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983

_____. Programa para uma sociologia do esporte. *in*: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990

_____. Espíritos do Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. *in*: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

_____. A influência do jornalismo, *in* Sobre a televisão, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1997

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CAILLÉ, Alain. Nem Holismo nem Individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 13, n. 38, 1998.

CAMPANELLA, Bruno, MARTINELI, Fernanda, Antropologia da Mídia: novas possibilidades de campo, Comunicação na 27ª RBA/ABA, Belém, 2010

CHAPPELET, Jean-Loup, L’émergence de politiques publiques d’accueil d’evénements, in Les politiques publiques d’accueil d’evénements sportifs, Paris, L’Harmattan, 2006

DARNTON, Robert, O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução, São Paulo, Cia das Letras, 2010

ELIAS**,** Norbert, O Processo Civilizador, Vol. 1 e 2 (1939), Rio de Janeiro,

Jorge Zahar, 1993

ELIAS**,** Norbert e DUNNING**,** Eric, Deporte y ocio en el processo de la civilizacion, México, Fondo de Cultura Económica, 1992

FAURE**,** Jean Michel e SUAUD**,** Charles, Le club comme object de croyance, França, Societé & Representation, Dez/1998, pp. 201-212

FGV, Biografia de Ângelo Mendes de Morais, *in* Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930, 2. ed., Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2001, 5v.il

GASTALDO, Edison Luis. 'Os Campeões do Século': notas sobre a definição da realidade no futebol-espetáculo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, vol.22, n 1. p.105-124, set. 2000.

_____. O "país do futebol" mediatizado: mídia e Copa do Mundo no Brasil. *Sociologias*. Porto Alegre, v. 22, 2009, p. 352-369

_____. Ritos da Nação - Uma Videoetnografia da Recepção Coletiva da Copa do Mundo no Brasil, Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 31, n. 1, p. 209-222, setembro 2009 (2)

GEERTZ, Clifford. "Ethos", Visão de mundo, e a análise dos Símbolos Sagrados, in A Interpretação das Culturas, Rio de Janeiro, Zahar, 1978

_____. *Negara: o Estado teatro no Século XIX*. Lisboa: Difel, 1991.

_____. O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa, in O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa, Petrópolis, Vozes, 1997

GUEDES, Simoni Lahud. *O Futebol brasileiro - instituição zero*. (Dissertação de Mestrado) Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1977

_____. *O Brasil no campo de futebol*: ensaios antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro. Niterói: EDUFF, 1998.

HELAL, Ronaldo, Mídia, Construção da Derrota e o Mito do Herói, in A invenção do país do futebol: mídia, raça e idolatria, **Helal**, Ronaldo, **Soares**, Antônio Jorge, **Lovisolo**, Hugo (orgs.), Rio de Janeiro, Mauad, 2001

JARDIM, Wanderson Antônio Vicente. *Justiça desportiva: uma coexistência entre o público e o privado.* Dissertação de mestrado. Niterói: ICHF-UFF, 2003.

KANT DE LIMA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis: o dilema brasileiro do espaço público. In: BARBOSA, Lívia; DRUMMOND, José Augusto; GOMES, Laura (orgs.). *O Brasil não é para principiantes: carnavais, malandros e heróis 20 anos depois*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

MAGNANI, José Guilherme Cantor, Festa no pedaço: Cultura popular e lazer na cidade, São Paulo, Hucitec/UNESP, 2003

MANHÃES, Eduardo Dias. *Política de esportes no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Graal, 2002.

MATTA, Roberto Da, *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MATTA, Roberto Da ***et alii***, Universo do Futebol, Rio de Janeiro, Pinakotheke, 1982

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MELO, Erick Silva Omena de, Percepções urbanas em jogo: os impactos da Copa do Mundo de 1950 à luz da imprensa carioca, *Trabalho final como bolsista PNAP-Fundação Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 2011

MIRANDA, Ana Paula Mendes. De bacharéis a autoridades: os rituais de passagens dos auditores-fiscais. *Teoria & Pesquisa*, v. 40-41, 2002.

_____. Antropologia, Estado moderno e poder: perspectivas e desafios de um campo em construção. *AVÁ*, n. 7, 2005.

.

PARK, Robert Ezra, A cidade sugestões para a investigação do comportamento humano no meio do urbano, *in* O Fenômeno Urbano, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.

_____. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento, *in* A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa, Vol. 2, por Christa BERGER e Beatriz MAROCCO, Porto Alegre, Sulina, 2008 (1)

_____. Notícia e o poder da imprensa, *in* A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa, Vol. 2, por Christa BERGER e Beatriz MAROCCO, Porto Alegre, Sulina, 2008 (2)

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda, Footballmania - Uma História Social do Futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000

RIAL, Carmem Sílvia Moraes, Futebol e mídia: a retórica televisiva e suas implicações na identidade nacional, de gênero e religiosa, ANTROPOLÍTICA 14 – Dossiê: Esporte e Modernidade, Niterói, EdUFF, 2003

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SARMENTO, Carlos Eduardo Barbosa, A construção da Nação Canarinho: Uma

história institucional da seleção brasileira de futebol, 1914-1970, Editora FGV, Rio de Janeiro, 2013

SILVA, Edilson Márcio Almeida da, Patrulhando a Cidade: o valor do trabalho e a construção de estereótipos em um programa radiofônico, Dissertação de Mestrado, PPGA/UFF, Niterói, 2000

_____, Das Reportagens Policiais às Coberturas de Segurança Pública: representações da violência urbana em um jornal do Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, PPGA/UFF, Niterói, 2007

_____, Notícias da violência urbana: um estudo antropológico, Niterói, EdUFF, 2010

SPITULNIK, D. "Anthropology and mass media". *Annual Review of Anthropology*, p.293-315, nº22.1993

SPÖRL, Martin Christoph Curi, Espaços da emoção: Arquitetura futebolística, torcida e segurança pública, Tese de Doutorado, Niterói, PPGA/UFF, 2012

SUGDEN, TOMLINSON, FIFA and the Contest for World Football, Cambridge, Polity, 1998

THOMPSON, John B., A mídia e a modernidade – uma teoria social da mídia, Petrópolis, Vozes, 1998 (4ª Ed.)

TRAVANCAS, Isabel. O mundo dos jornalistas, Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRJ, 1991

_____, Jornal Nacional: um olhar antropológico sobre o noticiário político. V Reunião de Antropologia do Mercosul. 2003. Disponível. em: *www.antropologia.com.br/arti/colab/vram2003/a13-itravancas.pdf*

TURNER, Victor. *O Processo Ritual*: estrutura e anti-estrutura. Petrópolis, Vozes, *1974*

_____*Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu*. Niterói, EDUFF, 2005.

_____. *Dramas, Campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. Niterói, EDUFF, 2008.

VOGEL, Arno, O Momento Feliz, Reflexões sobre o Futebol e o ethos nacional, in Universo do Futebol: Esporte e Sociedade Brasileira, Rio de Janeiro, Pinakotheke, 1982

WACQUANT, Loic J. D., Towards a Reflexive Sociology: A Workshop with Pierre Bourdieu, Sociological Theory, Vol. 7, Nº 1, (Spring, 1989), 26-63, American Sociological

Association

WAISBORD, Silvio, Watchdog journalism in South America: News Accountability and Democracy, New York, Columbia Univ. Press, 2000

Outras fontes

Datafolha, apud (FSP, 15/12/2008)

IBOPE, apud (FSP, 23/12/2007)

Jornal Folha de São Paulo (FSP)

Jornal O Globo

Jornal Diário de Cuiabá

ANEXOS

Anexo I

"A burocracia dos governos estadual e federal mantém parados, há quase três meses, 200 veículos que foram utilizados no combate ao crime durante os Jogos Pan-Americanos. A Secretaria nacional de Segurança Pública (Senasp) promete entregar hoje, às 10h, em solenidade no Palácio Laranjeiras, os carros seminovos ao governo do estado. No entanto, as polícias do Rio só devem pôr os veículos nas ruas dentro de 30 dias.

Em nota enviada ontem ao GLOBO, a Secretaria estadual de Segurança Pública informou que, dos 1.800 carros usados durante os jogos, 500 seriam destinados ao Rio. Até ontem, de acordo com a assessoria do órgão, 250 carros estavam sendo utilizados em sistema emergencial para suprir a carência da frota da Polícia Militar. Ainda segundo a secretaria, os "trâmites burocráticos estarão resolvidos e, até quinta-feira, serão recebidos, oficialmente, todos os carros".

A assessoria de imprensa do órgão informou, no entanto, que, depois que os carros forem entregues, passarão por novas etapas burocráticas no governo do estado - incluindo, entre outras coisas, a escolha dos batalhões e delegacias beneficiadas - durante o período estimado de um mês.

Secretário admite problemas burocráticos

O secretário nacional de Segurança Pública, Antônio Biscaia, reconheceu que a burocracia pode ter contribuído para o atraso:

- Você não pode adquirir qualquer equipamento, veículo, o que quer que seja, e transferir para o estado, a não ser através de um processo de doação. Isso exige algumas questões de natureza jurídica, que já foram equacionadas. O ministro formalizará a doação ao Rio de Janeiro - disse o secretário, em entrevista à Rádio CBN.

A solenidade de transferência do ***legado da segurança do Pan*** (grifo nosso) *terá a presença do ministro da Justiça, Tarso Genro. Os equipamentos, avaliados em R$132 milhões, incluem 500 veículos, armas, coletes, radiocomunicadores criptografados e equipamentos de tecnologia de informação.*

Economia pode ter contribuído para demora

Objetivo seria evitar novos gastos em eventos pré-Copa

A demora no repasse aos estados pelo governo federal dos equipamentos de combate ao crime usados durante os Jogos Pan-Americanos do Rio pode esconder uma outra motivação: integrantes do Ministério da Justiça e da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) temem entregar aos estados equipamentos dos quais vão precisar mais tarde, a partir do ano que vem.

- Até a Copa do Mundo, em 2014, daqui a cerca de sete anos, o Brasil vai sediar grandes eventos. E o governo federal, se entregar tudo agora, não vai conseguir os equipamentos de volta. Isso quer dizer novas compras e mais gastos - afirmou um funcionário da Senasp envolvido nos projetos, preferindo não ser identificado.

Inteligência no lugar de força e dos tanques

O planejamento do Pan-Americano começou em 2005. De lá para cá, o Estado do Rio ganhou câmeras para monitorar ruas, equipamentos de Inteligência, aeronaves e carros. Não só para ajudar na segurança, quase invisível, dos jogos, como também para servir de plano-piloto de um novo modelo de segurança pública, no qual a inteligência e as ações preventivas substituiriam os tanques e carros blindados.

Legenda da foto: VEÍCULOS PARADOS, depois do fim do Pan, no Autódromo Nélson Piquet (Esta foto não foi disponibilizada junto com os arquivos comprados a O Globo, mas sua descrição permite o simbolismo envolvido)*"* (O Globo, Primeiro Caderno, 13/11/2007)

Anexo II

“ Vedete, onda verde é marola na Fifa

Ecologia rouba cena em evento da entidade que rege o futebol, mas movimento olímpico preserva há mais tempo

Enquanto a Copa demanda áreas de estacionamento para carros de espectadores, Olimpíada apresenta plano de transporte 100% público

***Luís Ferrari**. Da reportagem local*

Vedete da apresentação brasileira no evento que garantiu a Copa de 2014 no país, a questão ecológica é regulamentada pela Fifa de forma menos enfática que o tratamento dispensado pelo COI (Comitê Olímpico Internacional) ao tema. >> Além do fato de o comitê ser um dos "principais parceiros" do Programa Ambiental da ONU, com relação mais antiga que a da Fifa com o órgão, a questão dos estacionamentos ilustra bem a diferença. >> Enquanto a entidade que comanda o futebol mundial exige áreas para os espectadores da Copa deixarem seus veículos durante as partidas, a vanguarda do movimento olímpico internacional prega eventos sem estacionamentos, com 100% dos espectadores atendidos pelo transporte público. >> Na semana passada, a organização da Olimpíada-2012, em Londres, apresentou seu plano de transporte para o evento, enfatizando o fato de haver previsão de estacionamento nas instalações esportivas só para veículos de deficientes físicos.

"Temos um programa muito agressivo para fazer os Jogos mais verdes dos tempos modernos. Queremos deixar ***tanto o legado de infra-estrutura quanto o da maneira como a população encara o transporte e sobre como ela deve ir a eventos esportivos e culturais****"* (grifo nosso), *declarou Hugh Sumner, responsável pelas operações de transporte da Olimpíada de 2012.*

A iniciativa contrasta com os requisitos da Fifa, que impõe a necessidade de estacionamentos até em eventos subsidiários, como sorteios, simpósios e o banquete da associação. >> Para o público, a demanda é de uma área para 6.000 carros e 2.300 ônibus a cada 40 mil lugares nos respectivos estádios. >> E o Brasil tem que apresentar o plano da localização e gerenciamento dos estacionamentos em 1º de janeiro de 2012.

O curioso é que na Copa da Alemanha-2006, uma iniciativa do comitê organizador e do ministério do meio-ambiente, o "Projeto Gol Verde", teve bons resultados ao estimular o uso do transporte público. >> A cidade de Munique, por exemplo, estimava que entre 30% e 40% dos espectadores usariam o transporte público para ir aos jogos. Atingiu 60%. >> Segundo a organização, o uso de

*carros privados para ir aos jogos ficou em torno de 30%. >> As exigências da Fifa acerca do meio-ambiente não prevêem especificamente estudos de substituição de transporte particular pelo público. >> Mas obriga que as cidades-sede informem a evolução da qualidade do ar nos últimos cinco anos e apresentem um plano de proteção ao meio-ambiente (inclusive com a exigência de usar material de construção menos agressivo nas obras relacionadas à competição).***"** (Folha de São Paulo, Esporte, 31/10/2007)

Anexo III

“ Nacionalismo marca volta da Copa ao país após 57 anos

Confirmação do Brasil como sede do Mundial de 2014 leva CBF e políticos a exaltar patriotismo e Fifa a condenar questionamentos

***Marcelo Ninio**. Enviado especial a Zurique*

Cinqüenta e sete anos depois da única Copa do Mundo sediada no Brasil, a Fifa confirmou ontem que o país voltará a organizar o evento, em 2014. >> O anúncio não causou surpresa, pois a candidatura brasileira era a única. O que marcou foi a exaltação nacionalista de políticos, cartolas e membros do estafe da CBF durante a cerimônia na Fifa, em Zurique. >> Essa postura descambou para reação irritada do presidente da CBF, Ricardo Teixeira, quando uma jornalista estrangeira questionou problemas de segurança no país. O presidente da Fifa, Joseph Blatter, repreendeu a repórter. Já o técnico Dunga cobrava "patriotismo" da imprensa nacional. >> O tom nacionalista da delegação brasileira perdurou desde o discurso de abertura de Teixeira até o agradecimento final do presidente Lula. Sobraram promessas de que a Copa será boa para o país e de que o mundo se surpreenderá positivamente com a competição.

O ministro do Esporte, Orlando Silva Jr., em seu discurso, resumiu ao dizer que o Brasil é "uma pátria de chuteiras", citando Nelson Rodrigues.

Marcada pela Fifa para as 12h30 (9h30 de Brasília), a apresentação brasileira começou 26 minutos após o previsto, por atraso do presidente Lula. >> No auditório lotado, em que se destacava a grande comitiva brasileira, com 12 governadores, três ministros -além de Silva Jr., Marta Suplicy, do Turismo, e Celso Amorim, das Relações Exteriores- e ao menos duas dezenas de acompanhantes, predominou o clima de celebração, pois o suspense foi esvaziado pela falta de concorrência à candidatura brasileira.

*Teixeira, de terno com emblema da Fifa, da qual é um dos 23 membros do Comitê Executivo, concentrou seu discurso no "***impacto positivo***"* (grifo nosso) *que a Copa terá para o Brasil.*

"Segundo estudos da Fifa, a última Copa, na Alemanha,deixou como ***legado*** (grifo nosso) *a criação de 40 mil empregos permanentes", disse. "O modelo proposto para a Copa no Brasil prevê a prioridade para os investimentos privados na construção e na reforma dos estádios, deixando os recursos públicos para a modernização da infra-estrutura."*

Os discursos foram entremeados de dois vídeos, dominados por depoimentos de artistas da TV Globo e de imagens da emissora, com cenas de

paisagens naturais, jogadas e uma narração em inglês que repetia as promessas de que a Copa será um grande investimento para o Brasil. Ao fundo, samba. >> Depois de um intervalo de duas horas, chegou o momento mais esperado. Com o envelope ainda fechado, Joseph Blatter, presidente da Fifa, disse que a escolha do Comitê Executivo havia sido unânime. Em seguida veio o anúncio, confirmando a sede da Copa de 2014 para "o melhor futebol do mundo".

Convocado a discursar, o presidente Lula abraçou Teixeira, Romário, Dunga e os ministros presentes, enquanto a cobiçada Copa do Mundo era passada de mão em mão.

"Essa escolha é motivo de muita alegria e de muita festa, mas sobretudo motivo para regressarmos ao Brasil sabendo que organizar uma Copa é uma grande responsabilidade", disse o presidente. "Mas se o Brasil já foi capaz de realizar uma Copa em 1950, quando eu tinha apenas quatro anos e seis meses de idade, imagino o que o Brasil não poderá fazer quando eu tiver 69."

Pouco antes de definir o Brasil para 2014, a Fifa escolheu a Alemanha para sediar a Copa do Mundo Feminina, em 2011. Bateu o Canadá. Ao vencer a concorrência, os alemães festejaram, polidamente. **”** (Folha de São Paulo, Esporte, 31/10/2007)

Anexo IV

11/11/2007 – Diário de Cuiabá - Esportes

“ BRASIL 2014

Um sonho possível

Trazer jogos da Copa para Cuiabá não será tarefa fácil, as idéia de um torneio com apelo ambiental pode ajudar

Da Reportagem

É como num campeonato de futebol. A experiência ensina que são pequenas as chances de um time modesto chegar em primeiro. Mas às vezes as vitórias aparecem – basta organização, investimento e vontade, muita vontade. A analogia ilustra a situação de Cuiabá na luta para sediar jogos da Copa do Mundo de 2014, cuja realização no Brasil foi confirmada pela Fifa no final de outubro.

Ao todo, 18 capitais rivalizam na disputa pelas partidas do Mundial. Doze delas – é pouco provável que sejam dez - serão escolhidas. Em jogo não está apenas o privilégio de ter o espetáculo no gramado. Há muito mais. Ao ser escolhida, cada uma das cidades receberá também um legado de infra-estrutura a que, em qualquer outra ocasião, dificilmente teria acesso. Os investimentos públicos serão canalizados como em poucas vezes na história. Haverá melhoria no transporte público, investimentos massivos em segurança, reurbanização de áreas inteiras, oportunidades de emprego permanentes e visibilidade turística. A Copa pode mudar para sempre uma cidade.

Durante mais de um mês, doze jornalistas do Diário saíram às ruas, em Cuiabá e Campo Grande, para investigar as reais chances da Capital. Os repórteres esmiuçaram o relatório da Fifa e ouviram dezenas de fontes, entre autoridades públicas, jornalistas e empresários. Não nos iludamos. Trazer a Copa será tarefa árdua. A cidade integra a terceira força das pretendentes, um grupo no qual oito ou nove capitais devem se engalfinhar por três vagas. Para ficar num termo caro ao futebol, pode-se dizer que, se escolhida, Cuiabá será zebra. No entanto, Mato Grosso tem motivos para acreditar. Um deles é ambiental.

Além da Amazônia, a Copa do Mundo no Brasil poderá ter uma sede no Pantanal. Neste aspecto, a cidade verá pela frente uma rival: Campo Grande (MS), que também abraçou a proposta de ser sede da Copa. Membros do governo se fiam na idéia de vender à CBF e à Fifa a imagem de uma segunda sede com apelo ecológico, depois de Manaus. As belezas naturais do Pantanal serão um dos trunfos mato-grossenses.

BRASIL 2014 II

Copa do Ambiente pode opor MT e MS

Para um dos principais articuladores da candidatura de Campo Grande, acreditar que Pantanal é garantia jogos pode favorecer outras cidades (sic)

Rodrigo Vargas *- Da Reportagem*

Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul compartilham um dos mais ricos e ameaçados biomas do planeta.

No momento em que se anuncia uma Copa com lema ambientalista, muitos apostam que esse trunfo geográfico será levado em conta na definição das cidades que abrigarão os jogos em 2014.

Mas a proximidade com o Pantanal, por si só, não garantirá uma das sedes para Cuiabá ou Campo Grande. Avaliadas negativamente no relatório de inspeção da Fifa, as duas capitais têm diante de si o desafio de convencer o Brasil e o mundo de que podem superar suas atuais fragilidades de infraestrutura.

Para conhecer de perto o projeto dos sul-mato-grossenses, a reportagem do Diário esteve em Campo Grande e ouviu um dos principais articuladores da candidatura local, o presidente da Fundação Municipal de Esportes (Funesp), João Rocha. Rivalidades à parte, ele garante não existir disputa em nível regional.

"Cuiabá e Campo Grande não são adversárias. As 18 candidatas estão em disputa. Se ficarmos olhando para o próprio umbigo, acreditando que o Pantanal vai nos trazer a Copa, corremos o risco de ver outras cidades, como Maceió e Natal, passarem à nossa frente", avalia o diretor.

Segundo ele, a influência pantaneira pode até existir, mas não foi endossada por nenhum representante da Fifa. "De concreto, sabemos que será uma Copa focada na questão ambiental. Mas quem diz que, por causa disso, levamos alguma vantagem, está enganado. A Copa do Mundo é um produto da Fifa. Ela vai levar este produto para onde houver mais retorno".

Este retorno existiria em Campo Grande, assegura o presidente. Segundo ele, a cidade tem a seu favor uma estrutura viária planejada, que permite o acesso rápido às instalações do estádio Pedro Pedrossian – o "Morenão" – a partir de diversos pontos. "Como se trata de uma cidade planejada, há muitas vias rápidas".

Ainda em relação aos transportes, Rocha lembra que está prevista a modernização e a ampliação do Aeroporto Internacional da cidade. Ele lembra que o Estado faz divisa com outros cinco estados e fronteira com dois países.

"Já recebemos o apoio das federações do Paraguai e da Bolívia".

O projeto encaminhado à Fifa prevê cinco anos de obras e adaptações. A que mais chama atenção é a remodelagem do estádio Morenão (ver foto), que

passaria a ter todos os assentos cobertos e ganharia o status de Arena.

"Este é o conceito moderno, de um espaço multiuso, com lojas, restaurantes e lanchonetes".

Para aprimorar a estrutura de transportes públicos – considerada insuficiente no relatório da Fifa –, o projeto prevê até mesmo um metrô de superfície.

"A história nos ensina que as transformações vêm com grandes catástrofes ou grandes festividades. A Copa deixa um legado muito grande para as cidades sede".

Sobre a rivalidade entre as capitais pantaneiras, Rocha diz ser natural – "Não vai acabar nunca" -, mas adverte que seguir neste rumo pode ser perigoso para ambas. "A quem interessa polarizar a disputa entre Cuiabá e Campo Grande? Somente às outras candidatas", avalia o presidente da Funesp.

Anexo V

Excertos de NADER, Laura, A civilização e seus negociadores: a harmonia como técnica de pacificação. *Anais da XIX Reunião Brasileira de Antropologia.* Niterói, 1996

"*... os estilos de disputa são um componente das ideologias políticas, muitas vezes e resultado de imposição ou difusão*" (p. 44)

"*... conforme cada vez mais podemos observar, a harmonia e a controvérsia pertencem ao mesmo contínuo e, por conseguinte, nenhuma das duas é necessariamente boa ou má*." (p. 44)

"*... num período de trinta anos, o país* **(EUA)** *passou da preocupação com a justiça para a preocupação com a harmonia e a eficiência, da preocupação com a ética do bem e do mal para a ética do tratamento, das cortes à resolução alternativa de disputas. Como aconteceu isso?*

A resolução alternativa de disputas inclui programas que enfatizam meios não-judiciais para o manejo de disputas, com a atenção geralmente concentrada na mediação e na arbitragem. Passou a ser reconhecida como justiça informal, uma justiça que promovia o compromisso em lugar do triunfo ou derrota, que substituiu o confronto pela harmonia e pelo consenso, a guerra pela paz, soluções em que ambos os lados ganham. Isso atraiu associados muito díspares: gente de direita preocupada com o êxito das propostas de movimentos de direitos, comunidades religiosas, grupos de psicoterapia, e empresas cansadas de pagar altas somas em honorários de advogados, administradores e outros.

'A Conferência Pound: perspectivas sobre a justiça no futuro'... (1976) foi o momento culminante em que os modelos de harmonia e eficiência passaram a substituir o ideal do litígio como modalidade de justiça. A conferência, organizada pelo gabinete do presidente da Suprema Corte dos EUA, deveria esboçar uma mudança cultural com ramificações para além da lei. Foi pensada uma maneira de pensar sobre relações sociais, sobre problemas estruturais da desigualdade, sobre soluções para esses problemas, através de meios culturais. A principal preocupação que surgiu foi o interesse pela harmonia através de reformas de procedimento. Representou uma mudança na forma de pensar sobre os direitos e sobre a justiça, um estilo de menos confronto, mais brando, menos interessado na

justiça e em causas de base, e muito interessado na harmonia. A produção de harmonia, a rebelião contra a lei e contra os advogados – muitas vezes a cargo dos próprios advogados – enfim, o movimento contra o litígio foi um movimento para controlar os não-privilegiados (Nader, 1988)." (p.48)

"*Nos anos subsequentes à Conferência Pound o público se viu inundado pela retórica da resolução alternativa de disputas. A língua obedeceu a um código muito estrito e formalista que seguiu um padrão de retórica assertiva, fazendo grandes generalizações, sendo repetitiva, invocando autoridade e perigo, apresentando valores como se fossem fatos. Comecei a selecionar palavra-chave. A resolução alternativa de disputas era associada com a paz, enquanto a resolução judicial de disputas era associada com a guerra. Uma é opositiva, a outra não. Numa existe enfrentamento, insensibilidade, destruição da confiança e da cooperação, e todos são perdedores, enquanto na outra existe cicatrização suave e sensível de conflitos humanos, e só produz ganhadores. As alternativas eram associadas com ser moderno: 'criando hoje a corte de amanhã'.*

Os tribunais e o colégio de advogados aceitaram a retórica do presidente da Suprema Corte, assim como os grupos de interesse comerciais que desejavam reduzir os milhões gastos em litígios entre corporações, buscando novas formas de manejar disputas com empregados." (p. 49)

"*Num esforço para sufocar os movimentos dos anos 1960 e moderar os protestos a favor do Vietnã, a harmonia passou a ser uma virtude. Além de tudo, o presidente da Suprema Corte havia sustentado que para serem mais civilizados, os norte-americanos deveriam abandonar a centralidade do modelo competidor. As relações, não as causas de base, e a destreza para resolver conflitos interpessoais, não a injustiça ou a disparidade de poder, eram e são o ponto de partida movimento de resolução alternativa de disputas*" (p. 51)

"*... a mediação/negociação* **(atua)** *como destruidora de direitos, já que limita a discussão do passado, proíbe a indignação e representa um compromisso forçado. Em resumo, a mediação obrigatória reduz a liberdade por que muitas vezes está fora da lei, elimina a escolha do procedimento, suprime a proteção por igual perante uma lei adversária, e via de regra está encoberta (Grillo, 1991). Em geral os casos não são registrados, existe muito pouca regulamentação e quase nenhuma responsabilidade, ... Os críticos promovem a prevenção e as soluções grupais. Entretanto, uma vez mais, apesar da oposição e do crescente*

conhecimento das consequencias, que são tudo, menos benignas, a resolução alternativa de disputas continua em marcha e agora já é internacional" (pp. 51/52)

"*Alguns dos autores que escrevem sobre negociações internacionais sugerem a existência de uma 'cultura diplomática universal' de negociadores, de uma cultura comum de administradores de governo nacionais, da 'comunidade científica' internacional e grupos de meio ambiente. No entanto, o que se pretende universal, considero eu, é uma perspectiva hegemônica sobre a disputa, desenvolvida para os EUA durante os anos 1970 e exportada para todo o mundo, hegemonia que denomino ideologia da harmonia, uma harmonia coercitiva cuja função principal é a pacificação*." (p. 55)

"*Existe uma certa ironia no fato de que, justo quando o Acordo Geral de Tarifas e Comércio* **(GATT)** *se orienta no rumo de uma proposta mais 'baseada em regras' – que seria um bom presságio para os países menos desenvolvidos – estejam-se formando convênios comerciais alternativos como o NAFTA. Mas, voltando ao GATT, estamos na presença de uma classe internacional de negociadores e tecnocratas que delineia a política para uma classe internacional de corporações, através de convênios comerciais internacionais, o que foi chamado por alguns de estrangulamento da soberania nacional graças à rédea solta das multinacionais*" (p. 60)

"*... a história da troca de modelos competidores por modelos de harmonia não significa que a ideologia da harmonia seja benigna. A história das condições sob as quais as preferências pelo manejo de disputas são 'compromissos cambiantes' em geral inclui desequilíbrios de poder*." (p. 61)

"*Quando o antropólogo de outrora se propunha sobre outras culturas, a cultura era um conceito usado para descrever tradições compartilhadas, passadas de geração a geração. Hoje já não falamos de cultura como se fosse um todo isolado, mas fazemos a distinção da cultura hegemônica. Por hegemonia Gramsci entendia (Boggs* in *Greer, 1982) 'a penetração em toda sociedade civil – incluindo um grande espectro de estruturas e atividades como grêmios, escolas, igrejas e famílias, - de todo um sistema total de valores, atitudes, crenças, moralidade, etc. que de um modo ou de outro sustenta a ordem estabelecida, e os interesses de classe que a dominam'. Idéias como harmonia, política de confronto, ou eficiência, podem ser originadas localmente, ou serem divulgadas, ou impostas,*

recombinadas, e usadas para controlar ou para resistir ao controle, e terminar distribuindo o poder através da criação de remédios. Nesta apresentação sustentei que as ideologias de resolução de disputas são como um mecanismo que vem sendo utilizado há tempos para a transmissão de idéias hegemônicas. Os processos de disputa não podem ser explicados como reflexo de um conjunto pré-determinado de condições sociais; refletem antes os processos de construção cultural que podem ser uma resposta à demanda, um produto dos interesse dominantes, ou resultado de um conflito de classes. A harmonia como concepção geral da vida deve ser investigada em relação à construção da lei, assim como o conflito foi investigado em relação ao desenvolvimento da lei. Ambos devem ser examinados em relação aos conceitos de uma nova ordem mundial na qual, talvez, possamos visualizar o mundo em termos de justiça e estabilidade" (p. 61/62)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (Laura Nader)

GREER, E., 1982. Legal Hegemony. In: KAIRYS, D (ed.) Politics of law: a progressive critique. New York: Pantheon

GRILLO, T., 1991. "The mediation alternative: process dangers for women," 100 Yale Law Jr. 1545

NADER, L., 1988. The ADR explosion: the implications of rhetoric in legal reform. In: Windsor Yearbook to Justice.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

A553 Andrade, André Gil Ribeiro de.

Mídia, futebol e sociedade: controvérsias públicas midiatizadas em torno da escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo FIFA 2014 / André Gil Ribeiro de Andrade. – 2013.

143 f.

Orientador: Simoni Lahud Guedes.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Antropologia, 2013.

Bibliografia: f. 125-129.

1. Esportes; Brasil. 2. Eventos especiais; planejamento. 3. Copa do Mundo (Futebol). 4. Federação Internacional de Futebol Associado. 5. Imprensa. I. Guedes, Simoni Lahud. II. Universidade Federal